



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2013

Brasília/DF, março de 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E
INCLUSÃO - SECADI

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e das orientações do Órgão de controle interno.

Brasília/DF, março de 2014

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Jose Henrique Paim Fernandes

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

Macaé Maria Evaristo dos Santos

**DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

Mauro José da Silva

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO, INDÍGENA E
PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Thiago Thobias

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Martinha Clarete Dutra dos Santos

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE

Cláudia Veloso Torres Guimarães

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	22
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	24
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	32
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	35
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	40
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	45
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	45
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	55
2.2.1 Objetivo.....	55
2.2.2 Ações.....	69
2.2.2.1 Ações OFSS	69

2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	80
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	82
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	83
3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	83
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	87
4.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA EXTERNA.....	87
4.2 REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	87
4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	87
4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	88
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	88
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	89
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	89
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	90

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	92
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	92
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ.....	92
5.1.1.1 Lotação.....	92
5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	93
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	94
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções.....	94
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade.....	94
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade	95
6 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	96
6.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	96
6.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	96
6.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	97
6.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	97

6.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	97
6.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	107
7	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	108
7.1	DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	108
8	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	109
9	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO.....	110
10	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	207

LISTA DE QUADROS

A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	12
A.2.2.1	Objetivo.....	55
A.2.2.2.1	Ações OFSS.....	69
A.2.2.2.2	Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados.....	80
A.3.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	83
A.4.1	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	87
A.4.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	87
A.4.2.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	88
A.4.3	Restos a Pagar inscrito em exercícios anteriores.....	89
A.4.4.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	89
A.4.4.2	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	90
A.5.1.1.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013.....	92
A.5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	93
A.5.1.2.1	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ Situação apurada em 31/12/2013.....	94

A.5.1.2.2 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12/2013.....	94
A.5.1.2.3 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013.....	95
A.6.1.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	96
A.6.2.1 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	97
B.1 Consultores Contratados na Modalidade Produto, no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	110

INTRODUÇÃO

Com base no PPA 2012-2015 – o **Plano Mais Brasil** – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) apresenta neste Documento suas políticas para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos. As áreas de atuação da SECADI contemplam, ainda, agendas políticas de caráter intersetorial.

As ações, projetos e programas da SECADI são destinados à formação de gestores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, à disponibilização de recursos tecnológicos e à melhoria da infraestrutura das escolas, buscando incidir sobre fatores que promovam o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças.

De acordo com a Portaria do TCU nº 175/2013, que orienta a elaboração dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013, os itens abaixo relacionados, seus respectivos subitens e quadros não informados neste Relatório são de responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério da Educação:

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Com exceção do subitem 27.1 – Contratação de Consultores na Modalidade “Produto” – todos os itens e subitens da PARTE B do Relatório de Gestão não se aplicam à SECADI, tendo em vista que para respondê-la foram selecionadas Unidades Jurisdicionadas específicas, constantes na DN/TCU 127/2013.

Esse Relatório foi elaborado com base na Instrução Normativa TCU nº 72/2013, na Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e nas orientações do Órgão de Controle Interno, conforme a seguir:

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Os subitens 1.1.2 – Relatório de Gestão Consolidado; 1.1.3 – Relatório de Gestão Agregado; 1.1.4 – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado não se aplicam à SECADI, tendo em vista que a DN/TCU nº 127/2013 define que o Relatório a ser apresentado deva ser o Individual.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação – MEC			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			
Denominação Abreviada: SECADI			
Código SIORG: 075510	Código LOA: 26101	Código SIAFI: 150028/00001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: 00394445001922
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação da educação; administração federal, estadual, municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022 9018	(099) 2022 9217	(099) 2022 9331
Endereço Eletrônico: secadi@mec.gov.br			
Página na Internet: http://portal.mec.gov.br/secadi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco L – Ed. Sede, 2º Andar, Gabinete, CEP 70047-900 – Brasília -DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução CD/FNDE nº 58, de 30 de dezembro de 2013: Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano.			
Portaria nº 1.285, de 27 de dezembro de 2013: Define composição da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).			

Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013: Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Resolução CD/FNDE nº 54, de 12 de dezembro de 2013: Estabelece orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da ação Saberes Indígenas na Escola.

Resolução CD/FNDE nº 52, de 11 de dezembro de 2013: Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no ciclo 2013 do Programa.

Portaria nº 98, de 06 de dezembro de 2013: Regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares.

Resolução FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013: Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola.

Portaria nº 1.129, de 17 de novembro de 2013: Cria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento.

Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013: Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE).

Portaria Ministerial MTE nº 1.687, de 21 de outubro de 2013: Institui, no âmbito do Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente, o Subcomitê para Promoção de Trabalho Decente em Grandes Eventos.

Resolução FNDE nº 38, de 08 de outubro de 2013: Estabelece orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da Escola da Terra.

Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013: Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação.

Portaria Normativa nº 21, de 28 de agosto de 2013: Dispõe sobre a inclusão da Educação para as Relações Étnico-Raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos programas e ações do Ministério da Educação.

Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013: Institui o Comitê Interministerial da Política de

Juventude.

Portaria nº 681, de 02 de agosto de 2013: Designa membros para compor a Comissão Brasileira do Braille (CBB).

Resolução CD/FNDE nº 32, de 02 de agosto de 2013: Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais localizadas no campo.

Resolução CD/FNDE nº 27, de 21 de junho de 2013: Dispõe sobre a descentralização e execução de créditos orçamentários do FNDE para a viabilização de Cursos de Formação Continuada no âmbito do Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família.

Resolução CD/FNDE nº 20, de 22 de maio de 2013: Estabelece critérios para a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros às Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano a partir de 2013.

Portaria Interministerial nº 29, de 21 de maio de 2013: Institui o Comitê Gestor Federal Juventude Viva (CGJuV) para acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva, e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva (FOMPI).

Portaria Interministerial nº 06, de 16 de maio de 2013: Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil do Campo.

Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013: Cria o Programa de Bolsa Permanência.

Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013: Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação.

Decreto nº 7.091, de 04 de fevereiro de 2013: Institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap).

Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013: Institui o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Resolução nº 09, de 27 de dezembro de 2012: Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar e monitorar a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3),

no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Resolução CD/FNDE nº 54, de 21 de novembro de 2012: Estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, para entrada de estudantes em 2013.

Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Resolução CD/FNDE nº 48, de 02 de outubro de 2012: Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e distrito federal para manutenção de novas turmas de educação de jovens e adultos, a partir do exercício 2012.

Portaria Interministerial nº 319, de 19 de setembro de 2012: Institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente – GT Juventude e Meio Ambiente.

Resolução nº 44, de 05 de setembro de 2012: Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Resolução CD/FNDE nº 41, de 24 de agosto de 2012: Estabelece os critérios e procedimentos para o pagamento de auxílio financeiro aos estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano.

Portaria MEC nº 993, de 1º de agosto de 2012: Constitui, no âmbito do Ministério da Educação, o Comitê Gestor do Projovem Urbano.

Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012: Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de

Jovens e Adultos.

Portaria Interministerial nº 883, de 05 de julho de 2012: Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2012: Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Resolução CD/FNDE nº 22, de 22 de junho de 2012: Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução/CD/FNDE, nº 7 de 12 de abril de 2012, a escolas públicas da educação básica para a implementação do plano de desenvolvimento da escola (PDE Escola).

Resolução CD/FNDE nº 20, de 22 de junho de 2012: Estabelece regras para a assistência financeira às Instituições de Educação Superior para os projetos educacionais que promovam o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos socialmente discriminados.

Portaria nº 25, de 19 de junho de 2012: Define condições para participação do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012: Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e distrito federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Resolução CD/FNDE nº 12, de 08 de junho de 2012: Estabelece os critérios para que os entes participantes do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) possam aderir ao Programa Caminho da Escola para pleitear recursos, visando à aquisição de veículos acessíveis para o transporte escolar no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

Resolução CNE/CP nº 01, 30 de maio de 2012: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CB nº 03, de 16 de maio de 2012: Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Resolução CD/FNDE nº 7, de 12 de abril de 2012: Dispõe sobre os procedimentos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao programa dinheiro direto na escola (PDDE).

Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Portaria MCT nº 139, de 23 de fevereiro de 2012: Institui o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA).

Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Resolução CD/FNDE nº 1, de 03 de janeiro de 2012: Estabelece as diretrizes e orientações para que os municípios, estados e o distrito federal possam buscar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de veículos para o transporte escolar, no âmbito do Programa Caminho da Escola.

Decreto nº 7.649, de 11 de dezembro de 2011: Altera o Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, passando a coordenação do Projovem Urbano e do Projovem Campo - Saberes da Terra para o Ministério da Educação.

Parecer CNE/CP nº 14, de 07 de dezembro de 2011: Estabelece Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

Portaria MTE nº 2.426, de 29 de novembro de 2011: Institui, no âmbito do Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente, o Subcomitê da Igualdade de Gênero e define sua composição.

Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011: Institui o Plano Estratégico de Educação para o Sistema Prisional.

Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –Plano Viver sem Limite.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e revoga o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008.

Resolução CD/FNDE nº 60, de 09 de novembro de 2011: Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano.

Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011: Institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform).

Resolução CD/FNDE nº 48, de 1º de setembro de 2011: Estabelece a prestação de apoio financeiro a projetos de formação continuada de profissionais da educação básica e de elaboração e produção de materiais didáticos voltados para a promoção, no contexto escolar, da educação em direitos humanos.

Resolução CD/FNDE nº 45, de 29 de agosto de 2011: Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa concedidas pela SECADI/MEC e pagas pelo FNDE/MEC a profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; educação do campo; educação escolar indígena; educação em áreas remanescentes de quilombos; educação em direitos humanos; educação ambiental e educação especial, ofertadas pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renaform).

Resolução CD/FNDE nº 40, de 26 de julho de 2011: Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo.

Portaria nº 1407, de 14 de dezembro de 2010: Institui o Fórum Nacional de Educação (FNE).

Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010: Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD).

Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Portaria MTE 2.511, de 21 de outubro de 2010: Cria o Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial.

Resolução CD/FNDE nº 28, de 28 de setembro de 2010: Aprova a assistência financeira à Secretaria de Políticas para as Mulheres para a execução do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010: Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Portaria MTE nº 1.949, de 08 de outubro de 2009: Altera a Portaria MTE nº 989, de 27 de

novembro de 2008 que institui o Comitê Gestor do Projovem Trabalhador.

Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo assinados em *New York*, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009: Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto Presidencial de 04 de junho de 2009: Institui Comitê Executivo para estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a construção de agenda de promoção do trabalho decente, firmado entre o Governo federal e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009: Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.

Resolução CD/FNDE nº 17, de 8 de abril de 2009: Estabelece orientações para a apresentação, a seleção e o apoio financeiro a projetos de instituições públicas de educação superior e da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (com educação superior) para a formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica voltados para o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes.

Resolução CD/FNDE nº 10, de 02 de abril 2009: Estabelece orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais de formação inicial e continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior.

Resolução CD/FNDE nº 08, de 26 de março de 2009: Estabelece orientações e diretrizes para a execução de projetos educacionais de formação continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica nas áreas de remanescentes de quilombos.

Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009: Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008: Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº

11.692, de 10 de junho de 2008.

Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008: Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008: Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008: Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Decreto Presidencial nº 6.289, de 6 de dezembro de 2007: Estabelece o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, institui o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007: Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

Decreto Presidencial nº 6.231, de 11 de outubro de 2007: Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007: Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007: Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007: Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

Decreto Presidencial nº 5.840, de 13 de julho de 2006: Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Portaria nº 4.542, de 28 de dezembro de 2005: Institui a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA).

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de

2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Portaria MEC nº 4032, de 24 de novembro de 2005: Institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia no Ministério da Educação.

Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005: Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude.

Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004: Determina que o MEC fará o acompanhamento da frequência escolar dos alunos do Bolsa Família.

Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004: Regulamenta o Programa Bolsa Família, que destina-se à transferência de renda direta às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004: Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.

Lei nº 10.880, de 09 de julho de 2004: Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.

Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004: Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004: Promulga a Convenção nº 169, sobre Povos Indígenas e Tribais, referente à ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004: Cria o Programa Bolsa Família.

Portaria SDH/PR nº 98, de 09 de julho de 2003: Institui o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Portaria n.º 952, de 08 de julho de 2003: Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: Inclui no Currículo Oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Resolução CNE/CEB 01, de 3 de abril de 2002: Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991: Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
150028	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
00001	Tesouro

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

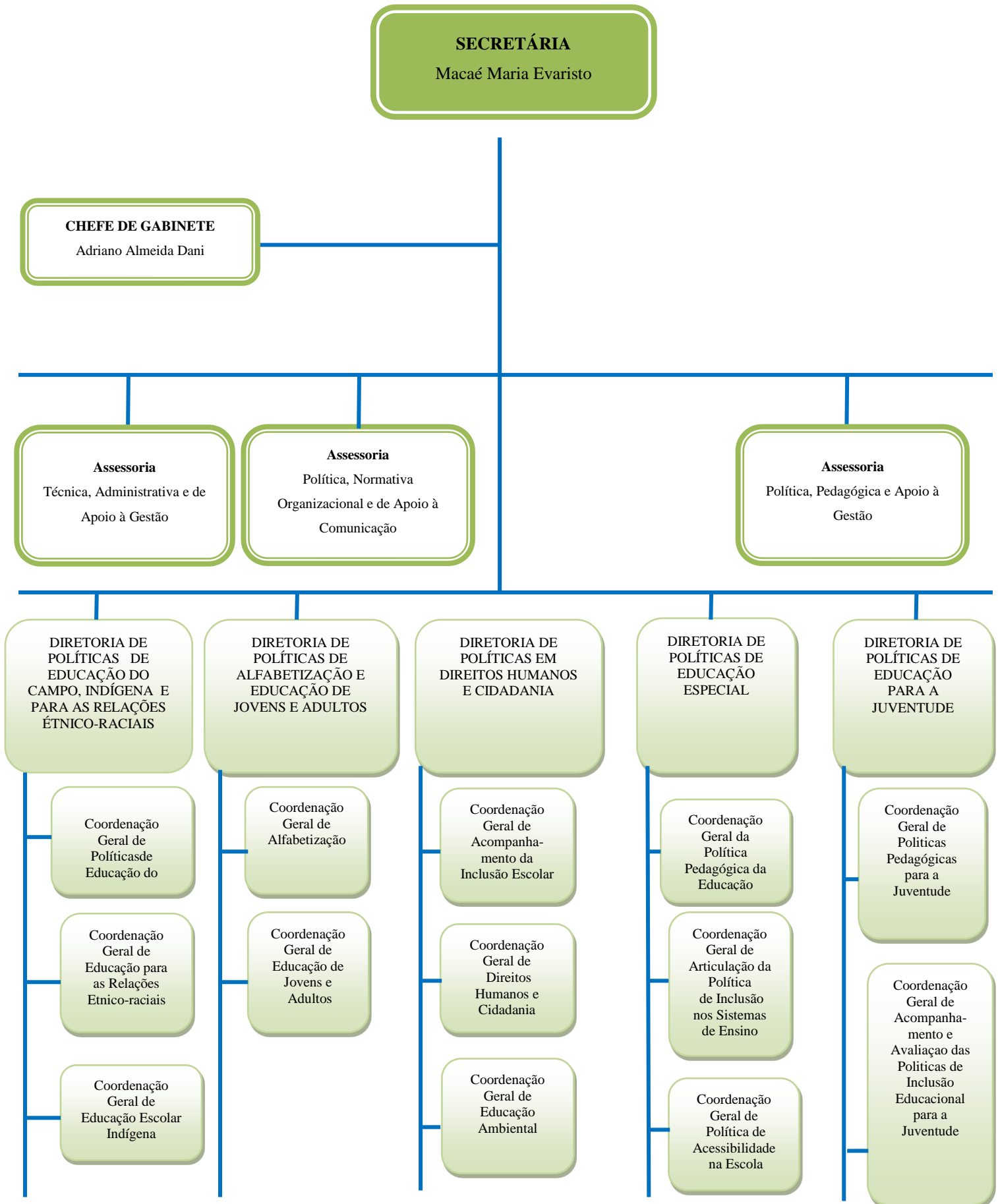
À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) compete: I- planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em comunidades remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial; II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial; III- coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, educação para as relações étnico-raciais, direitos humanos,

educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e IV- apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, educação para as relações étnico-raciais, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

Portanto, compete à SECADI contribuir na implementação de políticas públicas que se traduzem em mudanças por meio de desempenho satisfatório ou excelente, nos desafios apresentados nas temáticas abordadas, mobilizando um conjunto de recursos, colaborando com pertinência e eficácia no desenvolvimento da educação do País.

Com base no PPA 2012-2015, as políticas da Secretaria buscam atender aos objetivos de governo, identificados numericamente, conforme a seguir: (1) **Objetivo 0598** - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados; 0596- Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física. (2) **Objetivo 0597**- Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho e (3) **Objetivo 0599** - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Ao dirigente compete planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e dos projetos e programas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas respectivas áreas de competência, conforme abaixo:

À Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais compete:

I- Planejar, coordenar e orientar a implementação de políticas educacionais que promovam o acesso, a participação e a aprendizagem das populações do campo, dos povos indígenas e dos remanescentes de quilombos, em todos os níveis e modalidades de ensino; II- Acompanhar a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes à educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e à educação das relações étnico-raciais; III- Promover ações de melhoria da infraestrutura escolar, de formação de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para a educação escolar indígena, do campo e nas comunidades remanescentes de quilombo e à educação das relações étnico-raciais; e IV- Promover o desenvolvimento de ações para a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à valorização da diversidade étnico-racial e das línguas indígenas nos sistemas de ensino.

Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais:

I- Planejar, coordenar e orientar a implementação de políticas educacionais que promovam o acesso, a participação e a aprendizagem da população negra e das comunidades remanescentes de quilombo, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; II- Acompanhar a implementação das diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação referentes à educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e educação escolar quilombola, assim como as diretrizes para o atendimento de educação escolar das populações em situação de itinerância; III- Acompanhar as ações de melhoria da infraestrutura escolar, de formação de professores/as e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para a educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e educação escolar quilombola; e IV- Promover o desenvolvimento de ações para a formação de professores/as e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à valorização da educação para as relações étnico-raciais, ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e educação escolar quilombola nos sistemas de ensino.

Coordenação-Geral de Políticas de Educação do Campo:

I- Planejar, coordenar e orientar a implementação de políticas educacionais que promovam o acesso, a participação e a aprendizagem das populações do campo, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; II- Acompanhar a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes à educação do campo; III- Promover ações de melhoria da infraestrutura escolar, de formação de professores/as e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para a educação do campo; e IV- Promover o desenvolvimento de ações para a formação de professores/as e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à valorização da realidade vivida no campo nos sistemas de ensino.

Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena:

I- Planejar, coordenar e orientar a implementação de políticas educacionais que promovam o acesso, a participação e a aprendizagem dos povos indígenas em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; II- Acompanhar a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes à educação escolar indígena; III- Promover ações de melhoria da infraestrutura escolar, de formação de professores/as e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para a educação escolar indígena; e IV- Promover o desenvolvimento de ações para a formação de professores/as e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à valorização da diversidade étnica dos povos e línguas indígenas nos sistemas de ensino.

À Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos compete:

I- Propor e coordenar políticas para alfabetização e educação de jovens e adultos, em articulação com os sistemas de ensino, visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano no exercício da cidadania; II- Orientar, apoiar e acompanhar programas e ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos, considerando as diferentes características regionais, culturais e as necessidades educacionais específicas dos estudantes; III- Implementar política de apoio técnico e financeiro para a execução de ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, promovendo a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino de jovens e adultos; e IV- Apoiar ações de formação continuada de professores, o desenvolvimento e a

avaliação de materiais didáticos e pedagógicos para a alfabetização e a educação de jovens e adultos.

Coordenação Geral de Alfabetização:

I- Coordenar a política de alfabetização de jovens e adultos, em articulação com os sistemas de ensino, visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano no exercício da cidadania; II- Apoiar técnica e financeiramente, orientar e acompanhar o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); III- Apoiar ações de formação continuada de Alfabetizadores, Alfabetizadores-coordenadores de turma e Tradutores/Intérpretes de LIBRAS, voluntários do PBA; IV- Homologar as bolsas dos voluntários vinculados ao PBA.

Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos:

I- Coordenar políticas para Educação de Jovens e Adultos, em articulação com os sistemas de ensino; II- Apoiar técnica e financeiramente, orientar e acompanhar ações que garantam o direito ao acesso de pessoas com mais de 15 anos à escolarização, em regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios; III- Apoiar ações de formação continuada de professores de Educação de Jovens e Adultos; IV- Apoiar projetos de Educação de Jovens e Adultos voltados para a melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos.

À Diretoria de Políticas de Educação Especial compete:

I- Planejar, orientar e coordenar, em parceria com sistemas de ensino, a implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; II- Definir e implementar ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, visando garantir a escolarização e a ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial, em todos os níveis, etapas e modalidades; III- Promover o desenvolvimento de ações para a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos e a acessibilidade nos ambientes escolares; IV- Promover a transversalidade e a intersetorialidade da educação especial, visando assegurar o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, em igualdade de condições com os demais alunos.

Coordenação Geral de Política Pedagógica da Educação Especial:

I- Orientar a implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a fim de assegurar o direito das pessoas com deficiência à educação superior. II- Orientar a definição e implementação, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ações de apoio técnico e financeiro à Rede Federal de Educação Superior, visando garantir o acesso, a participação e aprendizagem das pessoas com deficiência na educação superior. III- Orientar, definir e planejar, em parceria com as Instituições de Educação Superior, ações de formação continuada de professores, em educação especial, na perspectiva inclusiva.

Coordenação Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino:

I- Orientar a implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, visando garantir a escolarização e a ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial, em todas as etapas e modalidades, da educação básica. II- Orientar a definição e implementação, em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e os sistemas públicos de educação básica, ações de apoio técnico e financeiro, visando garantir o acesso, a participação e aprendizagem das pessoas com deficiência na educação básica. III- Promover a transversalidade e a intersetorialidade da educação especial, visando assegurar o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, em igualdade de condições com os demais alunos.

Coordenação Geral de Política de Acessibilidade na Escola:

I- Orientar a implementação de ações para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, por meio da institucionalização das condições de acessibilidade. II- Orientar a definição, formulação e implementação das ações de apoio técnico e financeiro para ampliar a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, tendo em vista a promoção de acessibilidade pedagógica, arquitetônica, na comunicação/informação e no transporte escolar.

À Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania compete:

I- Planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania, em articulação com os sistemas de ensino, visando à superação de preconceitos e à eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar; II- Desenvolver programas e ações transversais de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania nos sistemas de ensino, visando à educação para a diversidade de gênero e orientação sexual, ao enfrentamento da violência, ao desenvolvimento sustentável e à superação das situações de vulnerabilidade socioambiental; III- Promover ações para a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à difusão dos temas em que atua a Diretoria, junto aos sistemas de ensino; IV- Promover e apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino para a implementação de ações voltadas a promoção da educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania; V- Acompanhar, em parceria com os sistemas de ensino, a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família; e VI- Propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade.

Coordenação-Geral de Educação Ambiental:

I- Coordenar, no âmbito do Órgão gestor, constituído pelo Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); II- Conceber, planejar e implementar processos educativos permanentes, continuados e articulados em educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino formal; III- Fomentar, apoiar e monitorar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; IV- Oferecer formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação; V- Promover a realização das reuniões ordinárias do Comitê Assessor do Órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; VI- Observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Nacional de Educação (CNE); VII- Estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais; VIII- Promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de educação ambiental e o intercâmbio de informações; IX- Indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de educação ambiental; X- Estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando ao acompanhamento e avaliação de projetos de educação

ambiental; XI- Levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de educação ambiental; XII-Assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em educação ambiental: a) orientação e consolidação de projetos; b) incentivo e multiplicação de projetos bem-sucedidos; c) compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação; XIII- Participar dos colegiados internacionais de educação ambiental, particularmente no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (CPLP), do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) e do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no Setorial de Educação do Mercosul.

Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar:

I-Promover ações para a formação dos profissionais da educação e o desenvolvimento de materiais pedagógicos, visando à difusão dos temas que reflitam as relações entre educação, pobreza, desigualdade social e diversidade, junto aos sistemas de ensino; II- Promover e apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino para a implementação de ações voltadas à promoção da educação em direitos humanos e cidadania; III- Acompanhar, em parceria com os sistemas de ensino, a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família; IV- Propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade.

Coordenação Geral de Direitos Humanos:

I- Promover concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas; II- Apoiar os sistemas de ensino e suas instituições na efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos por todos/as os/as envolvidos/as nos processos educacionais; III- Orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos; IV- Fomentar a construção de Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Regimentos Escolares, Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior, formação inicial e continuada, materiais didáticos e pedagógicos, do modelo

de ensino, pesquisa e extensão, de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos; V- Fomentar e divulgar estudos e experiências bem-sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.

À Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude compete:

I- Planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação para a juventude, em articulação com os sistemas de ensino e com os órgãos executores das políticas de juventude, visando à garantia do direito à educação por meio da promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem; II- Desenvolver programas e ações transversais de educação para a juventude nos sistemas de ensino, visando à garantia da escolarização e a ampliação das oportunidades de inclusão social; III- Promover o desenvolvimento de ações para a formação de gestores e educadores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, voltados à educação e inclusão de jovens junto aos sistemas de ensino; IV- Organizar e coordenar os sistemas de informação, monitoramento e análise de indicadores referentes aos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Diretoria, em articulação com áreas afins do Ministério e de outros Órgãos governamentais; V- Apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino para a implementação de programas, projetos e ações voltados à promoção da educação para a juventude, em articulação com iniciativas de inclusão social; e VI- Desenvolver estudos sobre as situações de vulnerabilidade e impacto das políticas educacionais relacionadas à juventude.

Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Inclusão Educacional para a Juventude:

I- Desenvolver ferramentas para o acompanhamento das políticas e programas de inclusão educacional para a juventude que propiciem a valoração do impacto da sua implementação, bem como subsidiem a concepção/alteração de mecanismos que garantam e aperfeiçoem sua efetividade; II- Desenvolver ações para a avaliação e o acompanhamento das políticas e programas de inclusão educacional para a juventude, verificando a sua efetividade junto ao público-alvo e a sua abrangência de forma a subsidiar mecanismos de oferta e permanência; III- Acompanhar os dados de frequência e de pagamento de bolsas aos estudantes; IV- Promover e acompanhar o desenvolvimento de ações para a formação de gestores e formadores e de distribuição de materiais didáticos e pedagógicos; V- Organizar, orientar e coordenar os processos legais para a

implementação das políticas e programas de inclusão educacional para a juventude; e VI- Promover, orientar e apoiar os sistemas de ensino na implementação de ações voltadas à promoção da inclusão educacional da juventude.

Coordenação-Geral de Políticas Pedagógicas para a Juventude:

I-Desenvolver ações de planejamento, orientação e acompanhamento da execução de propostas pedagógicas voltadas às ações e programas de inclusão educacional para a juventude; II- Planejar e acompanhar os processos de elaboração de material didático com o objetivo de assegurar a oferta do material necessário para o desenvolvimento de ações e programas voltados à inclusão educacional para a juventude; III- Desenvolver ações de planejamento, orientação e acompanhamento da implementação pedagógica do Projovem Urbano nos estados e municípios; IV- Participar do processo de elaboração e desenvolvimento de formação continuada de formadores, educadores e gestores; V- Promover ações para a formação de professores e desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à difusão de temas voltados às políticas de educação para a juventude, junto aos sistemas de ensino; VI- Promover, orientar e apoiar os sistemas de ensino para a implementação de ações voltadas à promoção da inclusão educacional da juventude.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Em relação aos macroprocessos finalísticos a SECADI prioriza o fortalecimento das políticas educacionais voltadas para a educação intercultural dos povos indígenas, o atendimento às especificidades das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombo e demais povos, para as relações étnico-raciais, a sustentabilidade socioambiental, a educação em direitos humanos, de gênero e diversidade sexual, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a alfabetização, a elevação de escolaridade, qualificação profissional e a participação cidadã, bem como a implementação de estratégias específicas para a juventude e as pessoas em privação de liberdade. Essas políticas têm por objetivo reduzir as desigualdades, atendendo a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional. Nessa perspectiva, destacam-se as atuais Resoluções do Conselho Nacional de Educação, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais, orientando a construção de um sistema educacional inclusivo, que garanta o direito universal de acesso à escolarização e assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da diversidade humana, social, cultural, ambiental, regional e geracional.

No âmbito da Educação Especial, verifica-se a formulação e implementação de políticas públicas de inclusão escolar, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Para tanto, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo “Acesso à Educação”, dentro do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – **Viver sem Limite**, que caracteriza-se em plano de ação trienal, ampliação de investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível; adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência.

A alfabetização e educação de jovens e adultos, a alfabetização e a elevação de escolaridade, com qualificação profissional, das pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que não concluíram a educação básica fazem parte dos macroprocessos. O **Programa Brasil Alfabetizado (PBA)** é a principal iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, para enfrentar o desafio de universalizar a alfabetização. Segundo dados da PNAD/2012, 8,7% da população com 15 anos ou mais são analfabetas. A maior parte delas se concentra na zona rural do Nordeste e tem idade superior a 50 anos. Vale salientar, aqui, que o público beneficiário do PBA é majoritariamente oriundo do campo, mulheres e afrodescendentes em alinhamento com as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria. A diversidade regional e as dimensões do Brasil requerem que as ações de alfabetização desenvolvidas no âmbito do PBA apresentem metodologias e práticas pedagógicas diferenciadas. A flexibilidade do desenho do Programa favorece a adequação do processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelos entes executores do programa.

Os egressos do PBA deverão ser encaminhados às turmas de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** para a continuidade dos estudos. Esse programa se traduz em um instrumento que exige a responsabilidade, o compromisso e a articulação dos municípios, estados, Distrito Federal e Governo federal, essenciais para institucionalizar as políticas públicas de educação de jovens e adultos, garantindo seu espaço e qualidade, além de ampliar a oferta.

Para garantir a escolarização das pessoas acima de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental e/ou ensino médio, o MEC/SECADI presta assistência financeira aos entes federados para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, além de garantir a distribuição de material didático e literário específicos e fomentar a formação continuada de professores da modalidade.

Para atender a **jovens e adultos privados de liberdade no sistema penitenciário**, a SECADI e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça implementam ações de ampliação e qualificação da oferta de educação para o Sistema Prisional e tem como uma de suas

diretrizes a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação.

Com o intuito de propor e fomentar políticas públicas voltadas à inclusão educacional e social dos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, a SECADI apoia técnica e financeiramente estados e municípios para o desenvolvimento de ações e programas que visam à formação integral para a elevação da escolaridade e promoção da autonomia desses jovens como sujeitos de direitos e deveres, ampliando-lhes a possibilidade de inserção no mundo do trabalho e em atividades de participação social. Destaca-se, neste aspecto, a parceria com estados e municípios para a implementação do **Programa Projovem Urbano**, que desenvolve um projeto pedagógico integrado em três dimensões: ensino fundamental, qualificação profissional inicial e participação cidadã.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece um novo marco na Educação do Campo ao dispor sobre a organização da educação básica em grupos não seriados e por alternância regular e ao definir que os currículos, além da base comum, devem contar com uma base diversificada, de acordo com as características regionais e locais das redes de ensino. Neste sentido, o **Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)** objetiva a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior para as populações do campo e quilombola, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico para este público.

As ações e programas referentes à Educação Escolar Indígena desenvolvidos em parceria com os sistemas de ensino, universidades públicas e institutos federais de educação, em diálogo com lideranças e organizações indígenas objetivam o acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem, fundamentados nos princípios preconizados pela Constituição Federal e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nessa perspectiva, foi criado em 2013 o **Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)**, que prevê ações de apoio técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino, para a efetivação dos territórios, a formação de professores (Saberes Indígenas na Escola), a ampliação do acesso aos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), o investimento para a melhoria da infraestrutura física e tecnológica das escolas indígenas.

A **Educação para as Relações Étnico-Raciais** objetiva a produção e divulgação de conhecimentos, atitudes e valores para a educação dos cidadãos e cidadãs quanto à pluralidade étnico-racial, ao respeito aos direitos de todos, à valorização da identidade e à consolidação de uma nação

democrática, bem como ao reconhecimento e à valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e das raízes africanas no Brasil. Os princípios fundamentais da Educação para as Relações Étnico-Raciais são a consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e de direitos; o combate ao racismo e às discriminações. Para a efetivação destes princípios, o MEC/SECADI investiu na formação de professores, em parceria com as Instituições de Ensino Superior.

Na área de **Educação em Direitos Humanos e Cidadania**, ao longo de 2013 os sistemas de ensino foram orientados para a implementação de políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania, visando à superação de preconceitos e à eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar, fomentando a criação de uma cultura de direitos, a sustentabilidade socioambiental e o atendimento educacional a populações em situação de vulnerabilidade social. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se a formação continuada de profissionais do magistério e a produção de materiais didáticos para os sistemas de ensino e redes de proteção.

Como cumprimento da condicionalidade em educação dos beneficiários do Programa Bolsa Família, mas principalmente para incidir sobre a permanência e a progressão escolar de 17,5 milhões de estudantes, o **acompanhamento da frequência escolar** alcançou o maior desempenho de cobertura nos 10 anos de seu desenvolvimento.

Com o objetivo de inserir a educação ambiental de forma permanente nas práticas pedagógicas das escolas, foram desenvolvidas estratégias para a formulação do **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Uma ação importante foi o apoio aos sistemas de ensino para o desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento de espaços educadores sustentáveis.

O **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade** promove a formação continuada de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

III Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas - a escola aprendendo com as diferenças: Em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União dos

Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e patrocínio da Fundação MAPFRE, objetivando promover, difundir e valorizar experiências de inclusão na educação infantil.

Seminários Regionais do Programa Viver sem Limite: Com a finalidade de avaliar a implementação das ações que compõem o eixo I - acesso à educação- foram realizados três seminários regionais, com a participação de professores, gestores e representantes da sociedade civil.

Oficina sobre educação inclusiva: No âmbito do Programa Educação como Ponte Estratégica Brasil-África, foi desenvolvida oficina sobre o uso de tecnologia assistiva e experiências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), envolvendo representantes do Ministério da Educação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

IV Seminário Nacional pela Educação nas Prisões: Em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), o Seminário contou com a participação de gestores envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos nos estabelecimentos penais, para promover a efetivação da oferta de educação nos estabelecimentos penais de forma sistematizada, por meio dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, elaborados em 2012. O Seminário foi estratégico para manter mais próximo o diálogo entre as Unidades Federativas e o Governo Federal. Este evento teve como principal objetivo orientar os responsáveis pela educação nas prisões na elaboração do projeto político-pedagógico para as unidades prisionais, etapa fundamental à execução dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões e efetivação da remição da pena pelo estudo, bem como compartilhar experiências inovadoras e apresentar devolutiva sobre os Planos Estaduais.

Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA): Criada em 2003 como instância de assessoramento ao Ministério da Educação na execução do Programa Brasil Alfabetizado e na formulação e implementação da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Em 2013, foram criados os Grupos de Formação e Educação Profissional; da Medalha Paulo Freire; da Agenda Territorial, de acesso e Diretrizes da EJA e EJA/PRONATEC, para avaliar e propor mudanças no Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

XIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA): Realizado no Rio Grande do Norte, teve como objetivo fomentar discussão na qual os participantes de todos os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos – educandos, educadores, entidades governamentais e não governamentais, movimentos sociais, entre outros – partilham suas convicções e concepções acerca da educação de jovens e adultos.

Reunião CADARA/Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial: Para discussão do Documento Referência para a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2014), que culminou na elaboração das Contribuições da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros - CADARA/Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial. A reunião da CADARA ocorreu como ação inserida na III Reunião Técnica Internacional do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), na qual foi discutida a agenda relativa à comemoração dos dez anos da Lei nº 10.639/03, que versa sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e, ainda, relatados e debatidos os avanços e perspectivas na educação das relações étnico-raciais.

II Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola: Para marcar a homologação e debater as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Seminário SECADI/SETEC: Agenda que favoreceu a discussão em torno da temática étnico-racial, que inclui a diversidade e inclusão com assessores institucionais e gestores/as dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com palestras sobre “Os 10 anos da Lei 10.639/2003: perspectivas e desafios da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para Educação Escolar Quilombola na educação profissional e tecnológica”.

I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Lançamento da agenda interinstitucional MEC e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tendo como objetivo primordial a salvaguarda da tradição africana preservada no Brasil, composto por um conjunto de políticas públicas que visa, principalmente, à garantia de direitos, à proteção do patrimônio cultural e ao enfrentamento à extrema pobreza, com a implementação de ações estruturantes. No âmbito do referido Plano, o MEC se responsabiliza por ações de elevação da escolaridade dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

I Semana Nacional dos Povos Ciganos: Para dar visibilidade à resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define as diretrizes para o atendimento escolar de crianças em situação de itinerância, o Ministério da Educação realizou oficina que reuniu cerca de 300 representantes dos povos ciganos, de 19 Unidades da Federação. Além do MEC, esta agenda organizada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial contou com a participação de representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Governo do Distrito Federal, dentre outros.

Projeto Curta Histórias: Curta Histórias é uma premiação voltada aos alunos matriculados na Educação Básica da rede pública de ensino de todo o país. Criado em 2013, o prêmio teve como tema de abertura “Africanidades Brasileiras”. Esta iniciativa objetivou incentivar novos talentos e estimular o desenvolvimento das atividades pedagógicas, audiovisuais de cunho cultural e educativo em escolas públicas brasileiras. Desta forma, buscou valorizar a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica.

Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento: Iniciativa inovadora, em 2013 foi criado este programa com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos), indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que apresentam elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Reuniões da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI): Espaço de interlocução, participação e controle social indígena. Foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias que debateram a reestruturação da Comissão e o Seminário ‘Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro’.

Reuniões da Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC): Conforme determina o regimento da Comissão, foram realizadas reuniões ordinárias para monitoramento das ações do PRONACAMPO, do PROCAMPO e instalação do Grupo de Trabalho para estruturação de documento Orientador para a Educação Infantil no/do campo.

IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada por adesão das escolas públicas do segundo segmento do Ensino Fundamental, representa um marco na política de Educação Ambiental do país. Estratégia que buscou a mobilização e o envolvimento das escolas na defesa da qualidade de vida e do ambiente, a implementação de escolas sustentáveis alcançou os melhores resultados de participação dos últimos 10 anos. Resultado das conferencias anteriores, o **I Encontro Nacional de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente** no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, foi outra agenda importante na elaboração do Programa Escolas Sustentáveis.

Destaca-se a promoção da formação continuada na temática ambiental para profissionais da educação, bem como a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho

Interministerial responsável pelo estabelecimento de conteúdos, formatos, planejamento e criação da Política e do Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.

Prêmios Construindo a Igualdade de Gênero e pré-lançamento do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos: A 9ª Edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero selecionou redações, artigos científicos e projetos pedagógicos produzidos por estudantes de Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação e Escolas da Educação Básica na área das relações de gênero, mulheres e feminismos, contemplando suas interseções com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Em 2013, foi realizada a Cerimônia de Entrega da 8ª Edição, além da mobilização, inscrição e seleção da 9ª Edição do Prêmio, que registrou 2.031 trabalhos inscritos.

1º Seminário Nacional de Políticas de Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente: Teve como objetivo fortalecer a interlocução entre MEC, estados e Distrito Federal, além de debater políticas que viabilizem o alcance de valores sociais voltados para a conquista de uma sociedade de direitos, ambiental e socialmente justa e sustentável, além de discutir a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e das Diretrizes para Educação Ambiental. Esse Seminário contou com a presença de 140 participantes estaduais das áreas de educação em direitos humanos, educação ambiental, acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família e Programa Educação Inclusiva.

2ª Reunião Técnica: Formação Continuada para e na Escola da Diversidade: Também chamada de “RTF 2” (ou Segunda Reunião Técnica de Formação), esta edição foi organizada pela SECADI e contou com o apoio da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Estiveram representados o Fórum dos Comitês de Formação das Instituições de Ensino Superior e 74 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além de integrantes dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente (FEPADs) e os Fóruns de todas as 27 Unidades da Federação. Com um público de mais de 180 pessoas, a Reunião tornou-se um espaço privilegiado para a articulação interinstitucional e o diálogo qualificado em favor da efetivação da Política Nacional de Formação, demarcando um importante passo no diálogo entre o MEC e as IFES parceiras.

Encontros de Formação Continuada do Projovem Urbano: No âmbito das políticas de educação para a juventude, a SECADI realizou 43 encontros de formação continuada, envolvendo 400 formadores de educadores e 1.300 gestores que compõem as equipes locais de coordenação do Projovem Urbano. Esse processo formativo visa promover a reflexão sobre a temática da juventude e a apropriação do projeto pedagógico integrado do Programa pelos formadores e gestores. Entre

eles, foi realizado também um **Encontro entre os gestores estaduais das Secretarias de Educação e de Segurança Pública** para a implementação do Projovem nas unidades prisionais. Destaca-se, ainda, a realização de oficinas temáticas sobre a violência contra os jovens negros, com o intuito de apoiar as ações do Plano de Juventude Viva.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

As políticas coordenadas pela SECADI, concebidas a partir do princípio da transversalidade, são implementadas de forma intersetorial e contam com a imprescindível colaboração de outros órgãos governamentais, entes federados, entidades civis e da iniciativa privada, a saber:

- Academia Brasileira de Audiologia – ABA
- Agência Brasileira de Cooperação - ABC
- Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA
- ANDI – Comunicação e Direitos
- Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP
- Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT
- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional ABRAPEE
- Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo – ABRAÇA
- Associação Casa da Árvore
- Associação Nacional de Direitos Humanos
- Associação Nacional de membros do Ministério Público de defesa dos direitos dos idosos e pessoas com deficiência – AMPID
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Canal Futura/Fundação Roberto Marinho
- Centro de Apoio a Mães de Portadores de Eficiência – CAMPE
- Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos – CLAM
- Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CNRTA/CTI Renato Archer
- CNpQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Coletivos Jovens de Meio Ambiente – CJs
- Confederação Nacional da Indústria – CNI

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI
- Conselho Federal de Psicologia – CFP
- Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
- Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED
- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Coordenação-Geral do COMFOR da UFMT
- ECOS - Comunicação em Sexualidade
- Escola de Gente
- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO
- Federação Brasileira das Associações Síndrome de Down – FSDOWN
- Federação Nacional dos Sindicatos de Psicólogos- FENAPSI
- Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB
- Fórum Nacional de Educação Inclusiva
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCEE
- Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial Associação Internacional Maylê Sara Kalí
- Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades - CEERT
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI
- Fundação SM | Grupo SM
- Fundação Telefônica
- Fundação Vale
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
- Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
- Instituto Baresi
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH
- Instituto Estre de Responsabilidade Socioambiental
- Instituto Federal Bento Gonçalves - IFRS
- Instituto Federal da Bahia - IFBA

- Instituto Federal de Goiás - IFG
- Instituto Federal de Rondônia - IFRO
- Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
- Instituto Federal do Amazonas - IFAM
- Instituto Federal do Ceará - IFCE
- Instituto Federal do Espírito Santo - IFES
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG
- Instituto Federal do Pará - IFPA
- Instituto Federal do Piauí - IFPI
- Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN
- Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves
- Instituto Federal Farroupilha - IF FARROUPILHA
- Instituto Federal Goiano - IF Goiano
- Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
- Instituto Paulo Freire
- Instituto Rodrigo Mendes
- Instituto Superação Brasil – ISBRA
- Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença – LEPED
- Mães pela Igualdade
- Mais Diferenças
- Maurício de Sousa Produções
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
- Ministério da Justiça - MJ
- Ministério da Saúde - MS
- Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH
- Museu Nacional / UFRJ

- ONU Mulheres
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO
- Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OIE
- Organização Internacional do Trabalho – OIT
- Projeto Cala Boca Já Morreu
- Projeto Trilha da Vida
- Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA
- Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA
- Rede TransEduc
- Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental - RUPEA
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR
- Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR
- Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEPPIR/PR
- Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo
- Secretaria Nacional de Juventude - SNJ
- Secretarias Estaduais de Educação
- Secretarias Municipais de Educação
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- União Brasileira de Mulheres – UBM
- União dos Escoteiros do Brasil – UEB
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME
- Universidade de Brasília - UnB
- Universidade do Estado da Bahia - UNEB
- Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT
- Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL
- Universidade Estadual do Amazonas - UEA
- Universidade Estadual do Ceará – UECE
- Universidade Estadual do Pará - UEPA
- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
- Universidade Federal de Goiás - UFG
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR
- Universidade Federal de Roraima - UFRR
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
- Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
- Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
- Universidade Federal de Sergipe - UFS
- Universidade Federal de Tocantins - UFT
- Universidade Federal de Uberlândia - UFU
- Universidade Federal de Viçosa - UFV
- Universidade Federal do Acre - UFAC
- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
- Universidade Federal do Amazonas - UFAM
- Universidade Federal do Ceará - UFC
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
- Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
- Universidade Federal do Pará - UFPA
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- Universidade Federal do Rio Grande - FURG
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

O subitem 2.2.1 – Programa Temático – não é informado neste item do Relatório tem em vista que seu preenchimento será feito pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação. O subitem 2.2.3.4 – Ações – Orçamento de Investimento OI – não será informado pelo fato de a SECADI não ser gestora de ações de investimento e, sim, de custeio.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O Ministério da Educação, por meio da SECADI, desenvolve - em parceria com os sistemas de ensino - políticas educacionais voltadas à garantia dos direitos humanos, à valorização da diversidade e à inclusão, na educação básica e superior. Tais políticas objetivam implementar a educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação do campo, quilombola e escolar indígena, além das políticas para a juventude, educação das relações étnico-raciais, sustentabilidade socioambiental, acessibilidade, questões de gênero e diversidade sexual.

Dentre as políticas para a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais que orientam a construção de um sistema educacional inclusivo, visando à superação das desigualdades, a construção da cidadania, a afirmação da dignidade humana e o atendimento às especificidades dos diversos sujeitos sociais, destacam-se as **ações de formação dos profissionais da educação** com ênfase na gestão, nas práticas de ensino e na elaboração de materiais didáticos e pedagógicos.

No âmbito da Educação Especial, em cumprimento a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006 e considerando o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, a SECADI implementa a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008**.

O Censo Escolar MEC/INEP/2012 registra um **crescimento significativo da inclusão escolar**, com 820.433 estudantes público-alvo da educação especial na educação básica. Em 2013, o número de matrículas foi de 843.300. Nessa perspectiva, deu-se continuidade à implementação das **ações de apoio técnico e financeiro para ampliar o acesso de pessoas com deficiência**, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na educação básica e superior, expandido a disponibilização de **recursos de tecnologia assistiva**, de **veículo escolar acessível** e do número de escolas públicas com **acessibilidade arquitetônica**, em como o aumento do número de

profissionais com formação para o ensino e a tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais** apoia os sistemas de ensino na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentre os 5.246 municípios que possuem matrículas de estudantes público-alvo da educação especial nas redes públicas de ensino, 5.020 (96%) aderiram ao Programa. Em 2013, foram adquiridos equipamentos de tecnologia assistiva, materiais pedagógicos acessíveis para atualizar 13.500 salas de recursos multifuncionais (SRM) existentes. Além disso, foram adquiridos recursos de tecnologia assistiva, mobiliários e materiais didáticos acessíveis para 4.000 novas SRM. Em 2014 será realizada a atualização de 15.000 SRM existentes, a fim de se atingir, a implantação de 42.000 salas de recursos multifuncionais, e atualização de 30.000 salas de recursos multifuncionais, implantadas no período de 2005 a 2010, conforme meta preconizada pelo Viver sem Limite. Esta ação promove a organização e a oferta do AEE nas escolas públicas, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Visando à **adequação arquitetônica dos prédios escolares** para promoção de acessibilidade, o PDDE - Escola Acessível atendeu, em 2013, a 9.036 escolas. No período de 2008 a 2013, 47.499 escolas foram atendidas. Em 2014, está previsto o atendimento de mais 11.676 escolas, com o objetivo de apoiar a promoção da acessibilidade arquitetônica, que continua sendo o pior indicador referente à inclusão escolar, embora seja o indicador com maior percentual de crescimento.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a SECADI implementa o **Programa BPC na Escola**, com objetivo de acompanhar o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com deficiência do Benefício da Prestação Continuada (BPC), na faixa etária de 0 a 18 anos. Considerando que a falta de transporte acessível é uma das principais barreiras ao acesso e permanência na escola, o MEC apoia os municípios na busca ativa dos beneficiários do BPC, viabilizando a **aquisição de veículos para o transporte escolar acessível**.

No período de 2012 a 2013, 1.322 municípios foram contemplados com 1.997 veículos. Em 2013, foi financiada a aquisição de 734¹ veículos para **Transporte Escolar Acessível**. Assim, a meta prevista para 2014, é de aquisição de 612 veículos, permitindo, a consecução da meta estabelecida

¹ Fonte: Painel SIMEC

de 2.609 veículos, em atendimento a 1.530 municípios priorizados, para o Transporte Escolar acessível no final da vigência do Viver sem Limite.

Com o intuito de apoiar a **formação inicial de professores e de tradutores/intérpretes de LIBRAS** para a organização e oferta da educação bilíngue nas escolas de ensino regular, em 2013 foi pactuada a criação de 16 novos cursos de Letras/Libras/Língua Portuguesa, cuja institucionalização ocorrerá durante 2014, uma vez que depende da tramitação nos diversos colegiados das instituições federais de educação superior, assim como pressupõe a realização de concursos públicos para contratação dos profissionais da área.

O Programa Incluir, de acessibilidade na educação superior, em 2013, apoiou 59 projetos, objetivando o fortalecimento dos **Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (Programa Incluir)**.

A partir da política de inclusão das pessoas com deficiência, fortalecidas no Plano Viver sem Limite, registra-se um impacto significativo na ampliação do acesso à educação superior, que passou de 5.078 matrículas, em 2003, para 26.663, em 2012.

Ao longo da última década o Ministério da Educação construiu uma política sistêmica de enfrentamento do analfabetismo. Contribuiu significativamente para esta agenda o **Programa Brasil Alfabetizado (PBA)**, desenvolvido em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios e que garante recursos para as seguintes ações: formação dos alfabetizadores, aquisição e produção de materiais pedagógicos, alimentação escolar e transporte dos alfabetizandos. Prevê, ainda, bolsas para alfabetizadores e coordenadores voluntários do Programa. O Programa favorece a adequação do processo educativo, contemplando a diversidade regional, étnico-racial, cultural, de gênero, de deficiência, entre outras, assegurando o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas. Nessa perspectiva, o PBA prevê a integração das políticas de alfabetização com as ações do Plano Brasil Sem Miséria, do Projeto Olhar Brasil, do Plano Estratégico para a Educação no Sistema Prisional, para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e do Programa Pescando Letras. Em 2013, o PBA financiou o atendimento a 1.113.450 alfabetizandos, em 97.408 turmas de alfabetização, contando com 90.164 alfabetizadores, 16.266 alfabetizadores coordenadores e 204 alfabetizadores tradutores totalizando 106.634 bolsistas. Cabe destacar que o analfabetismo vem sendo reduzido no Brasil, passando de 11,6% em 2003, para 8,7% em 2012, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD).

Para apoiar estados e municípios na política de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, a SECADI, por meio de resolução específica transferiu recursos para a abertura de 239.542 novas vagas. A iniciativa alcançou 1.196 municípios e 19 estados.

Além de ampliar as matrículas presenciais do ensino fundamental e médio, contribuir para a expansão da oferta de EJA, especialmente aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais, a Resolução promove a articulação entre os entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudos de jovens e adultos nos sistemas de ensino.

Compete ao MEC o apoio financeiro para equipar e aparelhar os espaços, distribuir material didático, compor os acervos das bibliotecas, fomentar programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos e de capacitação dos profissionais, no âmbito do **Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional** (PEESP). Ao Ministério da Justiça cabe o apoio financeiro para construção, ampliação e reforma dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais.

Por meio dos planos, os governos estaduais apresentaram um diagnóstico educacional da população carcerária e as propostas para ampliar a oferta educativa nos estabelecimentos penais do País. As demandas de qualificação profissional são atendidas pelo **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** (Pronatec), em uma ação conjunta da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

O **Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos** (PNLD/EJA) disponibiliza obras didáticas aos alfabetizandos e alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado, aos alunos e professores do ensino fundamental e do ensino médio, na modalidade de EJA da Rede pública. Em 2013, foram distribuídos 4.692.543 livros didáticos.

Com objetivo de garantir a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação às populações do campo, o Pronacampo apoiou ações para a melhoria da infraestrutura das escolas públicas, a formação inicial e continuada de professores e a disponibilização de material didático específico aos estudantes do campo e quilombola, conforme a seguir:

- O **Programa Nacional do Livro Didático** (PNLD Campo) contempla a elaboração e distribuição de coleções com metodologias específicas voltadas à realidade do campo e conteúdos curriculares que favorecem a interação entre os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades. Em 2013, foram distribuídos 4.550.603 livros didáticos, atendendo a 63.791 escolas e a 2.136.841 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.
- O **Programa de Apoio à Formação de Licenciatura em Educação do Campo** (Procampo), por meio das instituições públicas de ensino superior, contempla a oferta de cursos de graduação em regime de alternância, que habilitam para a docência por área de

conhecimento nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, nas escolas do campo. Em 2013 foi autorizado concurso público para viabilizar os 43 novos cursos ofertados pelas instituições federais de ensino superior (IFES).

- Na formação continuada de professores, a ação **Escola da Terra** visa à promoção da qualidade do ensino nas escolas do campo e quilombolas com classes multisseriadas, que prevê ações para o fortalecimento da gestão e das práticas pedagógicas, contemplando a formação continuada de professores, a estruturação de equipe local responsável pelo acompanhamento pedagógico e a disponibilização de materiais pedagógicos específicos. Atualmente são oito IFES que atuam no Programa.
- Para garantir a Inclusão Digital, em 2013 foram entregues 47.000 *laptops* educacionais em 3.768 municípios.
- Também em 2013 foram contempladas no **PDDE Escola do Campo** 3.583 escolas rurais e no **PDDE Água na Escola e Esgotamento Sanitário** 851 escolas.
- A ação de **Construção de Escolas** tem por objetivo apoiar a renovação da rede física das escolas das redes públicas de ensino, por meio do apoio técnico e financeiro, para a construção de prédios escolares nas comunidades do campo, indígenas e remanescentes de quilombo. Em 2013, foram aprovados pelo FNDE 903 projetos de construção de escolas do campo, 46 quilombolas e 31 indígenas.²
- A ação de Transporte Escolar, executada no **Programa Caminho da Escola**, visa apoiar os sistemas de ensino para garantir o acesso do estudante do campo à educação por meio do transporte escolar intracampo, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes. Em 2013, foram disponibilizados 2.919 ônibus para 1.336 municípios, por meio do FNDE, BNDES e recursos do próprio município. Além disso, foram distribuídas 4.848 bicicletas e 49 embarcações para 20 municípios.

A Educação Escolar Indígena, por meio dos **Territórios Etnoeducacionais** (TEEs), objetiva o acesso à educação intercultural, bilíngue/multilíngue, na perspectiva da valorização da sociodiversidade dos povos indígenas. Nessa perspectiva, os TEEs constituem um modelo específico de organização da gestão da educação escolar indígena com base nas territorialidades dos Povos Indígenas, na promoção de sua participação e controle social nas ações, políticas e programas planejados e desenvolvidos e na articulação entre instituições e entes federados para a execução de

² Fonte: Painel SIMEC

um Plano de Ação para melhoria da Educação Escolar Intercultural, instituindo um regime de colaboração específico.

O **Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)** consiste em um conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino, para a organização e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena. Até 2013, foram pactuados 23 TEEs.

O **Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND)**, em 2013, liberou recursos para 16 Instituições de Educação Superior (IES), via matriz orçamentária, atendendo a 2.248 professores indígenas. Em 2013, 324 professores se formaram em curso superior e licenciaturas indígenas.

O **Programa de Bolsa Permanência** é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes negros, indígenas e quilombolas oriundos das escolas públicas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Uma característica importante do Programa é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre outros. Além disso, a Bolsa Permanência do Governo Federal também é acumulável com outros auxílios pagos com recursos próprios das Instituições Federais de Ensino Superior ou do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como os auxílios de moradia estudantil, alimentação, transporte e creche. O número de estudantes indígenas atendidos pelo Programa é de 1.756 (dados de 12/2013), o que tem significado um aporte importante para a permanência do estudante indígena na educação superior.

A ação **Saberes Indígenas na Escola** foi implementada por uma rede composta, inicialmente, por 23 Instituições de Ensino Superior, selecionadas por demonstrarem reconhecida experiência na área de pesquisa e formação de professores indígenas. A ação compreende:

- Formação continuada dos professores com cursos de aperfeiçoamento de 200 horas nas áreas de Letramento e Numeramento Indígena, Língua Portuguesa e Língua Portuguesa como segunda língua ou língua adicional;
- Bolsa para professores indígenas cursistas e para professores formadores indígenas responsáveis pela formação local;
- Constituição de seis redes de IES formadoras, de acordo com os povos atendidos;
- Produção de cinco dicionários escolares bilíngues (Língua Indígena/Língua Portuguesa);
- Formação de 500 professores indígenas até 2015.

Em 2013, 97 professores indígenas foram cadastrados e 72 iniciaram sua formação.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais está fundamentada na concepção da consciência política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos, das ações de combate ao racismo e às discriminações. Nessa perspectiva, foi instituído o **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, contemplando políticas públicas educacionais para a construção da igualdade racial. As ações afirmativas para eliminação das desigualdades étnico-raciais constituem um mecanismo importante, considerando que 51,07% da população brasileira se declaram negros (pretos ou pardos) e que dentre as pessoas acima de 15 anos analfabetas 68,3% são negros e, dentre as pessoas com menos de quatro anos de estudo, 64,6% são negros, conforme Censo IBGE/2010.

A disponibilização de materiais didático-pedagógicos e de obras de referência sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um dos eixos estratégicos para a implementação da Lei nº 10.639/03. Em 2013, foi desenvolvido em parceria com a UNESCO e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) projeto para a publicação da Coleção Síntese da Coleção História Geral da África (HGA) e dos materiais didáticos para professores/as e estudantes da educação básica, a serem distribuídos em 2014 às escolas da rede pública.

Em 2013, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa de Desenvolvimento Acadêmico que carrega o nome do grande ativista negro Abdias Nascimento. O objetivo do programa é proporcionar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou que portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com elevada qualificação em universidades instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Para apoiar estados e municípios na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a **Educação Escolar Quilombola** foram incorporadas novas subações no Plano de Ações Articuladas (PAR) de 2013, como: qualificar gestores/as escolares, professores/as profissionais da educação e lideranças sociais para a implementação das DCNs para a Educação Escolar Quilombola e orientar a atuação dos gestores/as escolares, professores/as e demais profissionais da educação para a implementação das DCNs para a Educação Escolar Quilombola.

Com o objetivo de orientar as Secretarias Estaduais de Educação na implementação do **Sistema de Atendimento Socioeducativo** (SINASE), o Ministério da Educação disponibilizou aos Secretários estaduais de Educação Nota Técnica de Orientação, apresentando um diagnóstico, premissas e parâmetros para garantir a escolarização e profissionalização dos adolescentes em cumprimento de

medida socioeducativa, inserindo-os na rede pública de educação, em qualquer fase do período letivo, contemplando as diversas faixas etárias e níveis de instrução. Ao longo do ano, a área de direitos humanos trabalhou no mapeamento, análise e diagnóstico de ações, projetos e programas do MEC que visam à melhoria da oferta de escolarização e profissionalização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; discutiu estratégias de articulação das Secretarias e Autarquias do MEC para adequação de oferta de seus projetos e programas para esse público; e realizou diagnóstico a partir de articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e análise de dados do Censo Escolar sobre a ação dos sistemas de ensino no cumprimento da medida socioeducativa, particularmente sobre o perfil de escolarização, perfil de escolas e perfil de professores. Ainda em 2013, o MEC realizou o primeiro **Seminário Nacional: o papel da Educação no Sistema Socioeducativo**, reunindo gestores educacionais, responsáveis pela execução das medidas em meio aberto e em meio fechado, avançando no debate das responsabilidades e desafios para o setor educação com relação ao SINASE.

Com vistas à distribuição de materiais pedagógicos aos professores e gestores da educação básica, a **Pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras**, desenvolvida em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), resultou no lançamento do material Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, lançado em dezembro durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Também em 2013 foi concluído o **Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente** desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que resultou no lançamento de quatro publicações: ECA nas Escolas: Perspectivas Interdisciplinares; ECA nas Escolas: Reflexões sobre os seus 20 anos; ECA nas Escolas: Experiências Universitárias; e ECA nas escolas: construindo possibilidades de promoção dos direitos da criança.

Em 2013, a realização da **IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA)** constituiu-se numa das principais iniciativas da área de Educação Ambiental, tendo alcançado o resultado mais expressivo entre todas as edições desta estratégia pedagógica que vem sendo realizada nos últimos dez anos. Esta quarta edição, portanto, contou com a participação de 17.457 escolas, distribuídas em 3.554 municípios e em torno de oito milhões de pessoas vinculadas à comunidade escolar. Esse processo de Conferência foi acompanhado por um Conselho Consultivo Nacional (CCN), constituído por inúmeros órgãos da administração pública federal direta; envolveu a promoção de encontros para o desenvolvimento de metodologias específicas aplicadas na etapa nacional, a realização de capacitação de Jovens Facilitadores oriundos dos Coletivos Jovens de todo o País, bem como promoveu a formação de oficinairos e a orientação dos especialistas integrados ao

conjunto das atividades oferecidas. Todas as 27 Unidades da Federação realizaram a etapa estadual da IV CNIJMA.

Outra ação a ser destacada é o PDDE Escolas Sustentáveis, que viabilizou a destinação de recursos financeiros às escolas públicas a fim de promover a sustentabilidade ambiental nas unidades escolares. Em 2013, 928 escolas já receberam o repasse e a meta é contemplar 30.000 escolas até 2015.

Ao longo de 2013, levou-se a termo as atividades desenvolvidas pelo **Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente** (GT Juventude e Meio Ambiente), com o objetivo de estabelecer conteúdos, formatos e planejar a criação da Política e do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. O trabalho, desenvolvido em conjunto com a Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério do Meio Ambiente, estendeu-se até setembro, culminando na apresentação de um amplo e minucioso relatório, contendo todos os procedimentos, metodologia de trabalho, formato e conteúdo da discussão e consulta pública realizada junto ao segmento e produtos resultantes, entre os quais, a proposta de criação do Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.

O Programa Mais Educação, reestruturado em 2012, contempla o macrocampo Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica, subdividido em três atividades: Horta Escolar e/ou Comunitária – organização infantojuvenil; Jardinagem Escolar – organização infantojuvenil; Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica – organização infantojuvenil. Em 2013, 3.093 escolas escolheram o macrocampo ambiental, envolvendo 495.746 estudantes, presentes nas 27 Unidades da Federação.

Durante 2013, no **monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família** foi realizado o acompanhamento bimestral, por meio do Sistema Presença, de 17,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens, entre 06 e 17 anos, correspondendo a 1/3 do total de matrículas na Educação Básica. Conforme dados do acompanhamento, os índices da frequência informada variam de 87% a 92% e o índice de beneficiários que cumprem a frequência mínima exigida pelo programa é 96%. A frequência mínima a ser cumprida pelos estudantes beneficiários é de 85% para beneficiários entre 06 e 15 anos e 75% para beneficiários de 16 e 17 anos. Dentre as 190 mil escolas em atividade registradas pelo Censo Escolar, 160 mil (84%) têm, ao menos, um beneficiário do PBF.

Demonstrando a efetividade do acompanhamento da frequência no contexto da política de inclusão social, os dados do Censo da Educação Básica indicam que as taxas de abandono escolar do público acompanhado foram menores, bem como a taxa de aprovação dos estudantes PBF no ensino médio,

que foi de 79,7%, enquanto a taxa de aprovação dos demais estudantes do ensino médio na rede pública foi de 76,5%. Para o fortalecimento dessa ação, foi formulado o **Programa Nacional de Formação Continuada para Gestores/as do PBF na Educação**. Em parceria com as Instituições Federais de Ensino Superior pretende-se, com essa iniciativa, apoiar a formação de 40 mil técnicos e gestores estaduais e municipais que trabalham no acompanhamento e gestão da condicionalidade. Em 2014, a estimativa é formar aproximadamente 4.000 pessoas.

O **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**, implementado em parceria com 166 municípios polo, objetiva a formação continuada de gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização da diversidade, dos direitos humanos, da inclusão e da sustentabilidade socioambiental. Em 2013, foram realizados 24 seminários regionais de formação continuada, contemplando 5.000 gestores e educadores.

O **Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano** - objetiva a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao exercício da cidadania, por meio da oferta de curso com 18 meses de duração. A edição do Projovem Urbano/2012, que teve seu curso iniciado em junho de 2012 e finalizado em dezembro de 2013, contou com a matrícula de 104.804 jovens, por meio da adesão de 119 municípios e 16 estados, ofertando o Programa em 319 municípios brasileiros. Na edição/2013, iniciada no segundo semestre deste mesmo ano, matricularam-se 97.076 jovens, por meio da adesão de 97 municípios e nove estados. Nesta mesma edição, o Programa atendeu aos jovens moradores de municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, que fazem parte do Plano Juventude Viva e aos jovens das unidades prisionais com um valor per capita diferenciado para o cálculo da transferência de recursos aos entes parceiros, bem como prioriza os jovens moradores de regiões impactadas por grandes obras, além de catadores de material reciclável.

Em 2014 haverá a oferta de 123.000 novas vagas para o Projovem Urbano e, ainda, a oferta de 40.000 vagas para jovens da agricultura familiar, por meio do Projovem Campo – Saberes da Terra. A SECADI, por meio da **Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM)**, em parceria com as instituições de ensino superior, oferta cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial e a distância, em atendimento às demandas de formação apresentadas pelos sistemas públicos de ensino. Em 2013, foram aprovados 185 cursos, atendendo a 52.810 vagas, nas seguintes áreas: Educação Especial – 16.341; Educação Ambiental – 7.760; Educação em Direitos Humanos – 14.690; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – 6.164; Educação do Campo – 2.550 e Educação para as Relações Étnico-Raciais – 3.435; Educação Indígena – 1.255; Educação Quilombola 495 e Educação para a Juventude – 120.

Cabe lembrar que foram liberados recursos das ações orçamentárias 0509, 0515, 20RP, 0E53, 20RQ, 20RF e 20RO que contribuíram para a execução de:

- Promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva - O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) /Acessibilidade;
- Adequação e benfeitoria na infraestrutura física das escolas do campo - PDDE/Campo;
- Garantia de adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário nas escolas do campo e quilombolas - Programa Dinheiro Direto na Escola Água e Esgotamento Sanitário;
- Apoio aos sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado - Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais- equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva;
- Aquisição de Transporte escolar acessível no âmbito do Programa Caminho da Escola;
- Aquisição de transporte escolar para a garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo, no âmbito do Pronacampo;
- Melhoria da infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos específicos para a Educação do Campo;
- Aquisição de material pedagógico – PNLD/Campo, PNLD/EJA, para Projovem Urbano e para as Salas de Recursos Multifuncionais;
- Monitoramento da Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF);
- Pagamento das bolsas da RENAFORM.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 Objetivo

Quadro A.2.2.1 – Objetivo

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO	
Descrição	0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do

	enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.			
Código	0598	Órgão	26000	
Programa	Educação Básica	Código	2030	

METAS QUALITATIVAS	
Sequência	Descrição das Metas
01	Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.
02	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do País ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta 8 do PNE 2011-2020.
03	Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.
04	Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
05	Fomentar programas de combate à violência e ao <i>bullying</i> na escola e promover a educação em direitos humanos.
06	Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
07	Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.
08	Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros.

Meta (1): Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.

Dados: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos: 9,8 anos em 2012.

18 a 29 anos - Meta 8E	9,4	n/d	9,6	9,8	Não disponível
do campo de 18 a 29 anos - Meta 8E	7,1	n/d	7,3	7,6	Não disponível
negra de 18 a 29 anos - Meta 8G	8,7	n/d	8,9	9,1	Não disponível

indígena de 18 a 29 anos - Meta 8H	8,9	n/d	7,8	8,1	Não disponível
18 a 29 anos entre os 25% mais pobres - Meta 8I	7	n/d	7,3	7,7	Não disponível
18 a 29 anos da região de menor escolaridade do país - Meta 8J	8,3	n/d	8,6	8,9	Não disponível

Fonte: SIMEC-IBGE/PNAD

Análise Situacional: O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – **Projovem Urbano** objetiva a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao exercício da cidadania, por meio da oferta de curso com 18 meses de duração. A edição do Projovem Urbano/2012, que teve seu curso iniciado em junho de 2012 e finalizado em dezembro de 2013, contou com a matrícula de 104.804 jovens, por meio da adesão de 119 municípios e 16 estados, ofertando o programa em 319 municípios brasileiros. Na edição/2013, iniciada no segundo semestre deste mesmo ano, matricularam-se 97.076 jovens, por meio da adesão de 97 municípios e nove estados. Nesta mesma edição, o Programa atendeu aos jovens moradores de municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, que fazem parte do Plano Juventude Viva e aos jovens das unidades prisionais com um valor per capita diferenciado para o cálculo da transferência de recursos aos entes parceiros, bem como prioriza os jovens moradores de regiões impactadas por grandes obras, além de catadores de material reciclável. O Programa oferece, ainda, salas de acolhimento para crianças de 0 a 8 anos, filhas dos estudantes, para promover a permanência dos alunos matriculados.

Meta (2): Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do País ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a Meta 8 A, B, C e D. do PNE 2011/2020.

Dados:

Escolaridade população de 18 a 24 anos:	Ano 2012
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	9,6
Meta 8A: Escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo	8,0
Meta 8B: Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região brasileira de menor escolaridade	8,9
Meta 8C: Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	8,0
Meta 8D: Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	9,0
Escolaridade média da população de não negros (exclui pretos e pardos) da população de 18 a 24 anos	10,4

Fonte: SIMEC-IBGE/PNAD

Análise Situacional: O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – **Projovem Campo – Saberes da Terra** objetiva a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 24 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao exercício da cidadania, por meio da oferta de curso com 24 meses de duração. O Projovem Campo/Saberes da Terra concedeu 88.277 auxílios financeiros, que corresponde em média a 14.712 estudantes atendidos.

Meta (3): Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Dados:

Etapas e Modalidades de Ensino na Educação Básica	Total de estudantes indígenas em 2009		Total de estudantes indígenas em 2012	
Total de estudantes indígenas na educação básica	224.161	100%	258.882	100%
Creche	1.754	0,7%	3.513	1,4%
Pré-escola	19.277	8,5%	19.957	7,71%
Ensino Fundamental – anos iniciais	117.640	52,4%	129.123	49,87%
Ensino Fundamental – anos finais	46.543	20,7%	51.597	19,9%
Ensino Médio	18.243	8,1%	26.424	10,2%
Educação Profissional	152	0,01%	2.058	0,8%
Educação de Jovens e Adultos	20.552	9,1%	26.210	10,12%

Análise Situacional: Pelos dados informados no Censo Escolar/INEP – Escolas Indígenas no período de 2007 a 2012, evidencia-se uma ampliação contínua da oferta da Educação Básica, em todas as etapas e modalidades para as populações indígenas. A construção de um novo modelo de planejamento e gestão da Educação Escolar Indígena, por meio dos **Territórios Etnoeducacionais** (TEEs) tem contribuído para a promoção da participação e controle social e na articulação entre instituições e entes federados para a execução de planos de ação para a melhoria da Educação Escolar Intercultural.

O PROLIND, em 2013, liberou recursos para 16 Instituições de Educação Superior (IES), via matriz orçamentária, atendendo a 2.938 professores indígenas. Em 2013, 116 professores se formaram em curso superior e licenciaturas indígenas.

A ação **Saberes Indígenas na Escola** foi implementada por uma rede composta, inicialmente, por 23 Instituições de Ensino Superior, selecionadas por demonstrarem reconhecida experiência na área de pesquisa e formação de professores indígenas. A ação compreende:

- Formação continuada dos professores com cursos de aperfeiçoamento de 200 horas nas áreas de Letramento e Numeramento Indígena, Língua Portuguesa e Língua Portuguesa como segunda língua ou língua adicional;
- Bolsa para professores indígenas cursistas e para professores formadores indígenas responsáveis pela formação local;
- Constituição de seis redes de IES formadoras, de acordo com os povos atendidos;
- Produção de cinco dicionários escolares bilíngues (Língua Indígena/Língua Portuguesa)
- Formar 500 professores indígenas até 2015

Em 2013, 97 professores indígenas foram cadastrados e 72 iniciaram sua formação.

Meta (4): Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Taxa de inclusão de alunos	2009	2010	2011	2012	2013
4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	69,1%	77,1%	81,7%	84,3%	85,31%
Público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular ou EJA	60,5%	68,9%	74,2%	75,7%	77,0%

Fonte: IBGE/PNAD – Painel SIMEC

Análise Situacional: Os índices apresentados expressam o crescimento percentual do número de estudantes público-alvo da educação especial matriculados nas classes comuns do ensino regular ou EJA. Em 2009, verificou-se percentual de 69,1% de inclusão escolar, que foi ampliado, em 2010, em 8 pontos percentuais. Essa tendência de alta se manteve em 2011, quando obteve-se 5 pontos percentuais a mais, atingindo 84,3% em 2012. Esse crescimento constante decorre da ampliação dos investimentos do MEC, em apoio aos sistemas públicos de ensino, por meio da transferência de recursos financeiros para promoção da acessibilidade arquitetônica e no transporte escolar, além da

disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, mobiliários, materiais didáticos acessíveis e da formação continuada de professores.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial, o MEC/SECADI engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional dos estudantes.

Em 2013, deu-se continuidade ao desenvolvimento das ações estratégicas, integrantes do Eixo Acesso à Educação, no âmbito do **Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite**. Assim, o Ministério da Educação ampliou investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva, transporte escolar acessível e adequação arquitetônica de prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda. Além do mais, os investimentos efetuados em 2013 favoreceram a ampliação das condições de acesso das pessoas com deficiência à educação superior, nas instituições federais e a expansão da formação de profissionais para o ensino, tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

É importante ressaltar que 92% das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica, motivo pelo qual as políticas públicas educacionais vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como alicerce do processo de transformação da sociedade brasileira. De 2011 a 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O **Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência** congrega um conjunto de ações em desenvolvimento nas diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao Eixo I - Acesso à Educação - foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Formação Inicial de Professores e de Tradutores e Intérpretes de Libras; Incluir - acessibilidade na educação superior; e aquisição de Transporte escolar acessível.

O **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais** apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar, à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial. No período de 2011 a 2013, foram disponibilizadas 17.500 SRM, e 15.000 *kits* de atualização para as SRM já existentes, alcançando 5.020 municípios, que representam 96% dos municípios brasileiros que registram matrículas de estudantes público-alvo da educação especial.

O **Programa Escola Acessível** contemplou mais 9.036 escolas. Em 2013, o Programa Caminho da Escola disponibilizou 630 veículos. Essa ação apoia a busca ativa dos beneficiários do BPC, com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola.

A **Educação Bilíngue** para formação de professores, tradutores e intérpretes em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa visa ampliar o apoio do Ministério da Educação à formação inicial de professores, tradutores e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, tendo em vista a organização e a oferta da Educação Bilíngue na perspectiva da educação inclusiva. Em 2013, o MEC apoiou 27 IFES que pactuaram a criação de cursos de Letras/Libras/Língua Portuguesa por meio da oferta de 189 vagas para a contratação de professores e 216 vagas para a contratação tradutores/intérpretes da Libras/Língua Portuguesa.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência na rede regular de ensino de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015, que é de 86,9% de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial e de 93,4% para 2020.

Meta (5): Fomentar programas de combate à violência e ao *bullying* na escola e promover educação em direitos humanos.

Análise Situacional: Ao longo de 2013, a área de Direitos Humanos apoiou técnica e financeiramente a produção de materiais pedagógicos (livros, vídeos, jogos). Nesse sentido, destacam-se os lançamentos do Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Curriculares e o relançamento da edição atualizada do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ambos elaborados em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Além disso, foi lançado o livro do 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres). Soma-se a isso o acompanhamento da implementação da primeira fase da Pesquisa Violência e Preconceito na Escola: Contextualizando o Problema, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia e coordenada pela Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com outras nove IFES.

Para enfrentar a violência e o *bullying* no ambiente escolar, tendo como perspectiva a efetivação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, o MEC distribuiu, em 2013, para 45 mil escolas públicas do País, os seguintes materiais pedagógicos: Impactos da Violência na Escola –

Um Diálogo com Professores; Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas – Perspectivas Interdisciplinares. Além disso, foi finalizada a pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, em parceria com OEI e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Meta (6): Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar o estabelecido na meta 9 do PNE 2011-2020.

Meta (7): Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.

Dados:

Taxa de Analfabetismo	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	9,7	9,6	8,6	8,7	Não disponível
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	20,3	n/d	20,4	18,3	Não disponível
Taxa de analfabetismo da população do campo com 15 anos ou mais de idade	22,8	n/d	21,2	21,1	Não disponível
Taxa de Analfabetismo da População Negra (Pretos + Pardos) na Faixa Etária de 15 anos ou mais	13,4	n/d	11,8	11,8	Não disponível

Fonte: IBGE/PNAD – Painel SIMEC

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
18 a 24 anos	9,4	n/d	9,5	9,6	Não disponível
18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	8,4	n/d	8,7	8,9	Não disponível
18 a 24 anos ente os 25% mais pobres	7,4	n/d	7,7	8,0	Não disponível
do campo 18 a 24 anos	7,5	n/d	7,7	8,0	Não disponível
indígena de 18 a 29 anos	8,9	n/d	7,8	8,1	Não disponível
negra de 18 a 24 anos	8,7	n/d	8,9	9,0	Não disponível
PNE - Metas de escolaridade média da população					
18 a 29 anos - Meta 8E	9,4	n/d	9,6	9,8	Não disponível
do campo de 18 a 29 anos - Meta 8E	7,1	n/d	7,3	7,6	Não disponível
negra de 18 a 29 anos - Meta 8G	8,7	n/d	8,9	9,1	Não disponível
indígena de 18 a 29 anos - Meta 8H	8,9	n/d	7,8	8,1	Não disponível
18 a 29 anos entre os 25% mais pobres - Meta 8I	7	n/d	7,3	7,7	Não disponível

18 a 29 anos da região de menor escolaridade do país - Meta 8J	8,3	n/d	8,6	8,9	Não disponível
--	-----	-----	-----	-----	----------------

Fonte: IBGE/PNAD – Painel SIMEC

Análise Situacional: Ao longo da última década, o Ministério da Educação construiu uma política sistêmica de enfrentamento ao analfabetismo. Ao analisar os dados da PNAD fica evidente a elevação da escolaridade média da alfabetização, a redução na taxa de analfabetismo funcional, fruto dos investimentos na educação de jovens e adultos, por meio do PBA, do financiamento do FUNDEB, do financiamento para abertura de novas turmas de EJA, mas também pela ampliação do acesso, da permanência e da aprendizagem de crianças e adolescentes da educação básica, garantindo trajetórias escolares sem interrupção.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), em 2013, contou com a adesão de 985 entes executores, sendo 25 estados, o DF e 959 municípios, com vistas ao atendimento de, aproximadamente, 1,4 milhão de alfabetizando, priorizando municípios que tenham o maior número de escolas do campo. O Programa atende às populações extremamente vulneráveis, significativa parcela das populações do campo, afrodescendentes e mulheres como preconiza o Marco da Ação de Belém – documento elaborado durante a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Do total de alfabetizando atendidos 1.113.450 55% são mulheres, 59% de população do campo e 78% de pessoas são pardas e negras.

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, incluindo a população de comunidades remanescentes de quilombo, era de 7,5 anos de estudo e, em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo (Região Nordeste), sendo que em 2012 o índice foi de 8,9 anos (Região Norte). Entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4 e, em 2012, atingiu 8 anos de estudo. Uma estratégia importante para elevação da escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos de idade é a ampliação da oferta de programas na Educação Básica, na etapa do ensino médio e as respectivas modalidades para atendimento de negros/as, inclusive aos que são oriundos de comunidades quilombolas, como forma de reduzir as desigualdades educacionais que atingem a essa parcela da população brasileira.

Dados do IBGE (2012) mostram que passou de 33,7% para 54,1% a proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade que possuem 11 anos ou mais de estudo. Esse aumento na escolaridade não beneficiou a todos igualmente, mas contribuiu para a tendência de queda das desigualdades educacionais. De acordo com o Instituto, isso pode ser observado pelo crescimento de 201% na proporção de jovens com ensino médio que faziam parte da fatia mais pobre da população em comparação com a elevação de 19% para os jovens que integravam o grupo mais rico.

Meta (8): Equiparar a escolaridade média entre negros e não-negros.

Dados:

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
18 a 24 anos	9,4	n/d	9,5	9,6	Não disponível
18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	8,4	n/d	8,7	8,9	Não disponível
18 a 24 anos ente os 25% mais pobres	7,4	n/d	7,7	8,0	Não disponível
do campo 18 a 24 anos	7,5	n/d	7,7	8,0	Não disponível
indígena de 18 a 29 anos	8,9	n/d	7,8	8,1	Não disponível
negra de 18 a 24 anos	8,7	n/d	8,9	9,0	Não disponível
PNE - Metas de escolaridade média da população					
18 a 29 anos - Meta 8E	9,4	n/d	9,6	9,8	Não disponível
do campo de 18 a 29 anos - Meta 8E	7,1	n/d	7,3	7,6	Não disponível
negra de 18 a 29 anos - Meta 8G	8,7	n/d	8,9	9,1	Não disponível
indígena de 18 a 29 anos - Meta 8H	8,9	n/d	7,8	8,1	Não disponível
18 a 29 anos entre os 25% mais pobres - Meta 8I	7	n/d	7,3	7,7	Não disponível
18 a 29 anos da região de menor escolaridade do país - Meta 8J	8,3	n/d	8,6	8,9	Não disponível

Fonte: IBGE/PNAD – Painel SIMEC

Análise Situacional: A escolaridade média da população negra está evoluindo mais rapidamente que a escolaridade média da população não negra. A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2012, um avanço percentual de 15% no período. A fim de manter os esforços necessários ao aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas educacionais voltadas a esse público, visando à equiparação de escolaridades, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores/as para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, assim como promove programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Considerando as desigualdades percebidas nas trajetórias educacionais das crianças e de jovens negros e negras, que determinam percursos educativos muito distintos entre negros e brancos, a

SECADI implementa políticas destinadas à formação de professores/as para eliminação de práticas institucionais discriminatórias, assim como promove programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Nessa perspectiva foi instituído o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para orientar a Educação Escolar Quilombola, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Destaca-se ainda a distribuição de materiais didático-pedagógicos e de obras de referência sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.		
Código	0596	Órgão	26000
Programa	Educação Básica	Código	2030
METAS QUANTITATIVA			
Sequencial	Descrição da Meta		
01	Apoiar a construção de salas de aula em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento de infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades		

Dados: Foram aprovadas a construção de 46 escolas em comunidades remanescentes de quilombo.

Análise Situacional: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola atendem às deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010). As referidas diretrizes têm, dentre outros objetivos, o de orientar os sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos e ressaltam pontos importantes a ser seguidos pelos sistemas de ensino e escolas na construção dos projetos político-pedagógicos (PPP) e na formação de professores/as.

No âmbito do Pronacampo, o MEC presta assistência financeira e técnica aos municípios e estados por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com vistas à melhoria da rede física escolar para atendimento a esse público.

Em 2012 foram apoiados 29 projetos de construção de salas de aula em áreas quilombolas, e 46 projetos em 2013. Atualmente 12 obras estão em fase de execução.

Quantidade Alcançada: 150 salas de aula

Código	0599
Descrição	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.
Programa	2030
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Para o fortalecimento da gestão e do controle social, a SECADI participa de diversos conselhos, comitês nacionais, interinstitucionais e interministeriais, subcomitês, grupos de trabalho intersetoriais, comissões e fóruns, alguns com a participação da sociedade civil, a seguir relacionados:

- Conselho Nacional de Educação (CONSED)
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTs (CNDC/LGBT)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)
- Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares
- Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial
- Subcomitê da Igualdade de Gênero
- Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos
- Subcomitê da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
- Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
- Comitê Interinstitucional Permanente da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente

- Comitê Interministerial da Política de Juventude
- Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva
- Comitê Interministerial da Agenda Quilombola
- Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Comitê Gestor Nacional de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica
- Comitê Gestor Nacional do Projovem Trabalhador
- Comitê Gestor Federal Juventude Viva
- Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola
- Comitê Gestor do Protocolo Nacional para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres
- Comitê Consultivo Nacional da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
- Grupo de Trabalho Interministerial da Política Nacional de Educação Popular
- Grupo de Trabalho Interministerial para a Educação Infantil do/no Campo
- Grupo Interministerial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente
- Grupo de Trabalho Interministerial sobre Jovens Mulheres
- Grupo de Trabalho Interministerial Juventude Rural
- Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente
- Grupo Interministerial da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua
- Grupo Interministerial da Agenda Nacional do Trabalho Decente
- Grupo Interministerial do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas
- Grupo Gestor Interministerial do Programa BPC na Escola
- Grupo de Trabalho sobre Alimentação Escolar Indígena
- Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos
- Comissão Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
- Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
- Comissão Intersetorial de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
- Comissão Interministerial do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo

- Comissão Brasileira de Braille
- Comissão Executiva Nacional do Programa Conexões de Saberes/PET
- Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos relacionados à Educação dos Afro-brasileiros
- Comitê de Articulação em Monitoramento do Plano Nacional de Igualdade Racial (Planapir)
- Comitê Gestor do Projeto A Cor da Cultura
- Comitê Técnico-Institucional do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
- Fórum Nacional de Educação
- Fóruns de EJA do Brasil

Em relação à cooperação federativa, uma prática exemplar desenvolvida é o monitoramento da Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) que visa garantir o cumprimento da condicionalidade da educação, para estimular a permanência e a progressão escolar desses estudantes. O PBF transfere recursos diretamente às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade que assumem o compromisso de matricular e manter crianças e jovens na escola. Essa contrapartida é vista como instrumento de inclusão social, cabendo ao MEC o acompanhamento da frequência escolar dos estudantes. A finalidade do acompanhamento da frequência escolar é enfrentar a evasão e estimular a progressão educacional acompanhando as razões da baixa frequência ou do abandono escolar. Esse monitoramento, realizado por meio do Sistema Presença, aponta, desde a esfera da gestão escolar até as barreiras que dificultam a permanência na escola, permitindo ao poder público definir ações intersetoriais adequadas à sua superação.

ID do indicador	Descrição do Indicador	Polaridade	2013	
473	Percentual de Acompanhamento da Frequência Escolar de estudantes do PBF na faixa etária entre 06 e 15 anos (considera acompanhamento de beneficiários localizados - com identificação da escola onde estuda)	Quanto maior melhor	Fev/Mar	96,70%
			Abr/Mai	97,36
			Jun/Jul	97,57%
			Ago/Set	97,10%
			Out/Nov	97,06%
249	Percentual de Acompanhamento da Frequência Escolar de estudantes do PBF na faixa etária entre 16 e 17 anos (considera		Fev/Mar	93,12%
			Abr/Mai	92,46%

	acompanhamento de beneficiários localizados - com identificação da escola onde estuda)	Quanto maior melhor	Jun/Jul	94,36%
			Ago/Set	94,20%
			Out/Nov	92,63%
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.			
Código	0996	Órgão	26000	
Programa	Educação Básica	Código	2044	
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			
	Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos			

A SECADI apoia técnica e financeiramente, os sistemas estaduais e municipais de ensino para a oferta de formação continuada aos educadores do **Projovem Urbano**, ao longo dos 18 meses de curso, para que se apropriem do projeto pedagógico integrado do Programa e de temas voltados às especificidades dessa parcela da juventude. Assim, a formação continuada do Projovem Urbano procura levar aos educadores informações sobre o perfil dos jovens atendidos e suas expectativas, possibilitando-lhes momentos de reflexão sobre projetos pedagógicos fundamentados no respeito e na valorização das experiências trazidas para as salas de aula e na perspectiva de formação integral, desenvolvida para estudantes-sujeitos desse processo formativo. A formação continuada busca tratar do trabalho pedagógico nas salas de aula e dos desafios a serem vencidos durante o percurso formativo dos estudantes

2.2.2 Ações

2.2.2.1 Ações - OFSS

Quadro A.2.2.2.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação	
Código	8526 Tipo: Projeto
Título	Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos.
Iniciativa	Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos

	sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização. Código: 02BV					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000,00	3.841.641,00	3.611.941,39	282.773,76	105.100,16		3.329.167,63
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Projeto Apoiado		Unidade	5	0	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
47.680,00	36.960,00	10.720,00	Projeto Apoiado	Unidade	1	

Fonte: Siafi Gerencial

A ação 8526 compreendeu o apoio a projetos de cooperação com Universidades federais, para implementação de ações que possibilitem o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos. Foram apoiados os seguintes projetos: 1) Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos que atuam no Plano Juventude Viva, com o objetivo de formar 1.400 profissionais de escolas que atendem a modalidade EJA nos municípios brasileiros. 2) Avaliação de livros didáticos inscritos no Plano Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos na edição 2014, e;

3) Realização do Colóquio Paulo Freire com os objetivos de socializar leituras e releituras do pensamento de Paulo Freire, além de discutir experiências referenciadas no pensamento freireano em diferentes áreas do conhecimento.

Identificação da Ação						
Código	0920			Tipo: Operação Especial		
Título	Concessão de Bolsas para Equipes de Alfabetização.					
Iniciativa	Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização. Código: 02BV					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26298					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
453.200.000,00	317.240.000,00	317.240.000,00		0		317.240.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Bolsa Concedida		Unidade	953.600	953.600	0 ³	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

³ Os sistemas de ensino iniciaram a execução do Ciclo 2013 no final do exercício.

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
286.951.400,00	232.258.475,00	0	Bolsas Concedidas	Unidade	428.180

Fonte: SIAFI Gerencial

O PBA tem uma oferta contínua de turmas de alfabetização entre ciclos e a execução de um ciclo pode não coincidir com o calendário de um Ano Exercício. Assim, em um mesmo Ano Exercício pode haver oferta de turmas de alfabetização de dois ciclos diferentes do programa. O programa é regulamentado por resoluções específicas que estabelecem orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que nele atuam.

Neste contexto, foram estabelecidas as metas física e financeira para 119.200 voluntários que assumem atribuições de alfabetizador, alfabetizador tradutor-intérprete de Libras e alfabetizador coordenador de turmas, durante oito meses, totalizando 953.600 bolsas previstas para atender aproximadamente 1.300.000 estudantes. No exercício de 2013, das 953.600 bolsas previstas, foram encaminhadas ao Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) 427.967 bolsas, por meio da migração de dados entre os sistemas SBA (Sistema Brasil Alfabetizado) e o SGB (Sistema de Gestão de Bolsas) junto ao FNDE. A diferença entre o planejado e o executado deve-se a um conjunto de fatores: demanda apresentada pelos entes federados superior à matrícula efetivada; significativa renovação dos quadros gestores das secretarias municipais de educação gerando descontinuidade do processo; dificuldades na mobilização do público-alvo, evasão de estudantes do programa, entre outros. Todavia foram alcançados 1.113.450 alfabetizandos, que iniciaram sua formação em diferentes períodos do ano.

Identificação da Ação	
Código	8790 Tipo: Atividade
Título	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos.
Iniciativa	Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização. Código: 02BV
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola,

da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598						
Programa		Educação Básica			Código: 2030	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		26298				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
288.000.000,00	212.302.159,00	211.950.911,19	208.866.242,77	208.866.242,77		3.082.448,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Produto: Projeto Apoiado			Unidade	2.800	2.800	2.200⁴
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
98.578.375,28	90.474.531,93	-	Projeto Apoiado	Unidade	800	

Fonte: Siafi Gerencial

A ação apresenta como meta o apoio a 2.800 projetos voltados ao fortalecimento da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Em 2013, foram apoiados 2.200 projetos, sendo 1.196 municípios e 19 estados pela Resolução 48 destinados à abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos e 959 municípios e 26 estados do PBA. No decorrer da execução da ação, verificou-se a necessidade de articular a educação de jovens e adultos no nível médio à qualificação profissional, por meio do PRONATEC.

Identificação da Ação	
Código	0A26 Tipo: Operação Especial
Título	Concessão de Auxílio Financeiro
Iniciativa	Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de

⁴ Total de entes apoiados pelo PBA e Resolução 48 da EJA.

	transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos. Código: 02CO					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26298					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.450.000,00	82.056.840,00	56.056.840,00	39.753.700,00	39.753.700,00		16.303.140
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Jovem Beneficiado		Unidade	55.000	55.000	78.536	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
72.014.680,00	7.430.500,00	0	Jovem Beneficiado	Unidade	74.305	

Fonte: Siafi Gerencial

A fim de amparar as despesas com a Concessão de Auxílio Financeiro, no valor de R\$100,00/mês aos estudantes do Projovem Urbano foi executado o valor de R\$39.753.700,00 por meio da ação 0A26 para os estudantes que alcançaram 75% de frequência nas atividades presenciais e entregaram

75% dos trabalhos pedagógicos do período. Esse auxílio tem como objetivo apoiar a permanência do jovem no curso até a sua conclusão. Em 2013, foram pagas as bolsas para os estudantes da edição de 2012, que iniciaram suas atividades em junho de 2012 e concluíram o curso em dezembro de 2013. Para a edição de 2013, iniciada em outubro de 2013, o pagamento das primeiras parcelas está em processamento, devido a atraso decorrente dos processos de geração de NIS e ajustes no sistema do MEC para envio da relação de alunos ao FNDE. Em 2013 foram pagos 765.889 auxílios financeiros, que corresponde em média a 63.824 estudantes beneficiados por mês no Projovem Urbano e 88.277 auxílios financeiros, que corresponde em média a 14.712 estudantes beneficiados com até seis auxílios/ano.

Identificação da Ação						
Código	2A95		Tipo: Atividade			
Título	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional. - Projovem					
Iniciativa	Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos. Código: 02CO					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26298					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
136.500.000,00	141.779.418,00	67.917.321,00	66.587.166,75	66.587.166,75		1.330.154,25
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Produto: Jovem Beneficiado			Unidade	55.000	55.000	55.000
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.925.451,40	7.792.380,00	0	Jovem Beneficiado	Unidade	55.000	

Fonte: Siafi Gerencial

O Projovem Urbano é um programa plurianual de execução continuada, que por meio de transferências diretas repassou recursos aos entes federados que a ele aderiram, com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano/SIMEC, para a implementação e execução local das ações do Programa, tais como: pagamento de pessoal; aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes e crianças de 0 a 8 anos, filhas dos estudantes, custeio da qualificação profissional, aquisição de material escolar para alunos e educadores, aquisição de material para as Salas de Acolhimento.

A ação 2A95 é destinada à elevação de escolaridade. Em 2013, o recurso liberado para o Projovem atendeu a 116 municípios e 14 estados, garantindo-se a continuidade da edição 2012 – 2ª e 3ª parcelas – e em 16 municípios e um estado, que aderiram à edição 2013 e não foram contemplados com o repasse da 1ª parcela no exercício de 2013. A edição 2013 do Programa contou com adesão de 15 estados e 132 municípios para o atendimento a 122.950 jovens.

Identificação da Ação	
Código	20RR Tipo: Atividade
Título	Integração no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e a Vulnerabilidade Social.
Iniciativa	Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade. Código: 02C2
Objetivo	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de

colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações. Código: 0599						
Programa		Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		26298				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000,00	13.840.112,00	1.349.110,00				1.349.110,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Qdt. De Escolas Apoiadas			Unidade	10.000	10.000	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: Siafi Gerencial

Para efetivação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, no âmbito do Programa Escola que Protege, a SECADI/MEC distribuiu, em 2013, para 45 mil escolas públicas do País, os seguintes materiais didáticos: Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas – Perspectivas Interdisciplinares; Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores. As publicações foram impressas e distribuídas, ainda em 2013, restando, apenas, os procedimentos formais de pagamento à empresa pelo serviço prestado. A distribuição das obras foi realizada no final do exercício, não ocorrendo ainda a liquidação da despesa. A meta realizada acima da prevista justifica-se pela necessidade de alcançar um maior número de escolas que demandavam apoio técnico, por meio do PAR, devido à complexidade da temática.

Identificação da Ação	
Código	20RS Tipo: Atividade
Título	Apoio ao desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas,

	Tradicional, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência					
Iniciativa	Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos. Código: 02CO					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26298					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000.00,00	15.554.363,00	10.725.727,96	5.583.351,96	5.497.616,10	10.725.727,96	4.692.077,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Projeto Apoiado		Unidade	83	83	38	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
94.840.294,34	83.504.558,16	0	Projeto Apoiado		Unidade	91

Fonte: Siafi Gerencial

A assistência financeira para estados e municípios, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), apoiou a formação de gestores escolares e profissionais da educação, a realização dos encontros das comissões gestoras dos TEEs, a atualização dos planos estaduais de educação nas prisões, a produção de material didático acessível, a aquisição de materiais pedagógicos nas áreas de Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Indígena, EJA no Sistema Prisional, Educação Ambiental, dentre outros.

Em consonância com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o MEC apoiou as Secretarias Estaduais de Educação com recursos financeiros na ordem de R\$ 18.017.147,14 para realizar formação continuada de professores para o ensino do sistema Braille da Libras e de gestores intersetoriais do Programa BPC na Escola. No âmbito do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no ano de 2013, foram apoiados projetos no total de R\$ 6.055.557,45 para municípios polo do Programa. O Programa se propõe a contribuir para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Para os projetos apresentados, por estados e municípios, referentes à Educação para às Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Indígena e Quilombola, foi aprovado o valor de R\$ 45.738.988,41.

No total, foram analisados 1.415 subações de demandas municipais e 874 de demandas estaduais, resultando em 31 projetos apoiados pela ação 20RS e 302 pela ação 0509.

Considerando que o Instituto Benjamin Constant (IBC) atua na produção de material didático acessível, e na formação continuada de professores no atendimento educacional especializado, financiou-se a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, por meio da descentralização de crédito o valor de R\$ 210.788,00.

Para o início das primeiras turmas, previsto para 2014, da formação de gestores que atuam no PBF foi descentralizado o valor de R\$1.000.000,00. A perspectiva é formar, em 2014, aproximadamente 6.000 pessoas em todo o território nacional.

Identificação da Ação	
Código	20RH - PO 0008 – Gerenciamento da Política de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Título	Gerenciamento das Políticas da Educação.
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	26101

Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
27.400.000,00	27.400.000,00	22.235.912,92	12.988.627,58	12.984.771,95		9.337.285,34	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
36.591.316,93	10.938.085,01	857.114,01					

Na ação de gerenciamento acima foram utilizadas, para custear as seguintes despesas: passagens e diárias; eventos para promoção das políticas desenvolvidas pela SECADI; auxílio ao avaliador educacional, que é devido ao servidor ou colaborador eventual que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino básico ou superior, público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes; despesas administrativas com o programa Projovem Urbano; despesas para atender serviços de teleatendimento. No exercício de 2013 não houve alterações que impactassem ou alterassem o andamento das políticas da SECADI.

2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A 2.2.2.2 – Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados

Identificação da Ação			
Código	8371	Tipo: Projeto	
Título	Educação Especial como Fator de Inclusão		
Programa	Desenvolvimento da Educação Especial	Código: 1374	Tipo:
Unidade Orçamentária	26101		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores			
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Meta	

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.938.635,78	1.919.262,50	11.900,78	Escola Atendida	Unidade	

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação					
Código	2272			Tipo: Projeto	
Título	Gestão e Administração do programa				
Programa	Desenvolvimento da Educação Especial		Código: 1374	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
97.069,53	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação					
Código	2272			Tipo: Projeto	
Título	Gestão e Administração do Programa				
Programa	Diversidade e Cidadania		Código: 1377	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.143.653,52	0	175.420,00	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação					
Código	2272			Tipo: Projeto	
Título	Gestão e Administração do programa				
Programa	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos		Código: 1060	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26101				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.768.335,33	0	0	Projeto Apoiado	Unidade	0

Fonte: Siafi Gerencial

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Os resultados da gestão, do exercício 2013, da SECADI, já foram todos comentados nos tópicos acima sobre Planejamento e Resultados da Gestão.

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

Os subitens 3.1 – Estrutura de Governança; 3.3 – Remuneração Paga a Administradores; 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal; 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos; 3.3.3 – Demonstrativo Sintético de Membros de Diretoria e de Conselhos; 3.3.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores e seus respectivos quadros não se aplicam à SECADI por se relacionarem à política de remuneração dos administradores as empresas estatais e instituições que possuem em sua estrutura colegiados e/ou conselhos administrativos.

Os subitens 3.4 – Sistema de Correição; 3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição; 3.6 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos não se aplicam à SECADI já que em sua estrutura não há sistema de correição, bem como indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da					X

UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: Com a finalidade de melhor acompanhar seus processos internos, a SECADI publicou a Portaria nº 104, de 19 de dezembro de 2013, que apresenta uma série de Documentos Orientadores que fornecem instruções para acompanhamento e padronização dos processos de apoio. Os documentos tratam, de forma objetiva, dos procedimentos internos relativos a rotinas de controle e acompanhamento da execução de Termos de Cooperação e Convênios, Publicações, Eventos, Passagens e Diárias. Foi publicada também a Portaria nº 99, de 06 de dezembro de 2013 com procedimentos para a operacionalização do Auxílio Avaliação Educacional (AAE) utilizando o Sistema de Avaliação Educacional (SAE).</p> <p>Ainda em relação ao acompanhamento e controle foi realizado com o apoio da Secretaria Executiva o mapeamento de processos relativos à execução das ações: EJA Saberes da Terra, Construção de Escolas, Procampo, PBA, Escola da Terra e EJA financiamento de novas turmas.</p>					

PARTE A, ITEM quatro, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

Os subitens 4.1 - Execução das despesas e 4.1.1 - Programação não são declarados nesta parte do Relatório tendo em vista que o programa 2109 abrange várias Secretarias e ficou a cargo da Secretaria Executiva do Ministério da Educação o seu preenchimento.

Quanto aos subitens 4.1.3.1 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total; 4.1.3.2 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ; 4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total; e 4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ não se aplicam à SECADI uma vez que as despesas realizadas são por meio de movimentação de crédito feita pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, da Secretaria Executiva do MEC.

O subitem 4.2 - Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos também não se aplica a esta UJ, pois essas informações estão a cargo da Unidade Contábil do MEC.

Não se aplica o subitem 4.4.3 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

A SECADI executa transferências voluntárias apenas por meio de Termo de Cooperação, ficando a execução de convênios sob responsabilidade do FNDE, bem como a prestação de contas.

Não se aplica o subitem 4.4.4 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse, pois a SECADI não celebra convênio ou contrato de repasse. Os convênios são firmados do âmbito do FNDE.

Os subitens relativos a Suprimentos de fundos não se aplicam à SECADI, que não faz uso dessa modalidade de despesa: 4.5 - Suprimento de Fundos; 4.5.1 - Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo; 4.5.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”; 4.5.3 - Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF); 4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.

Os subitens a seguir também não fazem parte deste Relatório tendo em vista que a SECADI não é beneficiária de Receitas orçamentárias: 4.6 - Renúncias sob a Gestão da UJ; 4.6.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios; 4.6.1.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação; 4.6.2 - Renúncias Tributárias; 4.6.2.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação; 4.6.2.2 - Valores Renunciados e Contrapartida; 4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário; 4.6.2.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia; 4.6.2.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária; 4.6.2.6 - Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária; 4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas; 4.6.2.8 - Comunicações à RFB; 4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas; 4.6.2.10 - Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal; 4.6.2.11 - Fiscalizações Realizadas pela RFB.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro A.4.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes
		Concedente	Recebedora		3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	150028	152734	26101.12.122.2109.20RH	35.477,60
	Recebidos	152734	150028	26101.12.122.2109.20RH	1.581.260,00

Fonte: Fonte Siafi Gerencial

4.2 REALIZAÇÃO DA DESPESA

4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
2. Contratações Diretas (g+h)				
c) Dispensa		1.938,00		1.800,00
d) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
e) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
f) Diárias				
5. Organismo Internacional	1.000.000,00	4.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
6. Diárias Colaborador	254.121,25	588.938,53	251.370,05	584.065,03
7. Passagens		373.230,66		373.230,66
8. Restituição bilhete terrestre	2.302,39	13.111,43	1.595,35	13.111,43
9. Diárias Servidor	240.366,97	251.040,89	239.969,58	251.040,89

10. Despesas Exercício Anteriores	3.557,13	1.606,15	3.557,13	1.530,10
11. Total (1+2+3+4+5)	1.500.347,74	5.229.865,69	1.496.492,11	5.224.778,11

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2012	2013	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2012	2013	2013	2012
1º Elemento	Não se aplica a esta UJ							
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não se aplica a esta UJ							
3 – Outras Despesas								
33.80.41	1.000.000,00	4.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00			1.000.000,00	4.000.000,00
33.90.36	254.121,25	588.938,53	254.121,25	588.938,53			251.370,05	584.065,03
33.90.33		373.230,66		373.230,66				373.230,66
33.90.14	240.366,97	251.040,89	240.366,97	251.040,89			239.969,58	241.040,89
Demais Elementos	5.859,52	16.655,61	5.859,52	16.517,61			5.152,48	16.441,56
Total	1.500.347,74	5.229.865,69	1.500.347,74	5.229.865,69			1.496.492,11	5.224.778,11

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Os recursos acima foram executados para cobrir despesas com passagens e diárias, apoiar projeto de cooperação com organismo internacional para o fortalecimento de políticas educacionais para juventude, ressarcimento de bilhetes terrestres e aéreos e despesas de exercício anterior. Informamos que os processos de licitações, dispensa e inexigibilidade, estão a cargo da Subsecretaria de Assuntos Administrativos/MEC, desde 2012.

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	138,00			138,00
2011	8.157,38			8.157,38
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	4.949,55		76,05	4.873,50
2011	483,34		483,34	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

Os restos a pagar inscritos em 2011 e 2012 referem-se a despesas com a Fundação Miguel Cervantes, relativos à aquisição de número de ISBN e a ITS Viagens, aguardando o encerramento do contrato para procedimentos de cancelamento. No exercício de 2013 não houve impactos a considerar, uma vez que as despesas de passagens e outros contratos foram centralizados na Subsecretaria de Assuntos Administrativos/MEC.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão								
CNPJ: 00394445001922					UG/GESTÃO: 150028			
Informações sobre as Transferências								
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Descentralizado	Valores Repassados		Vigência		Sit.
				No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	23000.009680/2010-11	153038	941.059,10		941.059,10	09/2010	03/2014	1
3	23000.010102/2010-19	153065	649.141,12		420.000,00	08/2010	04/2013	1

3	23000.010727/2011-61	154048	162.033,83		162.033,83	08/2011	01/2013	1
3	23000.010889/2011-08	154049	284.726,00		18.500,00	07/2013	01/2014	1
3	23000.010789/2011-73	158565	1.300.000,00		610.000,00	08/2011	03/2014	1
3	23000.013941/2012-51	153062	974.394,72		974.394,72	03/2012	12/2013	1
3	23000.014330/2012-20	153062	748.734,42		748.837,20	09/2012	12/2014	1
3	TC 13	200021	339.000,00	90.068,90		05/2013	11/2013	1
3	TC n. 14	200021	449.000,00	0		05/2013	05/2014	1
3	TC n. 547	153080	122.572,19	116.940,30		08/2013	10/2013	1
3	TC n. 50	153173	3.516.480,00	3.516.480,00		05/2013	02/2014	1
3	TC. nº 634	153103	1.819.112,60	1.819.112,60		09/2013	09/2014	1
3	TC n. 947	153062	1.675.895,03	1.675.895,03		12/2013	10/2014	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Planilha de Controle / Siafi Gerencial

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão					
CNPJ:	00394445001922					
UG/GESTÃO:	150028					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	06	04	20	9.331.502,15	2.845.743,00	3.602.283,40
Totais						

Fonte: Planilha de Controle/Siafi Gerencial

Análise Crítica

Quantos aos termos de cooperação listados no subitem 4.4.1 os objetos a que se referem seguem listados abaixo:

Processo 23000.009680/2010-11: Preparação inicial par ao desenvolvimento da proposta; mobilização e solização da proposta junto às escolas de Educação de Jovens e Adultos selecionadas e redes de Economia Solidária.

Processo 23000.010102/2010-19: Descentralização para atender a Formação Continuada em Educação de Jovens e Adultos, realizada pela Universidade Federal da Paraíba.

Processo 23000.010889/2011-08: Comunidade Virtual de aprendizagem da Conferência Internacional Infanto-Juvenil “Vamos Cuidar do Planeta”, realizado pela Universidade Federal de São Carlos.

Processo 23000.010727/2011-61:Atender a "formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagogicos em EJA, realizada pela Universidade Federal do Piauí.

Processo 23000.010789/2011-73: Atender ao projeto “Constituição e Desenvolvimento do Centro de Referência em EJA”, realizado pela UNILAB.

Processo 23000.013941/2012-51: Colaboração técnica entre a SECADI e a UFMG para a realização de ações de apoio, desenvolvimento, debate, divulgação e pesquisa nas áreas de educação e diversidade, educação do campo, indígena, educação das relações étnicorraciais, quilombola, EJA, ambiental, educação em direitos humanos e educação especial na perspectiva da educação inclusiva, gênero e diversidade sexual.

Processo 23000.014330/2012-20: Proceder a avaliação dos livros didáticos inscritos no PNLDCampo 2013, realizado pela UFMG.

Termo de Cooperação 13 e 14/2013: Premiação do Concurso 8ª e 9ª edição do “Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Termo de Cooperação 547/2013: VIII Colóquio internacional Paulo Freire, realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Termo de Cooperação 50/2013: Efetuar pagamento de despesas com Auxilio Avaliação Educacional referente a processos da SECADI, conforme resolução FNDE nº 24/2011.

Termo de Cooperação 634/2013: Avaliação dos livros didáticos inscritos no PNLDC/EJA, realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Termo de Cooperação 947/2013: apoio ao projeto “Curso de Atualização de Professores de Educação de Jovens e Adultos e o plano Juventude Viva, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

Todos os subitens abaixo e seus respectivos quadros não se aplicam à SECADI, tendo em vista que as informações serão prestadas no Relatório de Gestão sob responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério da Educação: 5.1.3 - Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada; 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; 5.1.4.1- Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria no Sisac; 5.1.4.2 - Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada; 5.1.5 - Cadastramento no Sisac; 5.1.5.1 - Atos Sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac; 5.1.5.2- Atos Sujeitos à comunicação ao TCU; 5.1.5.3 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac; 5.1.5.4 - Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico; 5.1.6 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos; 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos; 5.1.8 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos; 5.2 - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS; 5.2.1- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão; 5.2.3 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada; 5.2.4 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão; 5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	54	9	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	54	9	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	38	4	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	15	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração	0	26	5	10

Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	80	14	21
Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas / Subsecretaria de Assuntos Administrativos				

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0*
1.2. Exercício de Função de Confiança	0*
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0*
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) Licença de Assiduidade (artigo 81, inciso V, redação original Lei 8112)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas / Subsecretaria de Assuntos Administrativos

* Todos os servidores Cedidos ficam na contagem da SAA.

Não havia servidores da SECADI nas especificações deste Quadro

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	54	11	0
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	54	11	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	22	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	10	2	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	21	5	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	60	12	0

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas / Subsecretaria de Assuntos Administrativos

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	16	15	14	17	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	15	15	14	17	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	8	8	5	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	5	3	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	24	23	19	20	4

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas / Subsecretaria de Assuntos Administrativos

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	14	43	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	14	43	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	7	19	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	7	19	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	21	62	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas / Subsecretaria de Assuntos Administrativos

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

O quadro do subitem 9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício - não consta neste Relatório tendo em vista que não há deliberação do TCU pendente de atendimento por parte da SECADI. O subitem 9.3 - Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna - não se aplica a esta UJ, pois a Unidade de Auditoria está na estrutura organizacional do Ministério da Educação. As informações dos subitens 9.4 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93; 9.4.2 - Situação do Cumprimento das Obrigações e 9.5 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário estão centralizadas na Secretaria Executiva do MEC, não se aplicando, portanto, à SECADI.

6. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

6.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

6.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.6.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC 001.276/2013-1				Ofício 1532/2013 – TCU/SECEX-MG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE					244
Descrição da Deliberação					
A – Manifestação a respeito da denúncia concernente às supostas irregularidades ocorridas em convênio com a Rede Pública Estadual do Vale do Mucuri/MG, no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para população negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Política de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais					
Síntese da Providência Adotada					
A SECADI apresentou justificativa por meio da Nota Técnica n. 84/2013, que foi encaminhada pelo ofício nº 3071/2013 – GAB/SECADI/MEC, em 03 de dezembro de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Apresentação das justificativas demandadas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Para análise da justificativa houve análise do convênio.					

6.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberação do TCU pendente de atendimento ao final do exercício de 2013.

6.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

6.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.6.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201306244/01	01, 02	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
1 – Informar os resultados qualitativos e quantitativo dos programas: PNLD Campo, Mais Educação Campo – PDDE, PDDE Campo e PDDE Água e Esgotamento Sanitário, Programa Acessível - PDDE. 02 – Informar quanto aos Indicadores Instituídos pela SECADI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Política de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais – DPCIRER Diretoria de Políticas de Educação Especial.			
Síntese da Providência Adotada			
Foi informado, por meio do Ofício nº 784/2013/SECADI/MEC, de 15 de abril de 2013, direcionado à CGU, informações sobre o requerido nos itens 01 e 02 da solicitação supra.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201306244/01	01, 02	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Política de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais – DPCIRER			

Diretoria de Políticas de Educação Especial.	
Síntese da Providência Adotada	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	201306244/02	01, 02, 03, 04, 05	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Disponibilizar os processos dos Termos de Cooperação 23000.013279 / 23000.009235/2012 / 23000.010766/2010			
02 – Informar os Normativos Internos que formalizem atividades (aprovação, fiscalização e prestação de contas) e procedimentos relacionados aos termos de cooperação.			
03 – Em relação aos riscos quanto ao atingimento das metas estabelecidas ara no Plano de Trabalho pela UJ, quais os instrumentos utilizados para: a) Identificação dos riscos e pontos críticos do programa em função do objeto, da entidade e da materialidade; b) Se existir, indicar medidas de prevenção.			
04 – Informar quais medidas corretivas são adotadas no caso de desvios no cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.			
05 – Informar qual a sistemática usada para assegurar que as análises das prestações de contas sejam feitas tempestivamente (rotinas estabelecidas com check-list, ou instrução normativa,etc)			
06 – Informar sobre a existência de indicadores utilizados para identificar fragilidades, bem como acompanhar os processos envolvidos na gestão dos Termos de Cooperação.			
07 – Informar como a SECADI identificou a adequação dos custos a serem implementados nos Termos de Cooperação identificados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Política de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais			
Diretoria de Políticas de Educação Especial.			
Síntese da Providência Adotada			
Os Itens da Auditoria citada foram respondidas por meio do Ofício 782/2013/SECADI/MEC, de 15 de abril de 2013.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Orde m	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/03	01, 02	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão		244
Descrição da Recomendação		
01 – Avaliação da Gestão de Pessoas (IT. 06 do anexo IV DN 124/2012/TCU)		
02 – Avaliação da Carta ao Cidadão		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Assessoria Técnica, Administrativa e de Apoio a Gestão		
Síntese da Providência Adotada		
Os Itens da Auditoria citada foram respondidas por meio do Ofício nº 783/2013/SECADI/MEC, de 15 de abril de 2013.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/04	01, 02	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Disponibilizar senha para acesso ao sistema SIMEC para os Auditores do GGU.			
02 – Apresentar manifestação/justificativas para os vínculos empregatícios com pessoas jurídicas declaradas na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Técnica, Administrativa e de Apoio a Gestão			
Síntese da Providência Adotada			
A SECADI atendeu e respondeu às demandas acima por meio do Ofício nº 818/2013/SECADI/MEC.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/05	01, 02, 03, 04, 05	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Descrever como são definidos os produtos a serem desenvolvidos pelos consultores contratados no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, agentes responsáveis, critérios de seleção do tema objeto do produto.			
02 – Descrever como é feita a avaliação e aprovação do atingimento do objeto do produto, agentes responsáveis, critérios de seleção do tema objeto do produto.			
03 – Disponibilizar produto entregue por consuntor, referente ao Projeto OEI BRA/10/001			
04 – Informar, se para cada produto apresentado, se houve implementação pela SECADI das sugestões apresentadas.			

Em caso de não implementação informar o motivo, informar ainda, qual a “expertise internacional” agregada à SECADI pelos produtos desenvolvidos.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidade de Gerenciamento de Projetos	
Síntese da Providência Adotada	
Resposta apresentada por meio do Ofício nº 594/GAB/SECADI/MEC, de 26 de abril de 2013.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/06	01, 02, 03 04, 05, 06	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Disponibilizar a documentação interna da SECADI que explicita o fluxo procedimental para a distribuição dos livros didáticos no âmbito do Programa Mais Educação, Guia Escolar – Rede de Proteção à Família.			
02 – Informar os agentes responsáveis pela distribuição dos livros didáticos intitulados “Guia Escolar – Rede de Proteção à Infância.			
03 – Disponibilizar a Nota Técnica de Aprovação Pedagógica, o Plano de Distribuição e a documentação que definiu a entrega dos livros citados realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro à SECADI para realização da distribuição às escolas contempladas pelo Programa Mais Educação.			
04 – Informar a procedência dos livros “Grande Serão Veredas – Lester Scalon que se encontram em caixas na SECADI.			
05 - Disponibilizar documentação que contendo atesto de recebimento dos livros “Guia Escolar – Rede de Proteção à Infância” e Grande Sertão Veredas” Lester Scalon pela SECADI.			
06 – Disponibilizar a documentação que comprove o atendimento aos quesitos de formação acadêmica e experiência profissional exigidas em contrato no tocante a consultores do projeto BRA/10/001)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – DPEDHUC / Unidade de Gerenciamento de Projetos			
Síntese da Providência Adotada			
Foi providenciada resposta em atendimento à demanda acima por meio do Ofício 888/GAB/SECADI/MEC, de 25 de abril de 2013			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/07	01, 02, 03, 04, 05	Solicitação de

			Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Justificar: a) justificar ausência de informações quanto aos itens do Anexo IV da DN TCU n. 124, de 5.12.2012. b) Quadro em desacordo com a portaria TCU n. 150, de 3.7.2012.			
02 – Como é feito o estudo de que não há Recursos Humanos para atender a demanda de serviços das diretorias da SECADI.			
03 – Como é desenvolvida a política de qualificação/capacitação dos servidores da SECADI?			
04 – Como é realizado o controle de ponto dos servidores da SECADI?			
05 – Apresentar justificativas para a não utilização do computador encontrado em sala da SECADI.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Técnica Administrativa e de Apoio a Gestão / Diretorias da SECADI.			
Síntese da Providência Adotada			
Referente às demandas acima, a SECADI informou o solicitado à CGU por meio do Ofício 911/GAB/SECADI, de 29 de abril de 2013.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/08	01	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Disponibilizar o processo do Termo de Cooperação referente aos livros “Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – DPEDHUC			
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada resposta por meio do Ofício 912/GAB/SECADI, de 29 de abril de 2013			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/09	01, 002	Solicitação de

			Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Justificar divergência entre as informações dos Quadros A.6.1 – Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada e A.6.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ constantes no Relatório de Gestão 2012 e a planilha disponibilizada à equipe de auditoria.			
02 – Descrever as rotinas procedimentais estabelecidas para controle e acompanhamento da execução dos objetos relacionados aos termos de cooperação, citando, dentro do organograma da SECADI, o agente responsável, bem como as normas internas utilizadas, se existirem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria Técnica, Administrativa e de Apoio à Gestão.			
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada resposta por meio do Ofício 953/GAB/SECADI, de 03 de maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/10	01	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
Promover a distribuição dos livros “Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, bem como distribuir a obra “Grandes Sertões Veredas”, dentro de 90 dias, a fim de evitar a obsolescência por decurso de tempo e a deterioração dos livros em virtude de estocagem inadequada, evitando a perda de finalidade do objeto e prejuízo ao erário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - DPEDHUC			
Síntese da Providência Adotada			
Das 270 Unidades, foram distribuídos 99 exemplares do livro “Grandes Sertões Veredas” aos Gestores Municipais presentes no evento realizado pela SECADI, nos dias 24 e 25 de abril de 2013, relativo ao Programa Nacional do Campo – PRONACAMPO - a quantidade restante será distribuída, de forma responsável, segundo recomendação da CGU.			
Em relação ao Guia Escolar “Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” foram feitas as distribuições dos livros conforme orientação da CGU.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201306244/11	01	Nota de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão			244
Descrição da Recomendação			
01 – Ausência de indicadores próprios para avaliar o desempenho da gestão da SECADI.			
02 – Ausência de avaliação crítica dos produtos elaborados por consultores			
03 – Ausência de normativos regulamentando atuação em processos administrativos			
04 – Falta de fiscalização e de controle nos recursos executados por meio de transferências			
05 – Contratação de consultor sem o preenchimento dos requisitos de experiência profissional exigidos no Termo de Referência			
06 – Ausência e inconsistências de informações verificadas no Relatório de Gestão 2012			
07 – Não atingimento de meta inicial para o Programa PNLD Campo. Inconsistência de informações na meta física atingida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretorias da SECADI / Assessoria Técnica, Administrativa e de Apoio à Gestão.			
Síntese da Providência Adotada			
Para responder aos itens solicitados, a SECADI preparou e encaminhou resposta por meio do Ofício nº 1356 GAB/SECADI/MEC, de 17 de junho de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Análise

A SECADI encaminhou para a CGU, por meio do Ofício 2.075, de 13 de setembro de 2013, o Plano de Providências Permanentes da SECADI, em atendimento às recomendações apresentadas pela Controladoria Geral da União (CGU/PR), dispostas no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306244, correspondente ao exercício de 2012.

Abaixo estão, em suma, as recomendações demandadas e atendidas pela SECADI:

Recomendação

Promover a distribuição dos livros “Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” – Benedito Rodrigues dos Santos e Rita Ippolito - na data definida pelo setor responsável (18/05/2013), bem como distribuir a obra “Grande Sertão Veredas” – Lester Scalon dentro de, no máximo, 90 dias, a fim de evitar a obsolescência por decurso de

tempo e a deterioração dos livros em virtude de estocagem inadequada, evitando a perda de finalidade do objeto e prejuízo ao erário.

Providência Instituída

Conforme Ofício nº 1.476/2013, de 27.01.2013– GAB/SECADI/MEC, comunicado e enviado à CGU anteriormente. A distribuição dos livros relacionados na Nota de Auditoria já foi realizada por esta Secretaria.

Recomendação

Instituir normativos internos, a partir do mapeamento das atividades e competências de cada área da SECADI, que contemplem a definição de papéis dos envolvidos nas áreas de gestão de pessoas, transferências, acompanhamento da execução e avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão dos Programas sob a responsabilidade da SECADI.

Providência Instituída

A SECADI elaborou documentos orientadores sobre temas que contemplam a recomendação:

- Documento Orientador para a Contratação de Consultorias no Âmbito dos Acordos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional – revisado e republicado (Anexo II);
- Documento Orientador de Auxílio de Avaliação Educacional;
- Séries de Documentos Orientadores:
 - a) Documento Orientador de Instrução e Acompanhamento de Processos (Convênios, Descentralização e Termos de Compromisso);
 - b) Documento Orientador de Emissão de Passagens e Diárias;
 - c) Documento Orientador de realização de Eventos;
 - d) Documento Orientador para elaboração e produção de Publicações.

Recomendação

Definir a forma de prestação de assessoria técnica ou transferência de conhecimento pelos organismos de cooperação técnica internacional, restringindo os projetos a atividades que demandem a *expertise* do organismo internacional e não possam ser executadas por servidores de carreira do Ministério de Educação.

Providência Instituída

- a) Realização de reunião em 18 de novembro de 2013, com a participação do Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos Internacionais (CGCOP), da Secretaria Executiva/MEC, Assessor de Controle Interno do MEC; Assessores do Gabinete da SECADI e representantes da Unidade de Gerenciamento de Projetos/SECADI/MEC para discussão sobre a recomendação. Nessa oportunidade, ficou acordado a realização de reuniões dos executores dos Projetos com os Organismos Internacionais para discutir sua participação na execução dos Projetos, de forma a garantir que essa participação se dê desde a elaboração dos termos de referência até a efetiva avaliação dos resultados apurados nas consultorias, identificando o valor agregado nas políticas e programas de responsabilidade da SECADI. Portanto, ficou definida a realização de reuniões periódicas com os Organismos Internacionais e as Diretorias da SECADI, para apresentação e avaliação dos produtos gerados pelas consultorias;
- b) Foi realizada reunião entre SECADI, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacionais do MEC (CGCOP) para definir estratégias de melhoria do acompanhamento e execução das ações dos projetos.
- c) Ainda estão previstas reuniões com UNESCO, OEI e SECADI.

Recomendação

Realizar estudos sobre a suficiência quantitativa e qualitativa do Quadro de Pessoal, frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade que embasem a solicitação de servidores e/ou consultores junto à SAA/MEC, bem como elaborar levantamentos periódicos sobre a necessidade de qualificação dos servidores, fortalecendo a política de capacitação em conjunto com a SAA, com o intuito de suprir a deficiência de servidores do órgão.

Providência Instituída

Em 21 de outubro de 2013, foi realizada reunião com a SAA/MEC e representantes da SECADI, para analisar providências e definir ações conjuntas para o aprimoramento relacionado à gestão de pessoas. Desta forma, definiu-se que após o mapeamento de processos e capacitação de pessoal,

feita pela SAA, será repassado à CGU o levantamento anual de necessidade de qualificação dos servidores.

A SECADI, em 22 de outubro de 2013, realizou reunião com o Diretor de Programas da Secretaria Executiva/MEC, Coordenador da Administração de Pessoal/SAA/MEC, responsável por elaborar estratégias de levantamento, por diretoria, da suficiência qualitativa e quantitativa do Quadro de Pessoal e Escritório de Projetos, responsáveis pelo mapeamento dos programas finalísticos da Secretaria Executiva/MEC, com a finalidade de definir estratégias na elaboração de mapeamento dos processos da SECADI, esquematização, organização de documentos orientadores e elaboração de outros instrumentos, atendendo às recomendações da CGU.

Durante esta reunião ficou definido que somente após o mapeamento dos processos da SECADI pela Secretaria Executiva/MEC, a SAA poderá realizar levantamento da suficiência do quantitativo e qualitativo do Quadro de Pessoal da Secretaria. Assim, as providências necessárias estão em andamento, com a finalidade do cumprimento desta recomendação.

Recomendação

a) Que a área demandante das atividades de consultoria realize análise crítica do produto com a participação efetiva do Oficial de Programas do Organismo Internacional na análise e validação do produto entregue, de forma a compor a agregação de *expertise* do organismo internacional à SECADI.

b) Abster-se de contratar consultores por produto no âmbito dos Projetos de Cooperação com Organismos Internacionais que não possuam requisitos mínimos de qualificação exigidos no Termo de Referência.

Providência Instituída

Em atendimento a esta recomendação, em 08 de novembro de 2013 foi realizada reunião com representantes das Diretorias de Políticas: de Educação para a Juventude; de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos e Cidadania e de Educação Especial, bem como com representante da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), com o intuito de passar orientações relacionadas às consultorias no que se referem à análise crítica dos produtos, à participação efetiva do Oficial de Programas do Organismo Internacional no desenvolvimento dos projetos, na análise e validação dos produtos entregues.

Durante a reunião foi distribuído pelo representante da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e discutido com as Diretorias o Documento Orientador - Contratação de Consultoria, Acordo de Cooperação Técnica Internacional, revisado e atualizado, que trata dentre outros temas dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no Termo de Referência.

Recomendação

Desenvolver normas internas a partir do mapeamento das atividades e competências dos envolvidos na área de gestão de Termos de Cooperação de forma a estabelecer mecanismos e procedimentos que permitam adequado acompanhamento, controle e monitoramento das transferências realizadas.

Providência Instituída

A SECADI elaborou uma série de documentos orientadores contendo boas práticas sobre temas que contemplam as recomendações e anexará documentos intitulados “Avaliação de Desempenho Institucional” e “Avaliação de Desempenho Individual”, que tratam de normas internas, a partir do mapeamento das atividades e competências dos envolvidos na área de gestão de Termos de Cooperação, conforme exigências.

6.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Ainda segundo Documento Orientador, a recomendação para instituir normativos internos, a partir do mapeamento das atividades e competências de cada área da SECADI que contemplem a definição de papéis dos envolvidos nas áreas de gestão de pessoas, transferências, acompanhamento da execução e avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão dos Programas sob a responsabilidade da SECADI, terá sua implementação total no exercício de 2014.

Fator positivo que contribuiu para implementação das medidas foram reuniões com a auditoria interna do Ministério da Educação, que forneceram instruções e diretrizes para elaboração do referido documento.

7. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

7.1 DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede, 2º andar, sala 200
Telefone: (61) 2022-9018/2022-9131

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que, em relação aos Sistemas SIASG, não houve contratos firmados no UJ 150028, da SECADI, no exercício de 2013, sendo que os contratos são celebrados no âmbito da UG 150002, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, do Ministério da Educação. Quanto ao SICONV, não houve ocorrência, uma vez que tal atribuição fica a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – tendo em vista que os convênios foram repassados àquele órgão por intermédio da portaria GM/MEC N. 1224, de 06 de outubro de 2009.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Macaé Maria Evaristo dos Santos'.

Macaé Maria Evaristo dos Santos
CPF: 509540326-91

Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão

8 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI**, que apresenta o Relatório de Gestão.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 28 de Março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Núcia Ferreira da Silva', written over a faint circular stamp.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

9 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO

Quadro B.1 - Consultores Contratados na Modalidade Produto, no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
"Desenvolvimento e Consolidação das Políticas Públicas de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Sustentabilidade Socioambiental."	914BRZ1142.5

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00841/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1593,39					
Total de Diárias: R\$ 1686,37					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as práticas exitosas desenvolvidas no contexto educacional, no âmbito das ações transversais de articulação e parceria do PBA que estão inseridas no Plano Brasil sem Miséria, de acordo com o parceiro intersetorial de sua abrangência e responsabilidade, com o objetivo de subsidiar a SECADI na otimização da gestão e efetividade do programa. Consultor 3: Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR);		08/10/2013	R\$25.000,00		
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o resultado das avaliações das ações desenvolvidas pelo MEC relacionadas ao PBA, de acordo com a área temática de ações transversais do parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, considerando os indicadores, com proposta de intervenções junto aos estados e municípios que fazem parte do programa e do Plano Brasil sem Miséria, no sentido de estimular a adesão às ações de articulação, com vistas a contribuir para a melhoria dos processos de gestão, implementação e efetividade do PBA. Consultor 3:		03/02/2014	R\$28.500,00		

Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR);		
Documento técnico contendo a proposição de método de aplicação dos instrumentos e indicadores de ações transversais de um plano, considerando as estratégias inovadoras, para o perfil de acordo com a área temática de sua abrangência/responsabilidade, para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade dos públicos em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento das articulações e parcerias apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores. Consultor 3: Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR);	23/05/2014	R\$31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Silvanete Pereira dos Santos	CPF: 895.323.255-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00842/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1836,75					
Total de Diárias: R\$ 1193,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as práticas exitosas desenvolvidas no contexto educacional, no âmbito das ações transversais de articulação e parceria do PBA que estão inseridas no Plano Brasil sem Miséria, de acordo com o parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, com o objetivo de subsidiar a SECADI na otimização da gestão e efetividade do programa. Consultor 2: Ministério da Saúde (MS);		08/10/2013	R\$ 25.000,00		
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o resultado das avaliações das ações desenvolvidas pelo MEC relacionadas ao PBA, de acordo com a área temática de ações transversais do parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, considerando os indicadores, com proposta de intervenções junto aos estados e municípios que fazem parte do programa e do Plano Brasil sem Miséria, no sentido de estimular a adesão às ações de articulação, com vistas a contribuir para a melhoria dos		02/02/2014	R\$28.500,00		

processos de gestão, implementação e efetividade do PBA. Consultor 2: Ministério da Saúde (MS);		
Documento técnico contendo a proposição de método de aplicação dos instrumentos e indicadores de ações transversais de um plano, considerando as estratégias inovadoras, para o perfil de acordo com a área temática de sua abrangência/responsabilidade, para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade dos públicos em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento das articulações e parcerias apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores Consultor 2: Ministério da Saúde (MS);	23/05/2014	R\$31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Leyla Menezes de Santana	CPF: 985.038.125-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00843/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$25.000,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as práticas exitosas desenvolvidas no contexto educacional, no âmbito das ações transversais de articulação e parceria do PBA que estão inseridas no Plano Brasil sem Miséria, de acordo com o parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, com o objetivo de subsidiar a SECADI na otimização da gestão e efetividade do programa. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);			08/10/2013	R\$ 25.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o resultado das avaliações das ações desenvolvidas pelo MEC relacionadas ao PBA, de acordo com a área temática de ações transversais do parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, considerando os indicadores, com proposta de intervenções junto aos estados e municípios que fazem parte do programa e do Plano Brasil sem Miséria, no sentido de estimular a adesão às ações de articulação, com vistas a contribuir para a melhoria dos			02/02/2014	R\$28.500,00	

processos de gestão, implementação e efetividade do PBA. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);		
Documento técnico contendo a proposição de método de aplicação dos instrumentos e indicadores de ações transversais de um plano, considerando as estratégias inovadoras, para o perfil de acordo com a área temática de sua abrangência/responsabilidade, para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade dos públicos em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento das articulações e parcerias apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);	23/05/2014	R\$31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria das Neves Bessa Teixeira	CPF: 061.309.333-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido sem valor pago.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00871/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1274,56					
Total de Diárias: R\$ 1479,76					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as práticas exitosas desenvolvidas no contexto educacional, no âmbito das ações transversais de articulação e parceria do PBA que estão inseridas no Plano Brasil sem Miséria, de acordo com o parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, com o objetivo de subsidiar a SECADI na otimização da gestão e efetividade do programa. Consultor 4: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH).			08/10/2013	R\$ 25.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o resultado das avaliações das ações desenvolvidas pelo MEC relacionadas ao PBA, de acordo com a área temática de ações transversais do parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, considerando os indicadores, com proposta de intervenções junto aos estados e municípios que fazem parte do programa e do Plano Brasil sem Miséria, no sentido de estimular a			03/02/2014	R\$28.500,00	

adesão às ações de articulação, com vistas a contribuir para a melhoria dos processos de gestão, implementação e efetividade do PBA. Consultor 4: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH).		
Documento técnico contendo a proposição de método de aplicação dos instrumentos e indicadores de ações transversais de um plano, considerando as estratégias inovadoras, para o perfil de acordo com a área temática de sua abrangência/responsabilidade, para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade dos públicos em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento das articulações e parcerias apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores. Consultor 4: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH).	23/05/2014	R\$31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Cristina Amelia Borges dos Santos	CPF: 389.709.611-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00872/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$42.500,00	R\$21.500,00	R\$21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2.403,25					
Total de Diárias: R\$ 1169,40					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados obtidos na aplicação do instrumento de avaliação dos municípios-polo, no âmbito do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Consultor/a (01): AC, AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO (total de 53 municípios polos do programa)		15/10/2013	R\$21.500,00		
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão institucional-administrativa. Consultor/a (01): AC, AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO (total de 53 municípios polos do programa)		27/12/2013	R\$21.000,00		
Consultor/a (01): AC, AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO (total de 53 municípios polos do programa). Consultor/a (01): AC,		10/03/2014	R\$20.500,00		

AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO (total de 53 municípios polos do programa)		
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios polos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão financeira. Consultor/a (01): AC, AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO (total de 53 municípios polos do programa).	23/05/2014	R\$22.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcella Suarez Di Santo	CPF: 095.833.087-57	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00870/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$42.500,00	R\$21.500,00	R\$21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3490,05					
Total de Diárias: R\$ 1494,50					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados obtidos na aplicação do instrumento de avaliação dos municípios-polo, no âmbito do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Consultor/a (02): AL, BA, CE, MG, PB, PE, RN, SE (total de 55 municípios polos do programa).			15/10/2013	R\$21.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão institucional-administrativa. Consultor/a (02): AL, BA, CE, MG, PB, PE, RN, SE (total de 55 municípios polos do programa)			27/12/2013	R\$21.000,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão didático-pedagógica. Consultor/a (02): AL, BA, CE, MG, PB, PE, RN, SE (total de 55 municípios polos do programa).			10/03/2014	R\$ 20.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios polos			23/05/2014	R\$22.000,00	

do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão financeira. Consultor/a (02): AL, BA, CE, MG, PB, PE, RN, SE (total de 55 municípios polos do programa)		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Barbara Martins de Lima Delpretto	CPF: 320.935.558-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00874/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/08/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$42.500,00	R\$21.500,00	R\$21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1738,73					
Total de Diárias: R\$ 797,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados obtidos na aplicação do instrumento de avaliação dos municípios-polo, no âmbito do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Consultor/a (03): ES, PR, RJ, RS, SC, SP (total de 58 municípios polos do programa).			15/10/2013	R\$21.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão institucional-administrativa. Consultor/a (03): ES, PR, RJ, RS, SC, SP (total de 58 municípios polos do programa).			27/12/2013	R\$20.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão didático-pedagógica.			10/03/2014	R\$20.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo dos 166 municípios polos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade quanto as suas condições estruturais na dimensão financeira. Consultor/a (03): ES, PR, RJ, RS, SC, SP (total de 58 municípios polos do programa).			23/05/2014	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Edileuza Penha de Souza				CPF: 818.137.757-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					

Código do Contrato: ED00966/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/09/2013	23/05/2014	R\$80.000,00	R\$ 21.500,00	R\$ 21.500,00	R\$ 21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos fundamentos teóricos e dos fundamentos legais da política linguística de alfabetização bilíngue para surdos, apontando potencialidades, fragilidades e desafios, tendo como base os fundamentos das políticas públicas nacionais de educação especial na perspectiva inclusiva.			04/11/2013	R\$ 21.500,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo orientador sobre as funcionalidades e usabilidades dos recursos tecnológicos existentes, disponíveis em escolas públicas de educação básica, para a promoção da acessibilidade de usuários da Língua Brasileira de Sinais, incluindo orientações para a usabilidade pedagógica destes recursos.			31/01/2014	R\$ 26.500,00	
Documento técnico contendo projeto de formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado AAE, para o uso pedagógico dos recursos de tecnologia que visam à tradução e a interpretação da Língua Brasileira de Sinais para seus usuários, incluindo diretrizes político e pedagógicas, objetivo, ementa, Carga horária, modalidade (presencial ou à distância), metodologia e estratégias para a utilização do material com as orientações sobre as funcionalidades e usabilidades de tais recursos.			23/05/2014	R\$ 32.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marlene de Oliveira Gotti				CPF: 185.178.461-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00944/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

Insumos Externos		
Total de Passagens: R\$ 0,00		
Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo avaliativo do processo de execução dos Planos Estaduais de Educação em Prisões que contribua para o fortalecimento e qualificação da oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade.	03/11/2013	R\$ 25.000,00
Documento técnico contendo proposta de instrumento e guia de orientação para subsidiar o preenchimento de informações, por parte das unidades prisionais, acerca do desenvolvimento dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, em consonância com a política pública de EJA, incluindo indicativo de articulação com os diversos programas de governo voltados para ao atendimento da população prisional.	11/02/2014	R\$ 28.500,00
Documento técnico contendo proposta de estratégia para a universalização da alfabetização e a elevação da escolaridade do público em privação de liberdade, incluindo diagnóstico quanto às fragilidades, limitações ou elementos dificultadores e, análise quanto às ações de implementação dos Planos Estaduais de Educação em Prisões.	23/05/2014	R\$ 31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carlos José Pinheiro Teixeira		CPF: 393.216.144-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00983/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3091,43					
Total de Diárias: R\$ 1069,10					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico com análise sobre a escolarização e educação profissional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	26/10/2013	R\$ 22.000,00			

em semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, incluindo os parâmetros para orientação aos sistemas de ensino que visem à melhoria da oferta de escolarização e estratégia para articulação das Secretarias e Autarquias do MEC para adequação dos projetos sobre o tema.		
Documento técnico com proposta de monitoramento, avaliação e estratégias intersetoriais de implementação das ações educacionais no âmbito do Plano Nacional Decenal Sinase e proposta de atuação conjunta dos órgãos gestores do SINASE e as instâncias de articulação estaduais e municipais nas Secretarias de Educação.	09/01/2014	R\$ 21.000,00
Documento técnico contendo proposta de estratégia e de instrumentos e/ou mecanismos de monitoramento e avaliação da escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de internação, internação provisória, semiliberdade e meio aberto.	10/03/2014	R\$ 21.000,00
Documento técnico contendo a proposição de parâmetros para a elaboração de programas de formação dos profissionais da educação que atuam em meio aberto e meio fechado alinhados ao Plano Decenal Sinase.	23/05/2014	R\$ 21.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Judith Zuquim	CPF: 075.472.768-81	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00982/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo analítico na área de Literaturas Africanas, para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados à temática étnico-racial para os sistemas de ensino em Literaturas Africanas.			11/11/2013	R\$ 19.500,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico na área de Literaturas Afro-			15/01/2014	R\$ 22.000,00	

Brasileiras, para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados à temática étnico-racial para os sistemas de ensino em Literatura Afro-Brasileira.		
Documento Técnico contendo estudo analítico na área de História Africana e Afro-Brasileira, para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados à temática étnico-racial para os sistemas de ensino em História Africana e Afro-Brasileira.	24/03/2014	R\$ 21.000,00
Documento Técnico contendo estudo analítico na área de Arte, considerando todas as modalidades pesquisadas, para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados à temática étnico-racial para os sistemas de ensino em Arte.	23/05/2014	R\$ 22.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rosilene Silva da Costa	CPF: 914.407.930-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01032/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as práticas exitosas desenvolvidas no contexto educacional, no âmbito das ações transversais de articulação e parceria do PBA que estão inseridas no Plano Brasil sem Miséria, de acordo com o parceiro intersetorial de sua abrangência/responsabilidade, com o objetivo de subsidiar a SECADI na otimização da gestão e efetividade do programa. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);			15/11/2013	R\$ 25.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o resultado das avaliações das ações desenvolvidas pelo MEC relacionadas ao PBA, de acordo com a área temática de ações transversais do parceiro intersetorial			17/02/2014	R\$ 28.500,00	

de sua abrangência/responsabilidade, considerando os indicadores, com proposta de intervenções junto aos estados e municípios que fazem parte do programa e do Plano Brasil sem Miséria, no sentido de estimular a adesão às ações de articulação, com vistas a contribuir para a melhoria dos processos de gestão, implementação e efetividade do PBA. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);		
Documento técnico contendo a proposição de método de aplicação dos instrumentos e indicadores de ações transversais de um plano, considerando as estratégias inovadoras, para o perfil de acordo com a área temática de sua abrangência/responsabilidade, para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade dos públicos em situação de vulnerabilidade, visando o fortalecimento das articulações e parcerias apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores. Consultor 1: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);	23/05/2014	R\$ 31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Pedro Valmir de Borba	CPF: 218.452.559-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido sem valor pago.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01026/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 21.500,00	R\$ 21.500,00	R\$ 21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2872,79					
Total de Diárias: R\$ 1594,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudos sobre as ações, programas e/ou projetos, promovidos pelo Ministério da Educação que podem favorecer a implantação de universidades sustentáveis e subsidiar a elaboração da proposta do programa escolas sustentáveis.			07/11/2013	R\$ 21.500,00	
Documento técnico contendo estudo sobre as ações proposta no Plano Mais Brasil/ Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal que podem favorecer a implantação de universidades sustentáveis.			13/01/2014	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico-descritivo sobre as possibilidades e/ou alternativas teórico-conceituais e metodológicas que			18/03/2014	R\$ 20.500,00	

deverão orientar a proposta de universidades sustentáveis no âmbito do Programa Escola Sustentável, assim como em relação a sua estrutura, buscando abordar os itens objetivos, linhas de ação, metas, indicadores, resultados esperados, estratégia de implementação e recursos necessários.		
Documento técnico contendo análise amostral de experiências exitosas, em universidades brasileiras, sobre sustentabilidade na educação superior, considerando a dimensão do currículo, da gestão e do espaço físico, de modo a subsidiar a transição de instituições de educação superior em direção à sustentabilidade socioambiental.	23/05/2014	R\$ 25.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Thelmy Arruda de Rezende	CPF: 229.776.781-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01089/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/09/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo diagnóstico acerca dos cursos de formação continuada ofertados pelo DPAEJA RENAFOR 2012, incluindo análise das ementas, da oferta e da demanda, aspectos orçamentários e financeiros, custeio de bolsas, dificuldades para a implementação e andamento dos cursos, além de outros fatores que se mostrarem relevantes nos levantamentos in loco			14/11/2013	R\$ 15.000,00	
Documento técnico contendo diagnóstico acerca do processo de implementação dos cursos de formação continuada ofertados pelo DPAEJA/RENAFOR 2013, incluindo análise das ementas, da oferta e da demanda, aspectos orçamentários e financeiros, custeio de bolsas, dificuldades para a implementação e andamento dos cursos, além de outros fatores que se mostrarem relevantes nos levantamentos in loco			13/01/2014	R\$ 18.500,00	
Documento técnico contendo estudo comparativo da demanda da rede 2012/2013 com vistas a apontar a previsão de oferta (IES, cursos e vagas) para a Rede 2014, incluindo análise da trajetória da Rede de Educação			17/03/2014	R\$ 25.000,00	

Continuada, documentos utilizados para implementação das redes 2012/2013 e apontando dificuldades enfrentadas para possível melhoria no processo de construção da formação continuada de professores.		
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados em relação ao processo de implementação dos cursos de formação continuada, incluindo proposta de adequação das ementas dos cursos existentes e estratégia para novos cursos.	23/05/2014	R\$ 26.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Tânia Mara Serzanink de Oliveira	CPF: 308.218.941-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01093/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/10/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo analítico sobre a presença dos Laboratórios de Informática e outros Equipamentos de Informática do PROINFO nas Escolas do Campo brasileiro.			18/11/2013	R\$ 21.000,00	
Documento Técnico contendo estudo sobre as escolas do campo brasileiras, incluindo diagnóstico sobre a aptidão destas para receberem os equipamentos de informática em 2012.			16/01/2014	R\$ 20.000,00	
Documento Técnico contendo análise quantitativa sobre o Aceite dos Gestores Municipais, Estaduais e Distrital dos Laptops Educacionais, Laboratórios de Informática e Projetores Interativos doados às Escolas do Campo nas cinco regiões brasileiras em 2012/2013 com vistas à ampliação das futuras distribuições de equipamentos.			20/03/2014	R\$ 21.500,00	
Documento técnico com proposição de princípios e critérios para subsidiar a ampliação das metas de doação de Equipamentos de Informática para as Escolas do Campo brasileiro, além de estratégias de formação para os Educadores que receberam estes Equipamentos em 2013.			23/05/2014	R\$ 22.500,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Clarice Zientarski	CPF: 466.368.030-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01134/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/10/2013	23/05/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 18.500,00	R\$ 18.500,00	R\$ 18.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1234,30					
Total de Diárias: R\$ 1840,45					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo proposta de critérios para subsidiar a organização dos municípios, assim, como estratégia para atendimento, formulação e inserção de projetos pedagógicos no PAR, incluindo ações de assessoramento técnico aos municípios no âmbito do PRONACAMPO.			25/11/2013	R\$ 18.500,00	
Documento técnico contendo diagnóstico das ações do PRONACAMPO, destacando avanços e dificuldades enfrentadas pelos 83 municípios na execução das ações.			24/01/2014	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo proposição de instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução das ações do PRONACAMPO pelos municípios.			25/03/2014	R\$ 18.500,00	
Documento Técnico contendo proposta de critérios e estratégias para ampliação das metas e, continuidade das ações do PRONACAMPO em 2014.			23/05/2014	R\$ 20.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Jilmara Abadia da Silva				CPF: 584.154.321-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01138/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/10/2013	23/05/2014	R\$85.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 00,00	R\$ 0,00

Insumos Externos		
Total de Passagens: R\$ 0,00		
Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de instrumento de pesquisa, contendo a identificação da realidade do universo dos sujeitos de EJA presentes nas obras, para levantamento da recepção das obras literárias da II, III e IV Coleções Literatura para Todos, e uso dos materiais didáticos e Propostas Curriculares de EJA junto às redes públicas de ensino que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.	13/12/2013	R\$ 25.000,00
Documento técnico contendo proposta de didatização das obras da Coleção Literatura para Todos, a partir do estudo avaliativo do material literário da I Coleção Literatura Para Todos em turmas de EJA, com vistas a subsidiar a práxis pedagógica dos educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino.	03/03/2014	R\$ 28.500,00
Documento técnico contendo a proposta de indicadores para avaliação do uso dos Materiais Didáticos da Educação de Jovens e Adultos, assim como a análise do impacto do uso dos Materiais Didáticos da Educação de Jovens e Adultos, disponibilizados pelo Ministério da Educação para os Sistemas de Ensino, no que se refere: Coleção Cadernos de EJA, Cadernos Trabalhando Com a Educação de Jovens e Adultos e as propostas curriculares, contendo propostas inovadoras de atualização desse material.	23/05/2014	R\$ 31.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rita de Cássia da Cruz Silva		CPF: 305.568.348-01
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01162/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/10/2013	19/05/2014	R\$ 65.000,00	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2414,65					
Total de Diárias: R\$ 1216,60					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o perfil das escolas brasileiras para atendimento no PDDE Acessibilidade. Consultor 01: Norte, Sul e Nordeste	05/12/2013	R\$ 16.500,00
Documento técnico contendo estudo sobre a utilização dos recursos recebidos pelas escolas brasileiras para atendimento no PDDE Acessibilidade, incluindo proposta de melhorias de infraestrutura física e aquisição de materiais e equipamentos para as escolas. Consultor 01: Norte, Sul e Nordeste	29/01/2014	R\$ 15.500,00
Documento técnico analítico dos Planos de Atendimento elaborados pelos Diretores das Escolas contempladas com o recurso do Programa Escola Acessível nas cinco regiões brasileiras. Consultor 01: Norte, Sul e Nordeste	25/03/2014	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico sobre a gestão dos recursos do Programa PDDE Acessibilidade, contendo proposta de critérios e princípios para a seleção de escolas e municípios para ampliação das ações do Programa. Consultor 01: Norte, Sul e Nordeste	19/05/2014	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fabiana de Cassia Soares da Silva		CPF: 008.583.810-10
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01175/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/10/2013	21/05/2014	R\$ 60.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 956,24					
Total de Diárias: R\$ 395,90					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo estudo analítico das normas legais que compreendem e organizam a oferta dos cursos de formação continuada e que devem ser atendidas pelas IFES na elaboração de projetos de cursos de formação de professores, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública,	12/12/2013	R\$ 18.000,00			

fomentados pela SECADI/MEC, pelas Instituições Federais de Ensino Superior IFES e instrumento para coleta de dados e informações, relativas às exigências legais.		
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados e informações obtidos, por meio da aplicação do instrumento de pesquisa, de forma a subsidiar o acompanhamento da elaboração e implementação dos Projetos de Cursos de formação continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, realizados pelas IFES que compõem a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.	10/02/2014	R\$ 15.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados e informações obtidos por meio da aplicação do instrumento de pesquisa, de forma a subsidiar o processo de análise da proposta pedagógica dos cursos de formação continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, realizados pelas IFES que compõem a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em observância à Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.	11/04/2014	R\$ 14.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados coletados sobre a implementação dos cursos de formação continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, pelas IFES que compõem a RENAFOR/MEC com indicativos para a elaboração de ações de acompanhamento.	21/05/2014	R\$ 13.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Vivian Barbosa de Sousa		CPF: 704.713.121-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01206/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/10/2013	23/05/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico descritivo contendo estudo sobre os dados e			03/12/2013	R\$ 22.000,00	

informações populacionais e educacionais das ações intersetoriais articuladas pela DPECIRER/SECADI/MEC para Educação do Campo, Indígena e Relações Étnico-Raciais, considerando a transversalidade das temáticas de atuação da SECADI em 2012.		
Documento técnico contendo proposta de metodologia e de indicadores de monitoramento dos públicos envolvidos nas atividades desenvolvidas para Educação do Campo, Indígena e Relações Étnico-Raciais, considerando a transversalidade das temáticas de atuação da SECADI.	03/02/2014	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados referente aos dados populacionais e educacionais, no período de 2008 a 2012, e proposição de projeções para 2015 dos indicadores de monitoramento propostos para monitoramento dos públicos envolvidos (estudantes, estabelecimentos de ensino e professores) nas atividades desenvolvidas para Educação do Campo, Indígena e Relações Étnico-Raciais, considerando a transversalidade das temáticas de atuação da SECADI.	08/04/2014	R\$ 19.000,00
Documento técnico analítico contendo Geomapeamento por Regiões, Estados e Município com os resultados dos indicadores levantados no produto 03 e indicação do potencial de contemplação das ações para Educação do Campo, Indígena e Relações Étnico-Raciais, considerando a transversalidade das temáticas de atuação da SECADI, a serem realizadas nos próximos exercícios.	23/05/2014	R\$ 24.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ralph Augusto Silva Faleiro		CPF: 716.098.061-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01239/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/11/2013	23/05/2014	R\$ 65.000,00	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o perfil das escolas brasileiras para atendimento no PDDE Acessibilidade. Consultor 02: Sudeste e Centro Oeste			19/12/2013	R\$ 16.500,00	

Documento técnico contendo estudo sobre a utilização dos recursos recebidos pelas escolas brasileiras para atendimento no PDDE Acessibilidade, incluindo proposta de melhorias de infraestrutura física e aquisição de materiais e equipamentos para as escolas. Consultor 02: Sudeste e Centro Oeste	07/02/2014	R\$ 15.500,00
Documento técnico analítico dos Planos de Atendimento elaborados pelos Diretores das Escolas contempladas com o recurso do Programa Escola Acessível nas cinco regiões brasileiras. Consultor 02: Sudeste e Centro Oeste	31/03/2014	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico sobre a gestão dos recursos do Programa PDDE Acessibilidade, contendo proposta de critérios e princípios para a seleção de escolas e municípios para ampliação das ações do Programa. Consultor 02: Sudeste e Centro Oeste	23/05/2014	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marina Morena Gomes de Araujo	CPF: 013.178.151-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01261/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/11/2013	23/05/2014	R\$ 60.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados em relação ao processo de avaliação dos cursos de formação de gestores e de profissionais que trabalham com EJA, ofertados por instituições públicas de educação superior no Brasil.			30/12/2013	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos cursos de formação de gestores e de profissionais que trabalham com EJA, ofertados por instituições públicas de educação superior no Brasil, apontando inclusive o levantamento e sistematização das experiências de formação de gestores e educadores de EJA no Brasil desenvolvidos no âmbito das Ações como Ponte Estratégica - Brasil - África.			11/03/2014	R\$ 20.000,00	

Documento técnico contendo proposição de plano de formação continuada de gestores e de profissionais que trabalham com EJA, incluindo diretrizes políticas e pedagógicas, objetivo, ementa, carga horária, modalidade (presencial ou à distância), metodologia e indicação de material pedagógico e de apoio a ser utilizado nos cursos de formação na área, no âmbito das Ações como Ponte Estratégica - Brasil - África e das demandas dos países ibero-americanos.	23/05/2014	R\$ 22.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Regina Malheiros Santos Ribeiro	CPF: 328.636.161-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01426/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/12/2013	23/05/2014	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo análise sobre os municípios e estados das Regiões Norte e Nordeste com foco nos que apresentam série histórica de matrículas de EJA que diferem substancialmente das médias nacionais, utilizando dados do INEP e relacionando-os com dados do IBGE, IDEB, oferta e situação final do Programa Brasil Alfabetizado e adesão à Resolução 48/2012, com recortes definidos pela CGEJA/SECADI, incluindo propostas de locais e justificativas para visitas relacionadas ao levantamento de dados relativos à oferta de EJA.		21/01/2014	R\$ 21.000,00		
Documento técnico contendo análise sobre os municípios e estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com foco nos que apresentam série histórica de matrículas de EJA que diferem substancialmente das médias nacionais, utilizando dados do INEP e relacionando-os com dados do IBGE, IDEB, oferta e situação final do Programa Brasil Alfabetizado e adesão à Resolução 48/2012, com recortes definidos pela CGEJA/SECADI, incluindo propostas de locais e justificativas para visitas relacionadas ao levantamento de dados relativos à oferta de EJA		24/03/2014	R\$ 19.000,00		
Documento técnico contendo Estudo sobre as experiências exitosas		23/05/2014	R\$ 20.000,00		

identificadas nas Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste relacionadas à oferta de EJA.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernanda Sena de Carvalho	CPF: 707.271.121-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01464/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/12/2013	23/05/2014	R\$ 48.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o perfil dos gestores do Projovem Urbano edição 2013, incluindo proposta de instrumento para acompanhamento da participação destes atores nas diversas etapas do processo de formação continuada do Programa e de indicadores de avaliação de resultados desta formação na gestão de políticas de educação para a juventude		31/01/2014	R\$ 26.000,00		
Documento técnico contendo estudo sobre o perfil dos formadores do Projovem Urbano participantes da etapa inicial do processo de formação continuada de formadores, edição 2013, incluindo proposta de estratégia e instrumento de acompanhamento de sua participação nas demais etapas previstas no Plano Nacional de Formação de Gestores, Formadores e Educadores do PJU, de atuação como formadores de educadores bem como proposta de indicadores de resultados deste processo.		23/05/2014	R\$ 22.000,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Nery Cordeiro de Carvalho				CPF: 308.822.907-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: ED01462/2013	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/12/2013	23/05/2014	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico com análise da implementação das ações do PDDE Campo, PDDE Água e Esgotamento Sanitário e Inclusão Digital nas Escolas do Campo em Assentamentos da Reforma Agrária no exercício de 2012.			31/01/2014	R\$ 17.000,00	
Documento Técnico contendo análise da implementação do Programa Mais Educação e utilização dos livros didáticos do campo na amostragem de 2% das Escolas do Campo em Assentamentos da Reforma Agrária.			24/03/2014	R\$ 16.000,00	
Documento Técnico analítico das demandas e projetos aprovados e o quantitativo de estudantes a serem atendidos pelas construções de Escolas do Campo no âmbito do PRONACAMPO em áreas de Assentamentos da Reforma Agrária.			23/05/2014	R\$ 18.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Tiago Roberto Tenroller Manggini				CPF: 000.666.400-83	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01479/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/12/2013	23/05/2014	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico de dados quantitativos e qualitativos quanto aos alfabetizandos e bolsistas do Programa Brasil Alfabetizado PBA, incluindo relatórios situacionais de desenvolvimento			05/02/2014	R\$ 15.000,00	

do programa, assim como do seu processo de implantação e redesenho, com o objetivo de subsidiar a SECADI e gestores do PBA na otimização da gestão e efetividade do programa.		
Documento técnico contendo estudo analítico e estatístico de informações pertinentes sobre os índices de analfabetismo, bem como os dados estatísticos da demanda e atendimento pelo Programa Brasil Alfabetizado, incluindo subsídios que contribuam para a qualificação da Alfabetização de Jovens e Adultos.	02/04/2014	R\$ 17.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico da execução do PBA incluindo diagnóstico das matrículas no PBA e dos indicadores sociais das regiões Norte e Nordeste do Brasil, como analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade.	23/05/2014	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Raphael Henrique de Fernandes Matos	CPF: 849.182.171-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01515/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/12/2013	19/05/2014	R\$ 42.500,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$					
Total de Diárias: R\$					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de implementação das ações desenvolvidas nas unidades prisionais, incluindo proposta de solução para as dificuldades encontradas, bem como proposta de continuidade de interlocução da DPEJUV com os entes federados parceiros para acompanhamento das diversas etapas do processo de implementação do Projovem Urbano nas unidades prisionais.			17/02/2014	R\$ 22.000,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de orientações para apoiar os gestores públicos No processo de implementação, institucionalização e solidificação do Projovem Urbano nas unidades prisionais, edição 2013.			19/05/2014	R\$ 20.500,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Matheus Winch Schmidt	CPF: 034.443.881-36
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00125/2014					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2013	23/05/2014	R\$ 70.000,00	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo proposta de conteúdos e referenciais que subsidiem a SECADI na composição da Revista Inclusão, no que se refere às áreas de Educação para as Relações étnico-Raciais e Quilombolas, incluindo análise e proposição de categorias.		13/02/2014	R\$ 17.000,00		
Documento técnico contendo proposta de conteúdos e referenciais que subsidiem a SECADI na composição da Revista Inclusão, no que se refere às áreas de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, incluindo análise e proposição de categorias.		18/03/2014	R\$ 16.000,00		
Documento técnico contendo proposta de conteúdos e referenciais que subsidiem a SECADI na composição da Revista Inclusão, no que se refere às áreas de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação para a Juventude, incluindo análise e proposição de categorias.		21/04/2014	R\$ 17.500,00		
Documento técnico contendo proposta de conteúdos e referenciais que subsidiem a SECADI na composição da Revista Inclusão, no que se refere às áreas de Educação Escolar Indígena e Educação do Campo, incluindo análise e proposição de categorias.		23/05/2014	R\$ 19.500,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cláudia Regina Rodrigues de Carvalho				CPF: 665.841.830-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
FORTALECIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO II	914BRZ1136.7

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00959/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/08/2012	08/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 854,53					
Total de Diárias: R\$ 1198,3					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo instrumentos para subsidiar o monitoramento da implementação das ações do Plano Viver sem Limite referente ao eixo acesso à educação, vinculadas à DPEE. Consultor 4: Regiões Centro-Oeste e Norte			22/09/2012	R\$ 23.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação implantação de salas de recursos multifuncionais, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 4: Regiões Centro-Oeste e Norte			17/12/2012	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação do instrumento de monitoramento da ação Escola Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 4: Regiões Centro-Oeste e Norte			14/03/2013	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação Transporte Escolar Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 4: Regiões Centro-Oeste e Norte			08/06/2013	R\$ 19.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Victor Antonio Venquiaruti				CPF: 007.368.400-79	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00960/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/08/2012	08/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 891,04					
Total de Diárias: R\$ 891,50					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo instrumentos para subsidiar o monitoramento da implementação das ações do Plano Viver sem Limite referente ao eixo acesso à educação, vinculadas à DPEE. Consultor 3: Região Nordeste			22/09/2012	R\$ 23.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação implantação de salas de recursos multifuncionais, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 3: Região Nordeste			17/12/2012	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação do instrumento de monitoramento da ação Escola Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 3: Região Nordeste			14/03/2013	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação Transporte Escolar Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 3: Região Nordeste			08/06/2013	R\$ 19.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Vivian Barbosa de Sousa				CPF: 704.713.121-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00962/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total previsto no	Total pago no	Total pago até o

		contrato	exercício	exercício	final do exercício
08/08/2012	08/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 756,87					
Total de Diárias: R\$ 891,50					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Documento técnico contendo instrumentos para subsidiar o monitoramento da implementação das ações do Plano Viver sem Limite referente ao eixo acesso à educação, vinculadas à DPEE. Consultor 2: Região Sudeste		22/09/2012		R\$ 23.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação implantação de salas de recursos multifuncionais, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 2: Região Sudeste		17/12/2012		R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação do instrumento de monitoramento da ação Escola Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 2: Região Sudeste		14/03/2013		R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação Transporte Escolar Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 2: Região Sudeste		08/06/2013		R\$ 19.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marina Morena Gomes de Araujo				CPF: 013.178.151-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00963/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/08/2012	08/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					

Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo instrumentos para subsidiar o monitoramento da implementação das ações do Plano Viver sem Limite referente ao eixo acesso à educação, vinculadas à DPEE. Consultor 1: Região Sul	22/09/2012	R\$ 23.000,00
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação implantação de salas de recursos multifuncionais, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 1: Região Sul	17/12/2012	R\$ 19.000,00
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação do instrumento de monitoramento da ação Escola Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 1: Região Sul	14/03/2013	R\$ 19.000,00
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento da ação Transporte Escolar Acessível, contemplando aspectos relativos à adequação do instrumento, em função das eventuais especificidades verificadas. Consultor 1: Região Sul	08/06/2013	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fabiana de Cassia Soares da Silva		CPF: 008.583.810-10
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01022/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/09/2012	02/01/2013	R\$ 42.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 42.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico sobre os objetivos, princípios, organização, programa pedagógico, currículos e previstos nas Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola e da Educação para as Relações Étnico-Raciais, no âmbito da educação quilombola e educação das relações étnico-raciais, com vistas a contribuir com a construção de documento orientador para o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.	19/10/2012	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico sobre os objetivos, princípios, organização, programa pedagógico, currículos e previstos nas Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Indígena e da Educação do Campo, no âmbito da educação quilombola e educação das relações étnico-raciais, com vistas a contribuir com a construção de documento orientador para o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.	02/01/2013	R\$ 22.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Livia Raposo Bardy		CPF: 220.057.698-60
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01020/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/09/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 57.700,00	R\$ 57.700,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo estudo analítico da legislação, das normas e dos referenciais pedagógicos que compreendem a organização e a oferta dos cursos de Letras com licenciatura e/ou bacharelado em Libras ou em Libras e Língua Portuguesa das Instituições Federais de Ensino Superior.	25/10/2012	R\$ 22.300,00			
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados e informações obtidos durante o processo de aplicação do instrumento de pesquisa, de forma a subsidiar o processo de avaliação, organização e oferta dos cursos de formação inicial de professores de LIBRAS e de Língua Portuguesa das Instituições Federais de Ensino Superior.	07/01/2013	R\$ 15.200,00			

Documento técnico contendo estudo analítico dos dados e informações obtidos durante o processo de aplicação do instrumento de pesquisa, de forma a subsidiar o processo de avaliação, organização e oferta dos cursos de formação inicial de tradutores e intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa em cursos de Letras das Instituições Federais de Ensino Superior.	25/03/2013	R\$ 19.800,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados e informações obtidos durante o processo de aplicação do instrumento de pesquisa, de forma a subsidiar o processo de avaliação, organização e oferta dos cursos de formação inicial, licenciatura em Pedagogia, na perspectiva bilíngue LIBRAS. Língua Portuguesa.	10/06/2013	R\$ 22.700,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marlene de Oliveira Gotti	CPF: 185.178.461-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01040/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/09/2012	10/06/2013	R\$ 75.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 75.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3897,23					
Total de Diárias: R\$ 2249,70					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo avaliativo das ações relacionadas à inclusão escolar dos públicos em vulnerabilidade adotados pelas secretarias de estado da educação, relacionando as às ações inseridas no Plano de Ações Articuladas dos respectivos estados.			31/10/2012	R\$ 20.000,00	
Documento técnico contendo proposta de articulação entre o acompanhamento da Frequência Escolar dos beneficiários de 16 e 17 anos do Benefício Variável Jovem (BVJ/ PBF), dos planos de educação do sistema prisional, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).			15/01/2013	R\$ 17.500,00	
Documento técnico contendo estudo analítico e avaliativo das propostas de formação dos educadores e gestores previstas nos planos de trabalho elaborados pelos municípios polos do Programa Educação Inclusiva:			09/04/2013	R\$ 18.500,00	

Direito à Diversidade, com ênfase na análise da proposta pedagógica, apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores identificados.		
Documento técnico contendo estudo analítico das boas práticas identificadas na área de gestão quanto à inclusão educacional e escolar dos públicos em situação de vulnerabilidade, nas esferas estaduais e municipais	10/06/2013	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcella Suarez Di Santo		CPF: 095.833.087-57
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01039/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/09/2012	10/06/2013	R\$ 75.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 75.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1734,57					
Total de Diárias: R\$ 1878,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo avaliativo das ações relacionadas à inclusão escolar dos públicos em vulnerabilidade adotados pelas secretarias de estado da educação, relacionando as às ações inseridas no Plano de Ações Articuladas dos respectivos estados.			31/10/2012	R\$ 20.000,00	
Documento técnico contendo proposta de articulação entre o acompanhamento da Frequência Escolar dos beneficiários de 16 e 17 anos do Benefício Variável Jovem (BVJ/ PBF), dos planos de educação do sistema prisional, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).			15/01/2013	R\$ 17.500,00	
Documento técnico contendo estudo analítico e avaliativo das propostas de formação dos educadores e gestores previstas nos planos de trabalho elaborados pelos municípios polos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com ênfase na análise da proposta pedagógica, apontando ações para superar possíveis fragilidades, limitações ou elementos dificultadores identificados.			09/04/2013	R\$ 18.500,00	

Documento técnico contendo estudo analítico das boas práticas identificadas na área de gestão quanto à inclusão educacional e escolar dos públicos em situação de vulnerabilidade, nas esferas estaduais e municipais.	10/06/2013	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Conceicao Zotta Lopes	CPF: 090.579.271-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01057/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/09/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 59.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 756,04					
Total de Diárias: R\$ 360,50					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise das - das propostas aprovadas no âmbito do Programa de Extensão Universitária (ProExt 2013), para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e extensão na temática ambiental, a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto ao planejamento e aprimoramento de ações transversais voltadas à pesquisa e extensão no que se refere à temática.			31/10/2012	R\$ 21.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre como a educação ambiental é abordada nas Diretrizes Curriculares Nacionais que tratam da formação inicial e continuada de professores, com vista a subsidiar o processo formativo desenvolvido pela SECADI.			06/01/2013	R\$ 20.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico acerca da forma de apropriação da temática referente à educação ambiental e sustentabilidade na estrutura curricular dos cursos de formação inicial e continuada de professores, de forma a subsidiar a SECADI na formulação de políticas públicas sobre o tema.			14/03/2013	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo proposta metodológica para implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental na educação superior.			10/06/2013	R\$ 20.000,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Rita Silvana Santana dos Santos	CPF: 633.371.005-97
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01056/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/09/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico analítico com a caracterização das escolas que aderiram ao programa Mais Educação Campo considerando os macrocampos, perfil dos alunos e localização diferenciada das escolas, para subsidiar a CGPEC/DPECIRER/SECADI/MEC na definição de princípios para implementação do Programa Mais Educação; Campo dentro do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo.		01/11/2012	R\$ 18.000,00		
Documento Técnico contendo estudo analítico do resultado do processo de aplicação do instrumento de pesquisa acerca da implantação da educação em tempo integral, de forma a subsidiar a SECADI na definição de critérios para a implementação do Programa Mais Educação; Campo dentro do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo.		14/01/2013	R\$ 19.500,00		
Documento analítico sobre o perfil das escolas pesquisadas, desenvolvido a partir dos dados levantados, para subsidiar a CGPEC/DPECIRER/SECADI/MEC na definição de critérios de avaliação para implementação do Programa Mais Educação; Campo dentro do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo.		28/03/2013	R\$ 20.500,00		
Documento Técnico contendo proposta de instrumentos e/ou mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa e, de critérios para a seleção de escolas para ampliação do Programa Mais Educação Campo, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo.		10/06/2013	R\$ 22.000,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Stelamaris Torres Melo				CPF: 256.675.805-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01059/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$58.000,00	R\$ 58.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2517,68					
Total de Diárias: R\$ 2373,60					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com proposta de estratégias de articulação de ações, projetos e programas que potencializem a escolarização e profissionalização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no âmbito do Ministério da Educação e proposta de orientações aos Sistemas de Ensino quanto ao tema.			05/11/2012	R\$ 22.000,00	
Documento técnico analítico com proposta de articulação e mobilização dos sistemas de ensino, do Consed, da Undime e da CNTE para adesão ao processo de identificação, notificação e encaminhamento de casos de violências contra crianças e adolescentes.			16/01/2013	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo proposta de instrumentos e/ou mecanismos de monitoramento e avaliação de projetos de intervenção desenvolvidos nas escolas pelas Secretarias de Educação e de indicadores para mensuração de promoção dos direitos humanos e prevenção às violências nas escolas.			01/04/2013	R\$ 21.000,00	
Documento técnico apresentando parâmetros de monitoramento e avaliação de ações e projetos desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no âmbito do PAR Plano de Ações Articuladas ou de experiências divulgadas pelas próprias Secretarias para promoção do protagonismo e da formação/sensibilização dos estudantes, dos profissionais de educação e da comunidade escolar sobre educação em direitos humanos e prevenção das violências nas escolas.			10/06/2013	R\$ 19.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Judith Zuquim				CPF: 075.472.768-81	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"
Código do Contrato: ED01061/2012

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 58.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 838,80					
Total de Diárias: R\$ 879,70					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico analítico sobre os procedimentos adotados por escolas públicas municipais e estaduais para a identificação das necessidades e interesses, de seu corpo docente e comunidade escolar, relacionadas à formação continuada, tendo em vista a elaboração de seus Planos de Formação via PDE Interativo, com propostas de disseminação das estratégias e metodologias utilizadas, além de análise sobre as limitações do sistema informatizado utilizado, dificuldades encontradas pelos diretores em seu uso e potencialidades do mesmo.		05/11/2012	R\$ 22.000,00		
Documento técnico analítico das ementas dos cursos de formação continuada da CGDH, nas temáticas de Gênero e Diversidade Sexual, ofertados pelas IPES em 2012 e propostos pelo PDE Interativo, apresentando proposta de atualização e adequação, contemplando as diretrizes e resoluções das Conferências Nacionais realizadas com foco nas questões de Gênero e Diversidade Sexual e dos Conselhos Nacionais que priorizam tais temáticas, no que diz respeito à formação de professores para a abordagem dessas questões.		11/01/2013	R\$ 18.000,00		
Documento técnico analítico da articulação entre Sistemas de Ensino, Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e movimento social junto aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente para atendimento da demanda pelos cursos de formação continuada fomentados pela CGDH via PDE Interativo.		25/03/2013	R\$ 21.000,00		
Documento técnico contendo proposta de estratégia de monitoramento, pela CGDH, da execução dos projetos de formação continuada sob sua responsabilidade a serem executados pelas IPES parceiras, a partir de 2013, conforme as atribuições, responsabilidades e fluxos de gestão estipulados pelas Portarias e Resoluções da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.		10/06/2013	R\$ 19.000,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniel Arruda Martins				CPF: 064.516.906-43	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01082/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/09/2012	10/06/2013	R\$ 85.000,00	R\$ 69.250,00	R\$ 69.250,00	R\$ 85.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 714,50					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo analítico das informações identificadas no Portal do Professor relativas às temáticas de educação para as relações étnico-raciais, bem como em relação ao contexto formalizado pela Lei 10.639/2003, de forma a subsidiar a construção de documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção de textos e publicação de aulas, a ser disponibilizado aos sistemas de ensino.			12/11/2012	R\$ 15.750,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico das informações identificadas no Portal do Professor; Conteúdo de Mídias (coleções, cadernos didáticos e recursos educacionais), contemplando as temáticas de educação para as relações étnico-raciais, bem como no contexto da Lei 10.639/2003, a partir do Portal do Professor.			03/01/2013	R\$ 16.500,00	
Documento Técnico contendo estudo baseado nas informações identificadas em portais da internet; links, sites temáticos e portais, contemplando as temáticas de educação para as relações étnico-raciais, conforme contexto da Lei 10.639/2003 para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à pesquisa para os sistemas de ensino.			25/02/2013	R\$ 15.500,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos referenciais teóricos de dissertações e teses do Banco de Teses do Portal de Periódicos da Capes/MEC, para subsidiar a DPECIRER na elaboração de um documento orientador com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados às temáticas étnico-raciais para os sistemas de ensino.			18/04/2013	R\$ 17.500,00	
Documento técnico contendo orientações aos sistemas de ensino, com proposição de ações de incentivo à produção e publicação de materiais relacionados às temáticas étnico-raciais no Portal do Professor do MEC, assim como propostas de ações de divulgação e orientação aos professores visando à utilização do referencial teórico e pedagógico do Portal para			10/06/2013	R\$ 19.700,00	

possibilita a melhoria do processo de implementação da Lei 10.639/03.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rosilene Silva da Costa	CPF: 914.407.930-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01099/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/2012	10/06/2013	R\$ 75.000,00	R\$ 56.700,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3791,09					
Total de Diárias: R\$ 4227,40					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo analítico das informações identificadas, considerando as exigências do Parecer CNE/CP 03/2004, Resolução CNE/CP 01/2004, Estatuto da Igualdade Racial e Plano Nacional de Implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.			20/11/2012	R\$ 18.300,00	
Documento técnico contendo proposta de instrumento de avaliação de material didático e paradidático que trate da educação das relações étnico-raciais, Plano Nacional de Implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.			15/01/2013	R\$ 19.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos resultados apurados no processo de aplicação do instrumento acerca do material didático e paradidático utilizado nas escolas públicas de educação básica da amostra para a educação das relações étnico-raciais, a partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.			04/04/2013	R\$ 18.000,00	
Documento Técnico contendo proposta de documento orientador destinado aos sistemas de ensino quanto aos critérios de seleção de material didático e paradidático que visem ao cumprimento da Lei 10.639/2003, Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004.			10/06/2013	R\$ 19.700,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Daniel Nogueira Passos	CPF: 004.457.343-02
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01103/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2475,63					
Total de Diárias: R\$ 1328,70					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo estudo analítico acerca da realidade educacional do campo brasileiro, contemplando a fundamentação legal que embasa a implementação do PRONACAMPO.			20/11/2012	R\$ 18.000,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos dados referentes à implementação das ações previstas nos Eixos 1, Gestão e Práticas Pedagógicas e 2, Formação de Professores do PRONACAMPO, comparando-os às metas de atendimento e número de adesões ao Programa.			15/01/2013	R\$ 19.500,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico dos dados referentes à implementação das ações previstas nos Eixos 3 , Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e 4 , Infraestrutura Física e Tecnológica dentro do PRONACAMPO, comparando-os às metas de atendimento e número de adesões ao Programa.			04/04/2013	R\$ 20.500,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo orientador, assim como estratégias para subsidiar a SECADI no processo de ajuste das ações e metas dos Eixos 1, 2, 3 e 4 do PRONACAMPO.			10/06/2013	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Clarice Zientarski				CPF: 466.368.030-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"
Código do Contrato: ED01151/2012

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a consolidação das análises dos Planos Estaduais de Educação em Prisões encaminhados pelas Unidades Federativas, a partir da definição de indicadores e critérios, com indicação de ajustes quando necessário. Consultor 1: Região Centro-Oeste			29/11/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações priorizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 1: Região Centro-Oeste			01/02/2013	R\$ 17.250,00	
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional)-EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação/articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 1: Região Centro-Oeste			06/04/2013	R\$ 17.750,00	
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil; UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE-interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 1: Região Centro-Oeste			10/06/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carlos José Pinheiro Teixeira				CPF: 393.216.144-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: ED01141/2012

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a consolidação das análises dos Planos Estaduais de Educação em Prisões encaminhados pelas Unidades Federativas, a partir da definição de indicadores e critérios, com indicação de ajustes quando necessário. Consultor 2: Região			29/11/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações priorizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 2: Região Norte			01/02/2013	R\$ 17.250,00	
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional)-EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação/articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 2: Região Norte			06/04/2013	R\$ 17.750,00	
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil; UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE-interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 2: Região Norte			10/06/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Fernanda Teixeira Frade Almeida				CPF: 505.320.811-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: ED01139/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a consolidação das análises dos Planos Estaduais de Educação em Prisões encaminhados pelas Unidades Federativas, a partir da definição de indicadores e critérios, com indicação de ajustes quando necessário. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)			29/11/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações priorizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)			01/02/2013	R\$ 17.250,00	
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional)-EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação/articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)			06/04/2013	R\$ 17.750,00	
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil; UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE-interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)			10/06/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Adalgisa Maria Pierre Rodrigues Maia				CPF: 381.497.961-34	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01214/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/11/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega		Valor		
Documento técnico contendo a consolidação das análises dos Planos Estaduais de Educação em Prisões encaminhados pelas Unidades Federativas, a partir da definição de indicadores e critérios, com indicação de ajustes quando necessário. Consultor 4: Região Nordeste (estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí)	25/12/2012		R\$ 18.000,00		
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações priorizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 4: Região Nordeste (estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí)	18/02/2013		R\$ 17.250,00		
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional)-EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação/articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 4: Região Nordeste (estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí)	15/04/2013		R\$ 17.750,00		
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil; UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE-interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as	10/06/2013		R\$ 17.000,00		

principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 4: Região Nordeste (estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí)		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marla Ivete Sartori	CPF: 481.168.745-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01146/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	15/02/2013	R\$ 28.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 28.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo avaliativo das ações relacionadas à Educação Ambiental fomentadas pelo Ministério da Educação na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio mais 20), assim como os impactos dessa Conferência na política de educação ambiental e os possíveis desdobramentos no âmbito deste Ministério.			03/12/2012	R\$ 15.000,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo do processo de inserção do tema da juventude no âmbito das políticas do MEC/SECADI, contemplando os apontamentos acerca da aproximação dessas ações institucionais com o movimento dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nas unidades federativas e, ainda, subsídios para a elaboração de uma política que estimule a atuação de juventude em relação à educação ambiental.			15/02/2013	R\$ 13.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Naiara Moreira Campos				CPF: 062.337.486-23	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”
Código do Contrato: ED01148/2012

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 58.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico orientador para subsidiar a CGEPEC no processo de implantação do Programa Escola da Terra nos municípios e estados.			29/11/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico para subsidiar a CGPEC/DPECIRER/SECADI/MEC na definição de ações para ampliação do Programa Escola da Terra, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo.			01/02/2013	R\$ 19.500,00	
Documento Técnico contendo proposta de avaliação e monitoramento dos bolsistas do Programa Escola da Terra, para subsidiar a CGEPEC na validação e liberação do repasse da bolsa.			06/04/2013	R\$ 20.500,00	
Documento analítico sobre o processo de adesão e das atividades realizadas pelos municípios e estados na implantação do Programa Escola da Terra apresentando subsídios à SECADI para a qualificação do processo.			10/06/2013	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Silvana Rosso				CPF: 940.363.145-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01157/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/10/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.500,00	R\$ 52.500,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1079,05					
Total de Diárias: R\$ 265,50					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica para formação dos gestores públicos estaduais responsáveis pela Educação Ambiental e que irão atuar, no âmbito das Unidades Federativas, na realização da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.	06/12/2012	R\$ 17.500,00
Documento técnico orientador contendo proposta de plano de gestão para subsidiar a Coordenação Geral de Educação Ambiental no acompanhamento do processo de organização e gestão da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente nas Unidades Federativas.	06/02/2013	R\$ 16.500,00
Documento técnico contendo proposta de plano de trabalho para a realização do VI Encontro de Juventude pelo Meio Ambiente apresentando pelo menos quatro propostas de oficinas em duas temáticas: uma sobre Conferência e outra sobre o Programa Escolas Sustentáveis.	09/04/2013	R\$ 19.000,00
Documento técnico contendo proposta de plano de ação e formação para os gestores que acompanharão os delegados e delegadas da IV Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.	10/06/2013	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Neusa Helena Rocha Barbosa		CPF: 545.550.783-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01172/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/10/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 13667,48					
Total de Diárias: R\$ 4648,10					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados sobre as Escolas do Campo brasileiro a partir de critérios estabelecidos pela SECADI/MEC, no PDDE Campo e PDDE Água e Esgotamento Sanitário do Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO.	10/12/2012	R\$ 18.000,00			
Documento técnico analítico sobre as ações implementadas nas escolas atendidas pelo PDDE Campo em 2011, contendo indicações sobre as melhorias de infraestrutura física e aquisição de materiais e equipamentos	08/02/2013	R\$ 19.500,00			

realizadas pelos gestores nas Escolas do Campo visitadas.		
Documento técnico analítico sobre as ações implementadas nas escolas atendidas no PDDE Água e Esgotamento Sanitário em 2011, contendo indicações sobre as melhorias efetuadas na garantia de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Escolas do Campo.	10/04/2013	R\$ 20.500,00
Documento técnico contendo proposta de critérios e princípios para a seleção de escolas e municípios para ampliação das ações dos programas PDDE Água e Esgotamento Sanitário para o exercício 2013.	10/06/2013	R\$ 22.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marlo dos Reis	CPF: 884.971.350-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01205/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a consolidação das análises dos Planos Estaduais de Educação em Prisões encaminhados pelas Unidades Federativas, a partir da definição de indicadores e critérios, com indicação de ajustes quando necessário. Consultor 5: Regiões Sul e Sudeste			21/12/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações priorizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 5: Regiões Sul e Sudeste			18/02/2013	R\$ 17.250,00	
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional) EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação;			15/04/2013	R\$ 17.750,00	

articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 5: Regiões Sul e Sudeste		
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 5: Regiões Sul e Sudeste	10/06/2013	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Lorita Maria Weschenfelder	CPF: 115.704.740-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01217/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/11/2012	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 54.500,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico sobre os diferentes materiais didáticos elaborados por área do conhecimento coletados no âmbito do Encontro; Desafios para desenvolver a Educação do Campo na perspectiva das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas e Sociais; com vistas a subsidiar a SECADI na elaboração de orientações para a avaliação dos materiais das demais IPES que desenvolvem a licenciatura por área do conhecimento.			27/12/2012	R\$ 15.500,00	
Documento analítico sobre as diferentes formas de oferta da pedagogia da alternância na formação de professores para a educação no campo nos cursos oferecidos no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO, identificando as experiências exitosas e dificuldades a fim de subsidiar as IPES na consolidação desta modalidade.			20/02/2013	R\$ 17.000,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico das habilitações mapeadas, por área de conhecimento, com vistas a subsidiar a elaboração de critérios e princípios orientadores para as novas edições dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo; Edital de 2014.			16/04/2013	R\$ 18.500,00	

Documento analítico sobre os princípios e diretrizes da Licenciatura em Educação do Campo; PROCAMPO nos Projetos Pedagógicos dos cursos selecionados pelas IPES no Edital 2012, com objetivo de elaborar indicadores para subsidiar a SECADI no processo de avaliação dos cursos no âmbito do Programa.	10/06/2013	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Guiomar de Melo		CPF: 151.625.671-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01244/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/11/2012	10/06/2013	R\$70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com análise da estrutura, critérios e fluxo do processo avaliativo das obras didáticas para o PNLD Campo/2013.			02/01/2013	R\$ 16.000,00	
Documento técnico analítico dos pontos e contrapontos levantados entre os pareceres dos avaliadores e os critérios definidos no Edital número 5 de 2011, das obras didáticas para o PNLD Campo 2013, com vistas a subsidiar a SECADI na elaboração dos próximos editais.			06/03/2013	R\$ 15.500,00	
Documento técnico comparativo dos critérios de avaliação definidos no Edital número 5 de 2011 e os critérios de avaliação utilizados, no âmbito do PNLD, em processos anteriores executados pela SEB e SECADI			26/04/2013	R\$ 18.500,00	
Documento técnico comparativo dos critérios de avaliação definidos no Edital número 5 de 2011 e os critérios de avaliação utilizados, no âmbito do PNLD, em processos anteriores executados pela SEB e SECADI			10/06/2013	R\$ 20.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Poliana Ramos Grandez Paim de Andrade				CPF: 603.460.004-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01251/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/11/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 37.500,00	R\$ 37.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise - quantitativa e qualitativa -, sobre os cursos de formação inicial , no âmbito do Parfor e dos cursos da UAB com professores que atuam na educação do campo, com vistas a subsidiar as ações de ampliação da oferta de cursos a partir da demanda verificada.			09/01/2013	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo análise - quantitativa e qualitativa -, sobre os cursos de formação inicial , no âmbito do Parfor e dos cursos da UAB com professores que atuam na educação do campo, com vistas a subsidiar as ações de ampliação da oferta de cursos a partir da demanda verificada.			14/03/2013	R\$ 19.500,00	
Documento técnico contendo análise - quantitativa e qualitativa -, sobre os cursos de formação inicial , no âmbito do Parfor e dos cursos da UAB com professores que atuam na educação do campo, com vistas a subsidiar as ações de ampliação da oferta de cursos a partir da demanda verificada.			26/04/2013	R\$ 20.500,00	
Documento técnico contendo análise - quantitativa e qualitativa -, sobre os cursos de formação inicial, no âmbito do Parfor e dos cursos da UAB com professores que atuam na educação do campo, com vistas a subsidiar as ações de ampliação da oferta de cursos a partir da demanda verificada.			10/06/2013	R\$ 22.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carmen Gasparetto				CPF: 253.307.640-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01377/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/12/2012	10/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					

Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico contendo conteúdo de orientação para subsidiar os sistemas de ensino quanto à implementação de ações de Educação em Direitos Humanos, além de proposta de estratégia de articulação dos Conselhos de Educação em relação ao processo de acompanhamento da implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica.	19/01/2013	R\$ 22.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico relativo aos Planos de Ação Estaduais com foco na Educação em Direitos Humanos e proposta de ações de mobilização/articulação dos sistemas de ensino para indução de medidas de adequação das ações de implementação da EDH com base Resolução n 01/CNE/CP/2012 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	07/03/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo proposta metodológica e texto orientador para a inclusão da EDH de modo transversal, na construção dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Programas Pedagógicos de cursos de graduação como subsídio para implementação da EDH na Política Nacional de Educação Superior e em articulação com a Secretaria de Educação Superior SESU/MEC, com base nas Diretrizes Nacionais para a EDH, no PNEDH e no PNDH-3, e proposta de monitoramento.	23/04/2013	R\$ 21.000,00
Documento técnico analítico sobre as ações do MEC na construção de indicadores de direitos humanos e elaboração de proposta de indicadores de EDH.	10/06/2013	R\$ 19.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Sandra Márcia Nascimento		CPF: 501.958.406-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00037/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/01/2013	10/06/2013	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 4857,16					
Total de Diárias: R\$ 2863,30					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de referenciais teórico-metodológicos e diretrizes para o projeto pedagógico do curso de formação docente Escola da Terra, voltado à atuação em classes multisseriadas, incluindo documento orientador do curso de formação docente Escola da Terra e proposta de outros materiais que subsidiem a elaboração do projeto desse curso e sua implementação.	21/02/2013	R\$ 23.500,00
Documento técnico contendo proposta de organização da oferta da formação continuada de professores às redes de ensino no âmbito do Pronacampo/Escola da Terra, em 2012, considerando a demanda dos estados, municípios e Distrito Federal, incluindo sugestão de documento orientador para o processo de pactuação da formação entre instituições públicas de ensino superior e gestores dos estados e municípios que aderiram ao Programa no ano de 2012.	23/04/2013	R\$ 22.500,00
Documento técnico contendo os resultados da aplicação do instrumento de testagem dos materiais de formação do curso Escola da Terra, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo; Pronacampo considerando, pelo menos, um município por região do País e, contemplando os critérios estabelecidos para a seleção dos municípios, além dos pontos críticos e as sugestões para qualificação e fortalecimento do processo formativo.	10/06/2013	R\$ 24.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Viviane Fernandes Faria		CPF: 108.386.038-07
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00069/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/01/2013	10/06/2013	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico contendo a trajetória da Agenda Territorial nos estados, desde sua implementação, demonstrando o contexto de repasse e execução de recursos, os movimentos locais de institucionalização da proposta da Agenda e organização da Comissão, as atividades implementadas e as articulações com temáticas transversais e intersetoriais relacionados aos programas e ações prioritizadas pela SECADI, voltados para EJA. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)	10/03/2013	R\$ 17.250,00
Documento técnico analítico contendo a consolidação do processo de implementação das ações de oferta de Educação de Jovens e Adultos do campo com formação inicial e continuada (Qualificação Profissional)-EJA Saberes da Terra, apontando sugestões para as etapas de divulgação/articulação, acompanhamento técnico, análise da proposta de ações, por Unidade Federativa. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)	26/04/2013	R\$ 17.750,00
Documento técnico analítico contendo consolidação de dados da oferta de cursos da Rede Nacional de Formação Continuada relacionada à SECADI, na área de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil UAB, RENAFOR e Catálogo de formação PDE-interativo, enfocando a execução dos recursos pelas IES, relacionando as principais dificuldades enfrentadas pelas IES participantes da Rede e apresentando propostas de melhoria. Consultor 3: Região Nordeste (estados: Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco)	10/06/2013	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Tânia Mara Serzanink de Oliveira		CPF: 308.218.941-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00309/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2013	10/06/2013	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de orientação técnico-pedagógica, assim como, critérios para subsidiar a avaliação dos municípios-polo, no âmbito do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.	10/06/2013	R\$ 20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Barbara Martins de Lima Delpretto		CPF: 320.935.558-40
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00322/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2013	10/06/2013	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1333,88					
Total de Diárias: R\$ 862,60					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo proposta de projeto político pedagógico para oferta de educação em prisões apresentando aportes teórico/metodológicos que fundamentem a prática educativa para a população em situação de privação de liberdade, acompanhado de instrumento estruturante e guia de orientações para desenvolvimento do PPP pelas unidades prisionais dos estados, em consonância com as orientações da LDB e outros dispositivos legais aplicáveis para a modalidade EJA.	10/06/2013	R\$ 36.000,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Dalcio Marinho Gonçalves				CPF: 018.927.407-70	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00341/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

03/05/2013	10/06/2013	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 9597,70					
Total de Diárias: R\$ 4357,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Documento técnico contendo estudo sobre o funcionamento dos CEFFAs no Brasil, evidenciando as situações de avanços, de inovações pedagógicas e de gestão, bem como, os desafios e dificuldades encontrados, traçando as possíveis perspectivas e propondo estratégias para expandir o seu acesso às políticas públicas e ampliar a visibilidade desse movimento da Pedagogia da Alternância e da educação do campo.			10/06/2013		R\$ 24.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Joao Batista Begnami				CPF: 410.277.796-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00379/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/05/2013	10/06/2013	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Documento técnico analítico sobre escolas ou creches, público beneficiado e vínculo com os sistemas públicos de ensino e sobre o atendimento de crianças e adultos pelos sistemas educacionais de estados, capitais e do Distrito Federal, mapeando atividades inovadoras, normas ou regulamentações específicas e modelos de atendimento da população de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.			10/06/2013		R\$20.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Edileuza Penha de Souza				CPF: 818.137.757-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00387/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/05/2013	10/06/2013	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo estudo analítico análise quantitativa e qualitativa das informações identificadas sobre os grupos étnicos ciganos no Brasil, dos marcos legais instituídos pelos Conselhos de Educação dos Estados e Distrito Federal e atividades inovadoras e modelos de atendimento adotados, no âmbito público ou privado para subsidiar a CGERER/DPECIRER/SECADI/MEC na implementação de políticas educacionais e ações para população Cigana.			10/06/2013	R\$ 20.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Elisa de Carli dos Santos				CPF: 297.284.988-45	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento de Políticas Educacionais para a Juventude	914BRZ1135

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00876/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/07/2012	14/06/2013	R\$ 96.000,00	R\$ 56.100,00	R\$ 56.100,00	R\$ 96.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					

Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico das informações mapeadas, em relação às áreas de atuação da SECADI e proposição de estratégias de levantamento de dados sobre os indicadores correspondentes a cada área, considerando a necessidade de composição de um banco com dados do censo escolar 2011, PDE escola e interativo e PNAD-IBGE, entre outros, na perspectiva de contribuir para a qualificação das ações da gestão das políticas de educação para a juventude.	30/08/2012	R\$ 19.700,00
Documento contendo estudo analítico dos dados coletados com base em indicadores traçados para cada área de atuação da Diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade DPECAD e da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos DPAEJA, a partir dos dados do censo escolar 2011, PDE escola e interativo e PNAD IBGE, entre outros	30/10/2012	R\$ 20.200,00
Documento contendo estudo analítico dos dados coletados com base em indicadores traçados para cada área de atuação da Diretoria de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania DPDHC e da Diretoria de Políticas Educacionais para a Juventude DPJUV, a partir dos dados do censo escolar 2011, PDE escola e interativo e PNAD IBGE, entre outros	06/01/2013	R\$ 19.400,00
Documento contendo estudo analítico dos dados coletados sobre os programas implementados pela Diretoria de Políticas de Educação Especial DPPE, a partir do censo escolar 2011, PDE escola e interativo e PNAD IBGE, entre outros.	25/03/2013	R\$ 17.800,00
Documento contendo estudo analítico dos dados correspondentes aos indicadores de cada área de atuação da SECADI, tendo em vista a proposição de subsídios que contribuam no planejamento e avaliação das ações da gestão das políticas de educação para a juventude com foco nos sistemas de ensino, incluindo: apresentação dos critérios utilizados; gráficos; análise dos resultados obtidos; bem como sugestões necessárias ao processo.	14/06/2013	R\$18.900,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Bernadette Marie da Silveira Rodrigues		CPF: 659.732.670-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: ED00891/2012	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/07/2012	20/06/2013	R\$ 85.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 42.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico do perfil da juventude do campo como subsidio ao desenvolvimento de ações para a oferta de ensino com qualidade e atendendo às especificidades desse público específico.			03/09/2012	R\$ 23.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das informações identificadas relativas aos referenciais teóricos e metodológicos no âmbito da educação do campo e políticas para a juventude, com vistas a contribuir com a construção de documento orientador para os gestores.			07/12/2012	R\$ 19.000,00	
Documento analítico das reivindicações dos movimentos sociais da juventude do campo para subsidiar a SECADI na elaboração de documento orientador para os gestores no âmbito da educação do campo e políticas para a juventude.			12/03/2013	R\$ 19.500,00	
Documento Técnico contendo estudo analítico das boas práticas identificadas, em relação à educação de jovens e adultos do campo, assim como estudo propositivo de ações orientativas aos sistemas de ensino, de forma a subsidiar a SECADI no desenvolvimento de ações metodológicas/pedagógicas, no âmbito da Educação de Jovens do Campo.			20/06/2013	R\$ 23.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Carmen Lucia da Silva Cunha				CPF: 269.587.750-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00922/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/07/2012	28/06/2013	R\$ 55.000,00	R\$ 30.750,00	R\$ 46.750,00	R\$ 55.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 424,22					
Total de Diárias: R\$ 891,50					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise dos conteúdos e metodologias desenvolvidos na formação de formadores no âmbito do Programa Projovem Urbano no que se refere à integração das três dimensões propostas no currículo pedagógico do Programa e no âmbito da formação básica/EJA para a juventude.	14/08/2012	R\$ 8.250,00
Documento técnico contendo análise dos conteúdos e metodologias desenvolvidos na formação de gestores, no âmbito do Programa Projovem Urbano no que se refere à integração das três dimensões propostas no currículo pedagógico do Programa e no âmbito da formação básica/EJA para a juventude.	21/12/2012	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo análise dos conteúdos e metodologias desenvolvidos na formação de educadores no âmbito do Programa Projovem Urbano, nas localidades parceiras, por amostragem; no que se refere à integração das três dimensões propostas no currículo pedagógico do Programa e no âmbito da formação básica/EJA para a juventude.	21/03/2013	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo proposta de conteúdos e metodologia a serem desenvolvidos na formação de gestores, formadores e educadores, no âmbito do Programa Projovem Urbano, a partir das avaliações dos participantes dos processos formativos.	28/06/2013	R\$ 14.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Inae Murrieta Costa		CPF: 992.080.671-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00902/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/07/2012	26/06/2013	R\$ 85.000,00	R\$ 41.500,00	R\$ 0,00	R\$ 22.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo análise das demandas apresentadas pelos sistemas de ensino nas temáticas da juventude para os cursos de formação de gestores e educadores no âmbito da Rede Nacional de Formação	10/09/2012	R\$ 22.000,00			

Continuada de Profissionais da Educação Básica, do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, bem como das propostas de formação de gestores e formadores no âmbito do Programa Projovem Urbano a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto aos processos de planejamento e aprimoramento das ações desenvolvidas nesta área.		
Documento técnico contendo análise das propostas aprovadas no âmbito do Programa de Extensão Universitária PROEXT, para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e extensão nas temáticas da juventude, no que tange aos referenciais político pedagógicos, a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto ao planejamento e aprimoramento de ações transversais voltadas à pesquisa e extensão no que se refere à temática da juventude e educação para a juventude.	14/12/2012	R\$ 21.500,00
Documento técnico contendo análise das obras de referência selecionadas no âmbito do PNBE Temático 2013 na temática da juventude, a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto ao planejamento e aprimoramento das ações voltadas à disponibilização de materiais de referência, didáticos e pedagógicos que contemplem a temática da juventude.	09/03/2013	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo análise dos conteúdos desenvolvidos no âmbito da 2 Conferência Nacional de Juventude e no Encontro de Juventude e Educação para a Sustentabilidade da Rio mais 20, no que se refere ao protagonismo juvenil na construção destas temáticas, a fim de subsidiar a equipe da SECADI quanto ao desenvolvimento de ações educacionais para a juventude que promovam o protagonismo juvenil.	26/06/2013	R\$ 21.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ângela Andréa Schaurich dos Santos		CPF: 456.063.230-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00939/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2012	06/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 41.500,00	R\$ 41.500,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 6135,54					
Total de Diárias: R\$ 5543,10					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico com estudo diagnóstico das convergências e divergências entre as ações de formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, atualmente implementadas pelos entes executores do PBA, por meio de execução direta ou em parceria com Instituições Formadoras, assim como as estratégias de monitoramento e avaliação de ações executadas ou articuladas pelo MEC na temática, com o objetivo de subsidiar a SECADI na avaliação dos processos formativos desenvolvidos no âmbito do PBA. Região Norte	24/09/2012	R\$ 18.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico das ações de formação inicial e continuada do programa com proposta de indicadores de avaliação das ações de formação desenvolvidas tendo como base o documento de Princípios, Diretrizes de Formação do PBA. Região Norte	17/12/2012	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo proposta de projeto que contemple os instrumentos, indicadores e métodos de aplicação destes no processo de avaliação das ações de formação inicial e continuada do Programa Brasil Alfabetizado. Região Norte	06/03/2013	R\$ 20.500,00
Documento técnico avaliativo referente às ações de formação desenvolvidas no âmbito do PBA e proposição de um plano, com estratégias inovadoras, de formação de alfabetizadores e coordenadores de turma com orientações técnicas para o ente executor, visando o aperfeiçoamento das ações de formação atualmente implementadas. Região Norte	06/06/2013	R\$ 21.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Harineide Madeira Macedo		CPF: 224.494.422-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00941/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2012	06/06/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 41.500,00	R\$ 41.500,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3735,47					
Total de Diárias: R\$ 6291,80					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico com estudo diagnóstico das convergências e divergências entre as ações de formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, atualmente implementadas pelos entes executores do PBA, por meio de execução direta ou em parceria com Instituições Formadoras, assim como as estratégias de monitoramento e avaliação de ações executadas ou articuladas pelo MEC na temática, com o objetivo de subsidiar a SECADI na avaliação dos processos formativos desenvolvidos no âmbito do PBA. Região Nordeste	24/09/2012	R\$ 18.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico das ações de formação inicial e continuada do programa com proposta de indicadores de avaliação das ações de formação desenvolvidas tendo como base o documento de Princípios, Diretrizes de Formação do PBA. Região Nordeste	17/12/2012	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo proposta de projeto que contemple os instrumentos, indicadores e métodos de aplicação destes no processo de avaliação das ações de formação inicial e continuada do Programa Brasil Alfabetizado. Região Nordeste	06/03/2013	R\$ 20.500,00
Documento técnico avaliativo referente às ações de formação desenvolvidas no âmbito do PBA e proposição de um plano, com estratégias inovadoras, de formação de alfabetizadores e coordenadores de turma com orientações técnicas para o ente executor, visando o aperfeiçoamento das ações de formação atualmente implementadas. Região Nordeste	06/06/2013	R\$ 21.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Jaisson Rodrigo Costacurta		CPF: 036.362.499-67
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01087/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2012	10/09/2013	R\$ 75.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise dos documentos e experiências de promoção dos direitos humanos relacionadas à juventude, que possam subsidiar o desenvolvimento de ações voltadas ao público jovem de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade e exclusão social;	19/12/2012	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das experiências de destaque sobre o protagonismo da juventude negra nas áreas da educação, cultura, esporte, educação em direitos humanos e enfrentamento à violência a fim de subsidiar os sistemas de ensino no que se refere às práticas pedagógicas e de gestão voltadas à inclusão educacional da juventude.	17/03/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das ações do Projovem Urbano e PRONASCI, voltados ao enfrentamento da violência contra jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade e exclusão social, a fim de subsidiar o planejamento e o aperfeiçoamento das ações do Projovem Urbano no que se refere à dimensão da formação cidadã.	13/06/2013	R\$ 17.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico das convergências entre as políticas do Projovem Urbano e as ações relacionadas à educação desenvolvidas pelo Governo Federal, destinadas aos jovens de 18 a 29 anos, com foco na juventude negra, a fim de subsidiar o desenvolvimento de políticas educacionais para a juventude com foco nos contextos da juventude negra.	10/09/2013	R\$ 19.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rudnei Alves Pinto		CPF: 639.900.080-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01160/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/10/2012	18/08/2013	R\$ 75.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo estudo analítico dos documentos de	06/12/2012	R\$ 20.000,00			

referência elaborados no âmbito do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE que abordem as políticas educacionais para a juventude, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações educacionais voltadas ao público jovem, no âmbito da SECADI/MEC.		
Documento técnico contendo estudo analítico da trajetória histórica da construção dos direitos civis e políticos para a juventude no Brasil a fim de subsidiar a gestão e a elaboração de materiais de referência pedagógica no que se refere à formação da juventude para a cidadania.	11/03/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as políticas de segurança pública e o não acesso à justiça, pela juventude, contemplado sua diversidade quanto ao gênero, orientação sexual, raça, condição sócio-econômica, e escolaridade, a fim de contribuir para a elaboração de referenciais para a formação de gestores e educadores no que se refere à violação dos direitos humanos da juventude e para a formação dessa em direitos humanos e cidadania.	04/06/2013	R\$ 17.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico comparativo acerca da vitimização de jovens de 18 a 29 anos no período contemporâneo de exceção e de rompimento do Estado de direito no país com o tratamento atual dispensado pela Segurança Pública à juventude brasileira, a fim de contribuir para a elaboração de referenciais pedagógicos acerca da formação da juventude em direitos humanos e cidadania.	18/08/2013	R\$ 19.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Matheus Winch Schmidt	CPF: 034.443.881-36	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01201/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	06/02/2013	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico apresentando o processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível (MECDaisy) e dos resultados alcançados para o Guia de Estudo AO Administração; Guia de Estudo AO			06/02/2013	R\$ 15.000,00	

Construção e Reparos I; Guia de Estudo AO Madeira e Móveis; Guia de Estudo AO Serviços Domésticos I; Guia de Estudo AO Turismo e Hospitalidade; Manual do Educador AO Alimentação; Manual do Educador AO Educação; Manual do Educador AO Joalheria; Manual do Educador AO Serviços Pessoais.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Elisete da Costa Vieira	CPF: 343.002.449-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01203/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	06/02/2013	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico apresentando o processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível (MECDaisy) e dos resultados alcançados para o Guia de Estudo AO Administração; Guia de Estudo AO Construção e Reparos I; Guia de Estudo AO Madeira e Móveis; Guia de Estudo AO Serviços Domésticos I; Guia de Estudo AO Turismo e Hospitalidade; Manual do Educador AO Alimentação; Manual do Educador AO Educação; Manual do Educador AO Joalheria; Manual do Educador AO Serviços Pessoais.			06/02/2013	R\$ 15.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rubens Ferronato				CPF: 575.251.619-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01202/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	06/02/2013	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					

Total de Passagens: R\$ 0,00		
Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico apresentando o processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível (MECDaisy) e dos resultados alcançados para o Guia de Estudo AO Agroextrativismo; Guia de Estudo AO Construção e Reparos II; Guia de Estudo AO Metalmecânica; Guia de Estudo AO Serviços Domésticos II; Guia de Estudo AO Vestuário; Manual do Educador AO Arte e Cultura I; Manual do Educador AO Gestão Pública e Terceiro Setor.	06/02/2013	R\$ 15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Monique Macedo Otsuka Torii		CPF: 220.297.308-74
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01204/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	06/02/2013	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico apresentando o processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível (MECDaisy) e dos resultados alcançados para o Guia de Estudo AO Alimentação; Guia de Estudo AO Educação; Guia de Estudo AO Joalheria; Guia de Estudo AO Serviços Pessoais; Manual do Educador FTG Unidade Formativa VI; Manual do Educador AO Arte e Cultura II; Manual do Educador AO Gráfica; Manual do Educador AO Pesca e Piscicultura; Manual do Educador AO Saúde; Manual do Educador AO Telemática; Manual do Educador AO Transporte.	06/02/2013	R\$ 15.000,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lidiane Machado				CPF: 986.534.230-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED01206/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2012	06/02/2013	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico apresentando o processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível (MECDaisy) e dos resultados alcançados para o Guia de Estudo AO Arte e Cultura I; Guia de Estudo AO Gestão Pública e Terceiro Setor; Guia de Estudo AO Pesca e Piscicultura; Guia de Estudo AO Telemática; Manual do Educador AO Administração; Manual do Educador AO Construção e Reparos I; Manual do Educador AO Madeira e Móveis; Manual do Educador AO Serviços Domésticos I; Manual do Educador AO Turismo e Hospitalidade.			06/02/2013	R\$ 15.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Patrícia Silva de Jesus				CPF: 833.701.295-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00180/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/02/2013	27/01/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 52.250,00	R\$ 52.250,00	R\$ 52.250,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 6518,98					
Total de Diárias: R\$ 5313,60					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise do conjunto de informações sobre o perfil dos jovens de 18 a 29 anos atendidos pelo Projovem Urbano 2012, na Região Nordeste, contemplando aspectos de sua realidade social e			15/04/2013	R\$ 15.250,00	

especificidades desta juventude quanto ao gênero, cor/raça, estado civil, segmento social, ocupação, área de moradia, paternidade/maternidade identificando, inclusive, número de alunos portadores de deficiência e beneficiários de outros programas governamentais.		
Documento técnico contendo análise do perfil do/as educadores/as do Projovem Urbano, por município e estados da Região Nordeste contemplando avaliação das ações evolutivas referentes ao material didático do Programa, as alterações feitas para a edição 2012, sua adequação às expectativas e necessidades didáticas destes educadores e sistematização de novas propostas de alteração no material.	05/08/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das informações mapeadas sobre o uso dos materiais didáticos: Guias de Estudo, Caderno de Registro de Avaliação (CRA), Plano de Ação Comunitária (PLA) e Agenda do Estudante pelos educadores e alunos do Projovem Urbano 2012 da Região Nordeste, incluindo propostas de mudanças e alterações a partir das observações dos jovens atendidos pelo Programa.	25/11/2013	R\$ 19.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das informações obtidas sobre o material didático de Qualificação Profissional, Formação Técnica Geral, FTG e Projeto de Orientação Profissional, POP, questões relevantes apontadas por estudantes e educadores, sugestões para alterações futuras e dados sobre o interesse e permanência dos jovens na dimensão de Qualificação Profissional a partir dos índices de frequência às atividades desenvolvidas nos núcleos do Projovem Urbano 2012 da Região Nordeste.	27/01/2014	R\$ 22.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Hellem Cristian Basilio Lopes		CPF: 911.316.771-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00207/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/03/2013	04/02/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 52.250,00	R\$ 33.250,00	R\$ 33.250,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3414,04					
Total de Diárias: R\$ 3199,60					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise do conjunto de informações sobre o			25/04/2013	R\$ 15.250,00	

perfil dos jovens de 18 a 29 anos atendidos pelo Projovem Urbano 2012 nas Regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Sudeste contemplando aspectos de sua realidade social e especificidades desta juventude quanto ao gênero, cor/raça, estado civil, segmento social, ocupação, área de moradia, paternidade/maternidade identificando, inclusive, numero de alunos portadores de deficiência e beneficiários de outros programas governamentais.		
Documento técnico contendo análise do perfil do/as educadores/as do Projovem Urbano, por município e estados das Regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Sudeste, contemplando avaliação das ações evolutivas referentes ao material didático do Programa, as alterações feitas para a edição 2012, sua adequação às expectativas e necessidades didáticas destes educadores e sistematização de novas propostas de alteração no material.	08/08/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das informações mapeadas sobre o uso dos materiais didáticos: Guias de Estudo, Caderno de Registro de Avaliação (CRA), Plano de Ação Comunitária (PLA) e Agenda do Estudante pelos educadores e alunos do Projovem Urbano 2012 das Regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Sudeste, incluindo propostas de mudanças e alterações a partir das observações dos jovens atendidos pelo Programa.	17/10/2013	R\$ 19.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das informações obtidas sobre o material didático de Qualificação Profissional, Formação Técnica Geral, FTG e Projeto de Orientação Profissional, POP, questões relevantes apontadas por estudantes e educadores, sugestões para alterações futuras e dados sobre o interesse e permanência dos jovens na dimensão de Qualificação Profissional a partir dos índices de frequência às atividades desenvolvidas nos núcleos do Projovem Urbano 2012 das Regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Sudeste.	24/02/2014	R\$ 22.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcia Kumasaka Bittencourt	CPF: 935.073.217-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00209/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/03/2013	07/10/2013	R\$ 63.000,00	R\$63.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 63.000,00
Insumos Externos					

Total de Passagens: R\$ 586,37		
Total de Diárias: R\$ 2000,70		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise das propostas aprovadas no âmbito do Programa de Extensão Universitária, PROEXT, para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e extensão nas temáticas da juventude, no que tange aos referenciais político pedagógicos, a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto ao planejamento e aprimoramento de ações transversais voltadas à pesquisa e extensão no que se refere à temática da juventude e educação para a juventude.	25/04/2013	R\$ 21.500,00
Documento técnico contendo análise das obras de referência selecionadas no âmbito do PNBE Temático 2013 na temática da juventude, a fim de subsidiar a equipe técnica da SECADI quanto ao planejamento e aprimoramento das ações voltadas à disponibilização de materiais de referência, didáticos e pedagógicos que contemplem a temática da juventude.	24/07/2013	R\$ 20.000,00
Documento técnico contendo análise dos conteúdos desenvolvidos no âmbito da 2 Conferência Nacional de Juventude e no Encontro de Juventude e Educação para a Sustentabilidade da Rio MAIS 20, no que se refere ao protagonismo juvenil na construção destas temáticas, a fim de subsidiar a equipe da SECADI quanto ao desenvolvimento de ações educacionais para a juventude que promovam o protagonismo juvenil.	07/10/2013	R\$ 21.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Elba Rejane M D Netto de Azevedo		CPF: 339.023.567-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00538/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/05/2013	21/01/2014	R\$ 55.000,00	R\$ 35.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3240,12					
Total de Diárias: R\$ 2273,30					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico das experiências de destaque sobre o protagonismo da juventude negra nas áreas da educação, cultura, esporte, educação em direitos humanos e enfrentamento à violência a fim de subsidiar os sistemas de ensino no que se refere às práticas pedagógicas e de gestão voltadas à inclusão educacional da juventude.	10/07/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico das ações do Projovem Urbano e PRONASCI, voltados ao enfrentamento da violência contra jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade e exclusão social, a fim de subsidiar o planejamento e o aperfeiçoamento das ações do Projovem Urbano no que se refere à dimensão da formação cidadã.	11/10/2013	R\$ 17.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico das convergências entre as políticas do Projovem Urbano e as ações relacionadas à educação desenvolvidas pelo Governo Federal, destinadas aos jovens de 18 a 29 anos, com foco na juventude negra, a fim de subsidiar o desenvolvimento de políticas educacionais para a juventude com foco nos contextos da juventude negra.	21/01/2014	R\$ 19.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Jose Eduardo de Andrade		CPF: 053.145.318-95
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00486/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/05/2013	26/03/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 36.250,00	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 21194,19					
Total de Diárias: R\$ 18188,70					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Consultor A Documento técnico contendo o plano de curso da etapa de formação continuada de gestores da edição 2012 do Projovem Urbano	15/07/2013	R\$ 17.250,00			

correspondente ao desenvolvimento do 3 ciclo do Programa e sistematização analítica dos eventos de formação.		
Consultor A Documento técnico contendo análise do processo de formação de gestores, proposta de formação inicial para este público correspondente a edição 2013 do Projovem Urbano e sistematização analítica dos eventos de formação realizados.	28/10/2013	R\$ 19.000,00
Consultor A Documento técnico contendo o plano de curso da etapa de formação continuada de gestores do Projovem Urbano, a partir da edição 2013, correspondente ao desenvolvimento do 2 e 3 ciclo do Programa.	06/01/2014	R\$ 19.000,00
Consultor A Documento técnico contendo análise e proposta de redesenho da estrutura e organização do processo de formação continuada de gestores do Projovem Urbano a partir da edição 2013.	26/03/2014	R\$ 19.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Lays Machado	CPF: 806.236.978-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00487/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/05/2013	26/03/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 36.250,00	R\$ 36.250,00	R\$ 36.250,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 16838,81					
Total de Diárias: R\$ 15910,70					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Consultor B Documento técnico contendo o plano de curso da etapa de formação continuada de formadores da edição 2012 do Projovem Urbano correspondente ao desenvolvimento do 3 ciclo do Programa e sistematização analítica dos eventos de formação.			15/07/2013	R\$ 17.250,00	
Consultor B Documento técnico contendo análise do processo de formação de formadores, proposta de formação inicial para este público correspondente a edição 2013 do Projovem Urbano e sistematização analítica dos eventos de formação realizados.			28/10/2013	R\$ 19.000,00	
Consultor B Documento técnico contendo o plano de curso da etapa de formação continuada de formadores do Projovem Urbano, a partir da edição 2013, correspondente ao desenvolvimento do 2 e 3 ciclo do Programa.			06/01/2014	R\$ 19.000,00	

Consultor B Documento técnico contendo análise e proposta de redesenho da estrutura e organização do processo de formação continuada de formadores do Projovem Urbano a partir da edição 2013.	26/03/2014	R\$ 19.750,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carmen Maria Gonçalves Ferreira Rangel	CPF: 129.512.267-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00606/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/06/2013	20/11/2013	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00	R\$21.500,00	R\$21.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 967,96					
Total de Diárias: R\$ 207,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico sobre o tema juventude, abordando as especificidades dos jovens de 18 a 29 anos que não complementaram o ensino fundamental, sua relação com o mundo e mercado do trabalho e suas expectativas quanto à qualificação profissional inicial integrada com ensino fundamental, com foco no Programa Projovem Urbano.			28/08/2013	R\$ 21.500,00	
Documento técnico contendo estudo sobre a formação técnica geral e específica ofertadas pelo programa Projovem Urbano, contendo proposta de alterações e de orientações pedagógicas para a oferta de educação profissional para jovens de 18 a 29 anos, sem o ensino fundamental completo, articulada ou integrada à oferta de EJA.			20/11/2013	R\$ 21.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Mario Henrique Guedes Ladosky				CPF: 014.657.627-60	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00759/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total previsto no	Total pago no	Total pago até o

		contrato	exercício	exercício	final do exercício
22/07/2013	24/03/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 38.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico pedagógico para os educadores contendo referencial técnico sobre o tema juventude e orientações pedagógicas sobre o desenvolvimento de ações na sala de aula composta por jovens de 18 a 29 anos atendidos pelo Projovem Urbano, contemplando aspectos de sua realidade social e especificidades quanto ao gênero, cor/raça, estado civil, segmento social, ocupação, área de moradia, paternidade/maternidade, numero de alunos portadores de deficiência e beneficiários de outros programas governamentais conforme dados de matrícula do Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano/SIMEC da edição 2012.		09/09/2013	R\$ 18.250,00		
Documento técnico pedagógico contemplando instrumentos de apoio ao educador no desenvolvimento das atividades pedagógicas e gestão da sala de aula, tornando mais eficiente à implementação do projeto pedagógico integrado.		13/11/2013	R\$ 20.000,00		
Documento técnico-pedagógico contendo orientações e sugestões para os educadores a partir do levantamento das práticas pedagógicas vivenciadas nas salas de aula do programa e da reflexão sobre a relação entre aluno e educador.		13/01/2014	R\$ 19.000,00		
Documento técnico contendo orientações pedagógicas aos educadores sobre formas de aprimoramento do desenvolvimento do projeto pedagógico integrado do programa a partir de atividades e ações que promovam a participação de todos os envolvidos no processo formativo.		24/03/2014	R\$ 22.750,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Vera Lucia Queiroga Barreto				CPF: 950.233.648-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Rescindido					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00758/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/07/2013	20/03/2014	R\$68.000,00	R\$43.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00

Insumos Externos		
Total de Passagens: R\$ 886,44		
Total de Diárias: R\$ 655,50		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo os instrumentos de interlocução com os estudantes do Projovem Urbano - PJU que usam as salas de Acolhimento e com os educadores dessas salas e metodologia de aplicação.	10/09/2013	R\$ 22.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados sobre as Salas de Acolhimento obtidos por meio da aplicação do instrumento de interlocução com jovens e educadores do Programa estratificado por região.	19/12/2013	R\$ 21.000,00
Documento técnico contendo análise dos dados sobre as escolas/núcleos, educadores e crianças atendidas nas salas de acolhimento da edição de 2012 do Projovem Urbano, com destaque para o perfil do educador, maiores dificuldades encontradas pelos gestores locais para a implementação desta atividade e impactos na permanência do estudante no curso do PJU.	20/03/2014	R\$ 25.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Miriam Abramovay		CPF: 011.713.598-45
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00825/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/08/2013	30/12/2013	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 534,26					
Total de Diárias: R\$ 431,30					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico analítico contendo fundamentação teórica sobre o papel da formação de gestores, formadores e educadores na implementação do Projovem Urbano.	15/10/2013	R\$ 19.000,00			
Documento técnico contendo análise e proposta de alterações no Plano	30/12/2013	R\$ 21.000,00			

Nacional de Formação do Projovem Urbano de forma a adequá-lo a nova etapa do Programa, respeitando a fundamentação e princípios do Projeto Pedagógico Integrado.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Umbelina Caiafa Salgado	CPF: 010.799.056-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Aditivado até 28/02/2014		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00939/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/09/2013	31/12/2013	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	R\$0,00	R\$0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 12264,75					
Total de Diárias: R\$ 10247,80					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico contendo sistematização e avaliação da execução das oficinas pedagógicas de formação continuada de gestores, última etapa, do Projovem Urbano edição 2012, realizadas para os gestores locais distribuídos nas turmas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, conforme agrupamento dos entes federados parceiros e cronograma de organização dos encontros elaborado pela DPEJUV/SECADI.			31/12/2013	R\$21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Dayse Silva Dudley				CPF: 769.081.437-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: ED00940/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/09/2013	31/12/2013	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	R\$0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2246,92					
Total de Diárias: R\$ 1452,60					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico contendo levantamento e sistematização da avaliação dos participantes das oficinas pedagógicas de formação continuada de gestores, etapa inicial, do Projovem Urbano edição 2013, realizadas para os gestores locais distribuídos nas turmas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, conforme agrupamento dos entes federados parceiros e cronograma de organização dos encontros elaborado pela DPEJUV/SECADI.	31/12/2013	R\$ 21.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rosa Maria LepakMilet		CPF: 337.881.037-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED00941/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/09/2013	01/11/2013	R\$ 7.000,00	R\$7.000,00	R\$7.000,00	R\$7.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega		Valor		
CD contendo a versão MECdaisy do Guia de Estudo da Formação Técnica Geral, da Qualificação Profissional do Manual do Educador de FTG e do Caderno do Projeto de Orientação Profissional, acompanhado de documento técnico analítico do processo de desenvolvimento da versão em formato digital acessível.	01/11/2013		R\$7.000,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lidiane Machado				CPF: 986.534.230-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ED01174/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total previsto no	Total pago no	Total pago até o

		contrato	exercício	exercício	final do exercício
23/10/2013	26/03/2014	R\$ 48.000,00	R\$ 24.000,00	R\$0,00	R\$0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo estudo sobre a trajetória histórica, objetivos, público e análise descritiva do processo de organização e implementação do Projovem Campo Saberes da Terra destacando resultados alcançados e questões operacionais relacionadas ao alcance de resultados e metas previstas desde sua implementação em 2005 bem como do processo de desenvolvimento da formação continuada de gestores, formadores e educadores do Programa.	20/12/2013	R\$24.000,00			
Documento técnico contendo proposta de revisão e adequações necessárias à estrutura operacional e pedagógica do Projovem Campo Saberes da Terra com vistas à ampliação de sua capacidade de atendimento a jovens do campo de 18 a 29 anos, sem ensino fundamental completo, e sua integração com o Projovem Urbano incluindo o processo de formação continuada de gestores e educadores do Programa	26/03/2014	R\$24.000,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria do Socorro Silva				CPF: 236.807.414-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI em gestão e avaliação do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com deficiência, prioritariamente de zero a dezoito anos de idade, beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social – BPC/LOAS.	BRA/08/003

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”

Código do Contrato: OEI-18/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/11/2013	27/12/2013	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 1281,00					
Total de Diárias: R\$ 207,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de instrumentos, critérios e estratégias para a identificação de experiências exitosas na aplicação da Norma Brasileira que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050, no ambiente escolar, no contexto da educação básica, na região. (Norte, Nordeste)			21/12/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Paula da Costa Cardoso				CPF: 574.938.711-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI-8/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/06/2013	21/11/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2786,10					
Total de Diárias: R\$ 1983,60					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do diagnóstico da comunicação nos ambientes educacionais da educação básica e superior, em todas as suas etapas e modalidades, considerando suas implicações para o acesso e permanência das pessoas com deficiência.			25/08/2013	R\$ 33.000,00	
Documento técnico contendo a indicação de experiências e práticas exitosas, bem como as necessidades, quanto ao ingresso e à permanência das pessoas com deficiência na escola e na universidade, incluindo a			21/11/2013	R\$ 27.000,00	

proposição de orientações às unidades educacionais da educação básica e superior, quanto à promoção de acessibilidade na comunicação, contemplando estratégias para a elaboração, implementação e qualificação do Plano de Comunicação Acessível.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Claudia Marina Werneck Arguelhes	CPF: 605.019.447-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 17/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/10/2013	31/12/2013	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$0,00	R\$0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2584,94					
Total de Diárias: R\$ 620,70					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico, de caráter pedagógico, dos projetos de cursos de formação continuada da área de educação especial, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica – RENAFOR, com abordagem na concepção de educação especial inclusiva, propondo critérios para subsidiar a qualificação dos projetos de curso.			31/12/2013	R\$ 35.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Eliene Vieira de Figueiredo				CPF: 837.386.654-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 19/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/11/2013	27/12/2013	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 5393,00					

Total de Diárias: R\$ 1240,80		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de instrumentos, critérios e estratégias para a identificação e divulgação de experiências exitosas no uso de tablets, no contexto didático e pedagógico da educação básica, destacando as interfaces de acessibilidade identificadas no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, na região. (Sul, Sudeste e Centro Oeste)	21/12/2013	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fabrício Ricardo Lazilha		CPF: 885.277.199-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 20/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/11/2013	27/12/2013	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2715,49					
Total de Diárias: R\$ 1057,30					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo proposta de instrumentos, critérios e estratégias para a identificação de experiências exitosas na aplicação da Norma Brasileira que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050, no ambiente escolar, no contexto da educação básica, na região. (Norte, Nordeste)	21/12/2013	R\$ 17.000,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Francisco Alexandre Dourado Mapurunga				CPF: 760.285.183-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: OEI- 9/2013	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/06/2013	31/12/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 9010,94					
Total de Diárias: R\$ 3524,70					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo orientações para a especificação técnica de equipamentos e recursos de informática com interface de acessibilidade e de materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais.			08/08/2013	R\$ 24.000,00	
Documento técnico contendo proposta de protocolo de avaliação e certificação de equipamentos e recursos de informática com interface de acessibilidade disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais, contemplando fundamentação técnica e requisitos de análise.			15/10/2013	R\$ 26.000,00	
Documento técnico contendo proposta de protocolo de avaliação e certificação de materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado – AEE, contemplando fundamentação conceitual e requisitos de análise.			16/12/2013	R\$ 30.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: LILIA MARIA SOUZA BARRETO				CPF: 651.141.915-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 7/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/05/2013	31/12/2013	R\$ 88.500,00	R\$ 88.500,00	R\$ 88.500,00	R\$ 88.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 9351,03					
Total de Diárias: R\$ 4700,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise dos Planos de Atendimento			20/06/2013	R\$ 20.000,00	

Educacional Especializado, considerando a usabilidade e a acessibilidade dos recursos didático-pedagógicos como apoio às atividades de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência na educação infantil.		
Documento técnico contendo a análise das práticas de inclusão escolar de estudantes com deficiência na educação infantil, considerando a usabilidade e acessibilidade dos recursos pedagógicos disponibilizados no atendimento de educacional especializado – AEE.	04/08/2013	R\$ 21.500,00
Documento Técnico contendo proposta de conteúdo de orientação para subsidiar os sistemas de ensino no processo de organização e de oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE na educação infantil, considerando a usabilidade e acessibilidade dos recursos pedagógicos como apoio às atividades de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência.	13/10/2013	R\$ 22.500,00
Documento Técnico contendo proposta de conteúdo de orientação para subsidiar os sistemas de ensino no processo de organização e de oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE na educação infantil, considerando a usabilidade e acessibilidade dos recursos pedagógicos como apoio às atividades de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência.	02/12/2013	R\$ 24.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maitê Cezar da Silva		CPF: 011.562.210-13
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 10/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/06/2013	31/12/2013	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 9175,94					
Total de Diárias: R\$ 5444,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo orientações técnicas para a usabilidade pedagógica dos softwares e hardwares livres identificados, considerando a promoção da acessibilidade no contexto educacional.			08/08/2013	R\$ 24.000,00	
Documento técnico contendo registro e análise de experiências sobre a			15/10/2013	R\$ 26.000,00	

usabilidade de software e hardware livres com aplicação pedagógica na educação de pessoas com deficiência, nos níveis básico e superior.		
Documento técnico contendo proposta de formação docente para a utilização de software e hardware livres com aplicação pedagógica, considerando a promoção da acessibilidade.	16/12/2013	R\$ 30.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Aparecida Ramires Zulian		CPF: 066.652.638-94
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 21/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/11/2013	27/12/2013	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 3005,12					
Total de Diárias: R\$ 833,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de instrumentos, critérios e estratégias para a identificação de experiências exitosas na aplicação da Norma Brasileira que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050, no ambiente escolar, no contexto da educação básica, na região. (Sul, Sudeste e Centro Oeste)			21/12/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Renata de Moraes Cruz				CPF: 186.375.598-59	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 6/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/04/2013	18/12/2013	R\$ 75.600,00	R\$ 75.600,00	R\$ 75.600,00	R\$ 75.600,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					

Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de implementação da legislação brasileira relativa ao direito das pessoas com deficiência à educação, no período de 2008 a 2012, considerando a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, propondo medidas para sua qualificação.	03/06/2013	R\$ 19.800,00
Documento técnico contendo estudo analítico das recomendações sobre o direito à educação, conforme artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, emitidas pelo Comitê de Monitoramento da ONU, propondo minuta de dispositivos legais para o aprimoramento de sua implementação.	08/08/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de implementação dos Planos de Ação para a eliminação de barreiras no acesso e permanência na escola, no âmbito do Programa BPC na Escola, implementado pelos municípios brasileiros, no contexto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006.	14/10/2013	R\$ 17.800,00
Documento técnico contendo proposta de referenciais técnicos para subsidiar a orientação e o monitoramento dos Planos de Ação para a eliminação de barreiras no acesso e permanência na escola, consoantes com as medidas legais aplicáveis para o cumprimento do direito à educação conforme disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, indicando as necessidades de adequações dos dispositivos legais pertinentes.	18/12/2013	R\$ 20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: WILLIAN GARCIA SILVA	CPF: 001.297.650-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento da Capacidade Institucional da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – DEIDHUC/SECAD/MEC, em seus processos de Gestão, Planejamento e Monitoramento das Ações de Educação Integral e Integrada, Ambiental, em Direitos Humanos e em Educação e Saúde.	BRA/10/001

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 5/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/04/2013	19/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 13836,44					
Total de Diárias: R\$ 6460,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise amostral do processo de adoção, no âmbito das Políticas Públicas Estaduais de Educação Ambiental no que diz respeito ensino formal, em relação às deliberações aprovadas nas três primeiras edições da CNIJMA (2003, 2005/2006 e 2008/2009).			14/06/2013	R\$ 21.500,00	
Documento técnico contendo análise histórica da atuação das Comissões Organizadoras Estaduais da CNIJMA (1ª, 2ª e 3ª edições) com base na pesquisa sobre o papel desempenhados por estas no âmbito das três primeiras edições da Conferência, e proposição de instrumento de pesquisa para identificar o papel político pedagógico a ser assumido nessa IV edição.			28/08/2013	R\$ 18.000,00	
Documento técnico analítico-descritivo avaliando o alcance e os impactos, em termos quantitativos e qualitativos, gerado pela estratégia da CNIJMA nas três primeiras edições e propondo adequações à metodologia no sentido de constituir-se numa estratégia de grande escala.			26/11/2013	R\$ 20.500,00	
Documento técnico contendo estudo analítico-descritivo sobre os resultados da IV CNIJMA no âmbito dos municípios, dos Estados, e igualmente considerar os dados relativos à etapa nacional.			04/02/2014	R\$ 25.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daisy Elisabete de Vasconcelos Cordeiro				CPF: 012.648.608-54	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 16/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

13/09/2013	12/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Documento técnico contendo diagnóstico dos cursos de formação continuada, nas temáticas e de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, explicitando os índices de efetividade da formação oferecida e destacando as experiências exitosas e as experiências que apresentaram dificuldades de execução, do ponto de vista quantitativo e, ainda, apontando possíveis vias de resolução ou problematização dos principais desafios encontrados pelas experiências que apresentaram dificuldades de execução.		25/10/2013		R\$ 27.500,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de orientação técnico-pedagógica, assim como, critérios para subsidiar a avaliação dos cursos de formação continuada, nas temáticas de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.		20/12/2013		R\$ 28.500,00	
Documento técnico propositivo contendo mecanismos de monitoramento e acompanhamento pedagógico dos cursos de formação continuada, atentando para as especificidades das temáticas de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, visando contribuir para o aprimoramento da formação continuada e o enfrentamento das fragilidades identificadas.		12/02/2014		R\$ 29.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: DANIEL ARRUDA MARTINS				CPF: 064.516.906-43	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 16/2013					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/09/2013	12/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					

Total de Passagens: R\$ 0,00		
Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo diagnóstico dos cursos de formação continuada, nas temáticas e de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, explicitando os índices de efetividade da formação oferecida e destacando as experiências exitosas e as experiências que apresentaram dificuldades de execução, do ponto de vista quantitativo e, ainda, apontando possíveis vias de resolução ou problematização dos principais desafios encontrados pelas experiências que apresentaram dificuldades de execução.	25/10/2013	R\$ 27.500,00
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de orientação técnico-pedagógica, assim como, critérios para subsidiar a avaliação dos cursos de formação continuada, nas temáticas de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.	20/12/2013	R\$ 28.500,00
Documento técnico propositivo contendo mecanismos de monitoramento e acompanhamento pedagógico dos cursos de formação continuada, atentando para as especificidades das temáticas de educação em direitos humanos e cidadania, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, visando contribuir para o aprimoramento da formação continuada e o enfrentamento das fragilidades identificadas.	12/02/2014	R\$ 29.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: DANIEL ARRUDA MARTINS		CPF: 064.516.906-43
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 1/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/12/2012	27/09/2013	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					

Total de Diárias: R\$ 0,00		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico do processo e dos fluxos de implementação dos cursos de formação continuada de profissionais da educação no âmbito da SECADI, na perspectiva de contribuir para a qualificação das ações da gestão das políticas de formação	12/02/2013	R\$ 23.400,00
Documento técnico contendo estudo analítico dos dados referentes à oferta, à disponibilização de vagas, à execução e ao número de concluintes de cursos de formação continuada, no âmbito da SECADI, por área temática, identificando os pontos críticos e as possíveis necessidades de adequações	08/04/2013	R\$ 21.200,00
Documento técnico contendo estudo e análise comparativa dos resultados dos indicadores referentes à formação continuada, no âmbito da SECADI, com destaque para as temáticas de educação para a diversidade e inclusão, educação ambiental e educação em direitos humanos frente ao censo escolar, IBGE e PDE Interativo	07/06/2013	R\$ 22.600,00
Documento técnico contendo estudo sobre a oferta e o desenvolvimento das ações de formação continuada no âmbito da SECADI, incluindo análises por região e por Instituição de Ensino Superior ofertante, identificação de pontos críticos, gargalos e dificuldades na implementação, além de possíveis critérios de aperfeiçoamento e proposição de estratégias e subsídios para fortalecer o programa de formação de profissionais da educação nos cursos implementados pela SECADI	25/09/2013	R\$ 20.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: ELIS ANGELA COPETTI FAGAN		CPF: 937.244.380-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 2/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2013	10/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 39.500,00	R\$ 39.500,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 800,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo sobre as possibilidades de engenharia de oferta (modelos) para os cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização disponibilizados pela Educação Ambiental no âmbito da Rede da Educação para a Diversidade.	16/05/2013	R\$ 21.500,00
Documento técnico contendo proposição de um plano de ajuste nas ementas dos cursos de formação continuada, na temática da Educação Ambiental, ofertados via PDE Interativo e executado pelas IFES parceiras, e considerando o novo marco legal da área, a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	30/07/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo proposição de adequações, ajustes, alterações, inclusões de conteúdos no material didático-pedagógico disponibilizado como aporte dos cursos de formação continuada, na temática da Educação Ambiental, ofertados via PDE Interativo e executado pelas IFES parceiras.	28/10/2013	R\$ 20.500,00
Documento técnico o estudo analítico do resultado apurado no processo de aplicação amostral do instrumento, de forma a subsidiar o novo fluxo de formação continuada, realizado no âmbito dos Sistemas de Ensino, Instituições Públicas de Ensino Superior e aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação de docentes.	17/01/2014	R\$ 25.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Eneida MaekawaLipai		CPF: 272.322.178-46
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 11/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	25/02/2014	R\$ 70.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2530,00					
Total de Diárias: R\$ 1794,80					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo sobre as estratégias de capilaridade, de comunicação e de mobilização para a IV CNIJMA no âmbito dos Estados, nos			19/09/2013	R\$ 17.000,00	

termos do arranjo geográfico definido nesse Termo de Referência, bem como descrição e avaliação das estratégias de formação dos gestores educacionais dos respectivos municípios. RS,SC,PR E MS		
Documento técnico contendo proposta de tipificação dos projetos de ação eleitos no contexto das Conferências Estaduais e critérios de análise dos mesmos quanto à pertinência relacionada às dimensões (Espaço Físico, Currículo e Gestão) que estruturam o Projeto Escolas Sustentáveis. RS,SC,PR E MS	03/12/2013	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo estudo analítico do resultado da aplicação do instrumento de pesquisa no que diz respeito à percepção das delegações estaduais sobre o significado da participação no processo da IV CNIJMA. RS,SC,PR E MS	12/01/2014	R\$ 17.500,00
Documento técnico contendo estudo avaliativo do impacto da IV CNIJMA nas políticas públicas estaduais de educação ambiental, principalmente quanto à adesão dos sistemas de ensino ao Projeto Escolas Sustentáveis. RS,SC,PR E MS	21/02/2014	R\$ 19.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Luana Cristeli Sena		CPF: 053.226.826-19
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 12/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	25/02/2014	R\$ 70.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 6295,35					
Total de Diárias: R\$ 4292,30					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo sobre as estratégias de capilaridade, de comunicação e de mobilização para a IV CNIJMA no âmbito dos Estados, nos termos do arranjo geográfico definido nesse Termo de Referência, bem como descrição e avaliação das estratégias de formação dos gestores educacionais dos respectivos municípios. BA, SE, PE E RN			19/09/2013	R\$ 17.000,00	
Documento técnico contendo proposta de tipificação dos projetos de ação eleitos no contexto das Conferências Estaduais e critérios de análise dos mesmos quanto à pertinência relacionada às dimensões (Espaço Físico, Currículo e Gestão) que estruturam o Projeto Escolas Sustentáveis. BA, SE, PE E RN			03/12/2013	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do resultado da aplicação do instrumento de pesquisa no que diz respeito à percepção das delegações			12/01/2014	R\$ 17.500,00	

estaduais sobre o significado da participação no processo da IV CNIJMA. BA, SE, PE E RN		
Documento técnico contendo estudo avaliativo do impacto da IV CNIJMA nas políticas públicas estaduais de educação ambiental, principalmente quanto à adesão dos sistemas de ensino ao Projeto Escolas Sustentáveis. BA, SE, PE E RN	21/02/2014	R\$ 19.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Magda Pereira Pinto	CPF: 582.758.196-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 15/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/09/2013	12/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 0,00					
Total de Diárias: R\$ 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo diagnóstico dos cursos de formação continuada, nas temáticas de educação ambiental, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, explicitando os índices de efetividade da formação oferecida e destacando as experiências exitosas e as experiências que apresentaram dificuldades de execução, do ponto de vista quantitativo e, ainda, apontando possíveis vias de resolução ou problematização dos principais desafios encontrados pelas experiências que apresentaram dificuldades de execução.			25/10/2013	R\$ 27.500,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de orientação técnico-pedagógica, assim como, critérios para subsidiar a avaliação dos cursos de formação continuada, nas temáticas de educação ambiental, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.			20/12/2013	R\$ 28.500,00	
Documento técnico propositivo contendo mecanismos de monitoramento e acompanhamento pedagógico dos cursos de formação continuada, atentando para as especificidades das temáticas de educação ambiental, ofertados em parceria com as IPES, por meio da Rede Nacional de			12/02/2014	R\$ 29.000,00	

Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, visando contribuir para o aprimoramento da formação continuada e o enfrentamento das fragilidades identificadas.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARÍLIA MENDES DE ALMEIDA	CPF: 539.660.821-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 4/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2013	12/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 4123,22					
Total de Diárias: R\$ 1252,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico e da atuação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ's) em ações de Educação Ambiental – EA e avaliação do potencial dessa relação no contexto do Programa Juventude e Meio Ambiente.			06/06/2013	R\$ 21.500,00	
Documento técnico contendo uma análise avaliativa da participação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nas Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente – CNIJMA com vista a subsidiar a elaboração do Programa Juventude e Meio Ambiente.			20/08/2013	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo uma proposta de articulação interna das políticas do MEC voltadas para a juventude na construção do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que está em processo de discussão pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude e Meio Ambiente - GTI.			18/11/2013	R\$ 20.500,00	
Documento técnico contendo análise qualitativa da participação dos CJ's na criação das ComVIDAS e do funcionamento dessas comissões nas escolas participantes da IV CNIJMA, propondo estratégias de fortalecimento e continuidade de suas ações.			27/01/2014	R\$ 25.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Naiara Moreira Campos				CPF: 062.337.486-23	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: OEI- 14/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	25/02/2014	R\$ 70.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2820,00					
Total de Diárias: R\$ 797,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo sobre as estratégias de capilaridade, de comunicação e de mobilização para a IV CNIJMA no âmbito dos Estados, nos termos do arranjo geográfico definido nesse Termo de Referência, bem como descrição e avaliação das estratégias de formação dos gestores educacionais dos respectivos municípios. RO, AM, AP E TO			19/09/2013	R\$ 17.000,00	
Documento técnico contendo proposta de tipificação dos projetos de ação eleitos no contexto das Conferências Estaduais e critérios de análise dos mesmos quanto à pertinência relacionada às dimensões (Espaço Físico, Currículo e Gestão) que estruturam o Projeto Escolas Sustentáveis. RO, AM, AP E TO			03/12/2013	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do resultado da aplicação do instrumento de pesquisa no que diz respeito à percepção das delegações estaduais sobre o significado da participação no processo da IV CNIJMA. RO, AM, AP E TO			12/01/2014	R\$ 17.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo do impacto da IV CNIJMA nas políticas públicas estaduais de educação ambiental, principalmente quanto à adesão dos sistemas de ensino ao Projeto Escolas Sustentáveis. RO, AM, AP E TO			21/02/2014	R\$ 19.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: RICARDO VERONEZI FERRÃO				CPF: 308.433.321-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: OEI- 13/2013	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	25/02/2014	R\$ 70.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 2182,00					
Total de Diárias: R\$ 2686,90					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo sobre as estratégias de capilaridade, de comunicação e de mobilização para a IV CNIJMA no âmbito dos Estados, nos termos do arranjo geográfico definido nesse Termo de Referência, bem como descrição e avaliação das estratégias de formação dos gestores educacionais dos respectivos municípios. MG e SP			19/09/2013	R\$ 17.000,00	
Documento técnico contendo proposta de tipificação dos projetos de ação eleitos no contexto das Conferências Estaduais e critérios de análise dos mesmos quanto à pertinência relacionada às dimensões (Espaço Físico, Currículo e Gestão) que estruturam o Projeto Escolas Sustentáveis. MG e SP			03/12/2013	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do resultado da aplicação do instrumento de pesquisa no que diz respeito à percepção das delegações estaduais sobre o significado da participação no processo da IV CNIJMA. MG e SP			12/01/2014	R\$ 17.500,00	
Documento técnico contendo estudo avaliativo do impacto da IV CNIJMA nas políticas públicas estaduais de educação ambiental, principalmente quanto à adesão dos sistemas de ensino ao Projeto Escolas Sustentáveis. MG e SP			21/02/2014	R\$ 19.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Simone Portugal				CPF: 536.632.099-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: OEI- 3/2013					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/04/2013	12/02/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Total de Passagens: R\$ 12390,00					

Total de Diárias: R\$ 3331,20		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico sobre as diretrizes, princípios, valores e atitudes que resultaram dos principais eventos sobre Educação Ambiental que tiveram lugar na Rio + 20, e que possam ser aplicáveis ao contexto da educação básica no Brasil e a partir do Programa Escola Sustentável.	27/05/2013	R\$ 21.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico-descritivo sobre as possibilidades e/ou alternativas teórico-conceituais e metodológicas que deverão orientar o Programa Escola Sustentável, assim como em relação a sua estrutura, buscando abordar os itens objetivos, linhas de ação, metas, indicadores, resultados esperados, estratégia de implementação e recursos necessários.	10/08/2013	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo análise dos princípios e critérios existentes no MEC sobre gestão escolar, edificações e relações com o entorno da escola, considerando o desenho de estratégias para a inserção de elementos de sustentabilidade socioambiental com vistas à criação de escolas sustentáveis.	08/11/2013	R\$ 20.500,00
Documento técnico contendo estudo analítico sobre escolas sustentáveis, considerando a dimensão do currículo, da gestão e do espaço físico e enfocando experiências exitosas, políticas públicas existentes, lições aprendidas e indicações de ações capazes de realizar a transição da escola em direção à sustentabilidade socioambiental.	04/02/2014	R\$ 25.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Terezinha Aparecida Moreira		CPF: 932.678.868-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Análise crítica da contratação de consultores na modalidade Produto

O Ministério da Educação firma termo de Cooperação com organismos internacionais tendo como premissa a possibilidade de agregar contribuições à gestão institucional e ao desenvolvimento das políticas educacionais, não se configurando como rotina de trabalho.

A contratação de consultores técnicos, na modalidade produto, nas temáticas trabalhadas pela SECADI, tem contribuído para o aprofundamento das reflexões em torno dos temas da diversidade, assim como fornecido subsídios à formação dos servidores integrantes do Quadro

Permanente do Ministério nessas temáticas, possibilitando a incorporação dessas discussões na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos; a Educação do Campo; a Educação para as Relações Étnico-raciais; a Educação Ambiental; a Educação Escolar Indígena; a Educação Quilombola; a Educação em Direitos Humanos e Cidadania; a Educação Especial e para as Políticas para a Juventude.

As consultorias realizadas são relativas a serviços técnicos especializados para estudos, planejamentos, avaliações e aperfeiçoamentos e são desenvolvidos de acordo com o Decreto nº 5.151/2004, em seu artigo 4º, parágrafos 1º e 2º.

Assim, a contratação por meio de cooperação técnica permite à SECADI a parceria com organismos internacionais com experiência comprovada na área da educação, para o desenvolvimento de projetos que visem ao fortalecimento da capacidade institucional em seus processos de gestão, planejamento e monitoramento das ações de implementação da política pública educacional.

As contratações de consultorias para a elaboração e desenvolvimento de trabalhos técnicos específicos, de caráter temporário, agregam valor às áreas de atuação da Secretaria, visando subsidiar a construção de políticas públicas voltadas para populações historicamente marginalizadas do processo educacional brasileiro.

A necessidade de se ter um produto de Cooperação Técnica surge de demandas voltadas para a qualificação da implementação das políticas públicas, por meio de ações de levantamento de dados, formulação de metodologias, realização de estudos, construção de referenciais e outros na mesma linha de concepção que não se enquadram no conceito de demandas rotineiras de ação.

Constatou-se que os projetos desenvolvidos em 2013 alcançaram resultados significativos para a evolução das estratégias desenvolvidas pelas diversas áreas da SECADI, em um crescente processo de ressignificação e fortalecimento da sua atuação, favorecendo a qualificação de sua forma de interlocução, superando a visão de programas setoriais, introduzindo novas linhas de trabalho, públicos específicos e temas na agenda política da educação brasileira, com destaque para as ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite; do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO; do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas; do fortalecimento e qualificação da educação básica em comunidades remanescentes de quilombos, populações ciganas, da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, das ações implementadas por meio do Plano de Ações Articuladas, entre outras.

10 RESULTADOS E CONCLUSÕES

As ações, projetos e programas desenvolvidos em 2013 alcançaram resultados significativos para a evolução das políticas desenvolvidas pelas diversas áreas da SECADI. Há que se destacar a emergência de temáticas, como aquelas relativas: aos direitos dos estudantes em situação de itinerância, em especial os povos ciganos, aos direitos educacionais das crianças e adolescentes em situação de abrigo e daqueles que estão em cumprimento de medidas socioeducativas (SINASE). O acompanhamento da frequência escolar, em cooperação com os sistemas estaduais e municipais de ensino, tem se constituído em importante tecnologia educacional para a garantia do direito à educação, contribuindo de forma eficaz para a permanência dos estudantes nas escolas e consequentemente da aprendizagem escolar.

Em atendimento as demandas apresentadas pelos Sistemas de Ensino, a SECADI, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), prestou assistência técnica e financeira em suas diferentes áreas de atuação, além de ofertar cursos pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Os investimentos para a ampliação da educação especial na perspectiva inclusiva, por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite, continua demonstrando sua efetividade na ampliação da matrícula de pessoas com deficiência na educação básica e na educação superior e também na melhoria da qualidade da oferta educativa para este público. O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) vem enfrentando sérios desafios da educação nacional, com investimentos importantes na melhoria da infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo, indígena e quilombola e também na formação de professores, com a criação de novos cursos de licenciatura para a educação do campo e ampliação de vagas para o Programa de Licenciatura Intercultural Indígena.

A ampliação da oferta educativa para as populações indígenas e os investimentos no fortalecimento dos Territórios Etnoeducacionais, avançando no cumprimento da garantia dos direitos indígenas, conforme preceitos constitucionais, também foi importante passo na construção de políticas para a diversidade. A instituição do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento, com foco na mobilidade estudantil e promoção do acesso à Pós-Graduação para indígenas, negros e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, será importante fator para a produção da equidade na educação superior e pós-graduação.

Avançar na construção de uma agenda intersetorial, introduzir novas linhas de trabalho, de modo a garantir o alcance das políticas educacionais para populações marginalizadas do processo educativo é o desafio desta UJ no cumprimento de sua missão de formular e implementar políticas de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. Tarefa que não pode prescindir de grande capacidade de interlocução com diferentes entes federados, órgãos públicos, movimentos sociais e a sociedade civil e que se fortalece a cada ano.